



澳門特別行政區 立法會會刊

DIÁRIO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO ADMINISTRATIVA ESPECIAL DE MACAU

第八屆立法會

VIII LEGISLATURA

第一立法會期（二零二五 – 二零二六）

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA (2025-2026)

第一組

I Série

第 VIII - 21 期

N.º VIII - 21

Data: 16 de Junho de 2026

Início da reunião: 15 horas

Termo da reunião: 18 horas e 50 minutos

Local: Sala do Plenário do Edifício da Assembleia Legislativa, sito na Praça da Assembleia Legislativa, Aterros da Baía da Praia Grande, Macau

Presidente: Cheong Weng Chon

Vice-Presidente: Ho Ion Sang

Primeiro-Secretário: Si Ka Lon

Segunda-Secretária: Lei Cheng I

Deputados presentes: Cheong Weng Chon, Ho Ion Sang, Si Ka Lon, Lei Cheng I, José Maria Pereira Coutinho, Chui Sai Peng Jose, Leong On Kei, Ma Chi Seng, Wong Kit Cheng, Song Pek Kei, Ip Sio Kai, Iau Teng Pio, Lam Lon Wai, Leong Sun Iok, Kou Kam Fai, Che Sai Wang, Leong Hong Sai, Lao Chi Ngai, Ngan Iek Hang, Lei Leong Wong, Vong Hou Piu, Leong Pou U, Lei Wun Kong, Chan Hao Weng, Lee Koi Ian, Lam Fat Iam, Ho Kevin King Lun, Chao Ka Chon, Wong Chon Kit, Wong Ka Lon, Kou Ngon Seng, Loi I Weng e Chan Lai Kei.

Convidados:

Chefe do Executivo, Sam Hou Fai;

Secretário para a Administração e Justiça, Wong Sio Chak;

Secretária para a Economia e Finanças, Ng Wai Han;

Secretário para a Segurança, Chan Tsz King;

Secretária para os Assuntos Sociais e Cultura, O Lam;
Secretário para os Transportes e Obras Públicas, Tam Vai Man;
Comissária contra a Corrupção, Ao Ieong Seong;
Comissária da Auditoria, Ao Ieong U;
Comandante-geral dos Serviços de Polícia Unitários, Leong Man Cheong;
Director-geral dos Serviços de Alfândega de Macau, Adriano Marques Ho;
Chefe do Gabinete do Chefe do Executivo, Chan Kak;
Chefe do Gabinete do Secretário para a Administração e Justiça, Chang Cheong;
Chefe do Gabinete do Secretário para a Economia e Finanças, Lo Chi Fai;
Chefe do Gabinete do Secretário para a Segurança, Lam In Sang;
Chefe do Gabinete da Secretária para os Assuntos Sociais e Cultura, Lin Yuan;
Chefe do Gabinete do Secretário para os Transportes e Obras Públicas, Un In Lin;
Chefe do Gabinete da Comissária contra a Corrupção, Chan In Chio;
Chefe do Gabinete da Comissária da Auditoria, Ho Ioc San;
Membro do Conselho Executivo, Leonel Alberto Alves;
Membro do Conselho Executivo, Chan Chak Mo;
Membro do Conselho Executivo, Ma Chi Ngai Frederico;
Membro do Conselho Executivo, Chan Ka Leong;
Membro do Conselho Executivo, Lao Ngai Leong;
Membro do Conselho Executivo, Leong Wai Fong;
Membro do Conselho Executivo, Tong Kai Chung;
Adjunto do Chefe do Executivo, Ng Chon Man.

Ordem do Dia:

Único ponto: Perguntas e respostas sobre as Linhas de Acção Governativa e assuntos sociais, com a presença do Chefe do Executivo.

Sumário:

O Chefe do Executivo faz o balanço da acção do Governo da RAEM no primeiro semestre e apresenta o plano de acções prioritárias para o segundo semestre, respondendo ainda às perguntas dos Deputados sobre questões de natureza económica, social e relacionadas com o bem-estar da população.

Acta:

Presidente: Boa tarde a todos. Vamos dar início à sessão.

A ordem do dia da sessão de hoje consiste na apresentação, pelo Chefe do Executivo à Assembleia Legislativa, da situação da acção governativa, bem como nas respostas às perguntas dos Senhores Deputados sobre as matérias conexas. Em primeiro lugar, em nome da Assembleia Legislativa, saúdo o Senhor Chefe do Executivo, os Membros do Conselho Executivo e os restantes responsáveis oficiais presentes.

Nos termos da deliberação da Comissão Executiva, e com vista a melhorar o efeito da sessão de perguntas e respostas, o modelo da presente sessão sofreu alterações, passando as perguntas dos Senhores Deputados e as respostas do Senhor Chefe do Executivo a ser efectuadas por grupos, com perguntas agrupadas e respostas unificadas. A sessão tem início com a intervenção do Senhor Chefe do Executivo, que fará o balanço da acção do Governo no primeiro semestre do ano e apresentará o plano de acções prioritárias para o segundo semestre; de seguida, os Senhores Deputados de cada grupo lerão, pela ordem estabelecida, as respectivas perguntas, não podendo a intervenção de cada Deputado ultrapassar dois minutos. Após a leitura de todas as perguntas do grupo, o Senhor Chefe do Executivo responderá de forma unificada. A sessão de perguntas e respostas de hoje tem a duração prevista das 15h00 às 18h00; caso, até às 18h00, ainda haja Deputados que não tenham feito as suas perguntas, a sessão será prolongada até que o Senhor Chefe do Executivo responda a todas as perguntas dos Deputados inscritos.

Passo, desde já, a palavra ao Senhor Chefe do Executivo.

Chefe do Executivo, Sam Hou Fai: Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores representantes dos órgãos de comunicação social e caros cidadãos:

Apresento à Assembleia Legislativa e à população em geral a situação da acção do Governo da RAEM no primeiro semestre de 2026, bem como as acções prioritárias e o planeamento para o segundo semestre.

A nova forma e abordagem adoptadas hoje na Assembleia Legislativa, após troca de impressões com o Senhor Presidente Cheong, constituem uma nova prática que permite defender e aperfeiçoar melhor a predominância do poder executivo, com vista a promover de forma mais eficaz a interacção positiva e a colaboração eficiente entre os poderes executivo e legislativo, bem como a apresentar, de modo mais célere, abrangente e completo, a todos os sectores da sociedade e aos cidadãos em geral, a acção do Governo da RAEM, consolidando uma maior consensualização e sinergia de esforços para levar adiante todos os projectos em prol do desenvolvimento da RAEM.

Este ano marca o início da implementação do “15.º Plano Quinquenal” do país e do “3.º Plano Quinquenal” da RAEM, e é também o ano-chave para Macau aproveitar as oportunidades proporcionadas pelo desenvolvimento nacional, aprofundar as reformas e concretizar a transição de um crescimento de recuperação para um desenvolvimento de alta qualidade.

No 1.º semestre deste ano, os trabalhos de desenvolvimento e reforma da RAEM tiveram prazos apertados e tarefas pesadas. Houve muitas novas oportunidades importantes, mas

também não faltaram dificuldades e desafios. Sob a firme liderança do Governo Central, o Governo da RAEM uniu e levou todos os sectores da sociedade a implementar de forma aprofundada o espírito consagrado nos importantes discursos do Senhor Presidente Xi Jinping, especialmente tendo como orientação fundamental as suas importantes instruções emitidas por ocasião da minha apresentação do balanço de trabalho em Dezembro do ano passado. Temos aplicado de forma abrangente, precisa e inabalável o princípio “um país, dois sistemas” e defendido firmemente a soberania, a segurança e os interesses de desenvolvimento do país. Com o apoio e a colaboração dos órgãos legislativos e judiciais, o Governo, em activa e estreita articulação com o “15.º Plano Quinquenal” do país, está a implementar de forma ordenada os diversos planos consagrados no Relatório das Linhas de Acção Governativa para o ano de 2026, alcançando novos progressos e avanços em áreas prioritárias. A conjuntura social mantém-se harmoniosa e estável.

No primeiro semestre, a economia da RAEM apresentou uma trajectória estável com tendências positivas. No primeiro trimestre, o Produto Interno Bruto (PIB) local atingiu 107,5 mil milhões de patacas, registando um crescimento real homólogo de 7,1%, com o volume económico total a recuperar 90,3% do nível registado no mesmo período de 2019. A situação das receitas e despesas públicas manteve-se estável: entre Janeiro e Maio, as receitas públicas totais atingiram 49,68 mil milhões de patacas e as despesas totais foram de 31,11 mil milhões de patacas; até final de Abril, as reservas financeiras ascendiam a cerca de 697,3 mil milhões de patacas. O mercado de trabalho apresentou um desempenho positivo, com a taxa de desemprego geral de 1,8% e a taxa de desemprego dos residentes de 2,3% no período compreendido entre Fevereiro e Abril, mantendo-se em níveis baixos. Nos primeiros cinco meses do ano, o número de visitantes que entraram em Macau atingiu 18,14 milhões, um aumento de 11% em termos homólogos. Em Maio, o índice geral de preços no consumidor aumentou 1,43% em termos homólogos, mantendo-se os preços estáveis, de um modo geral.

De seguida, apresento brevemente as principais acções realizadas pelo Governo da RAEM nos últimos seis meses:

I. Promoção bem-sucedida da elaboração do “3.º Plano Quinquenal” da RAEM

Neste ano, é uma prioridade importante para o Governo da RAEM elaborar o “3.º Plano Quinquenal” da RAEM de forma científica, em estreita articulação com o “15.º Plano Quinquenal” do país. O Governo da RAEM reforçou a organização e o planeamento, promovendo de forma ordenada o trabalho. Em Janeiro deste ano, foi criado o grupo de liderança para a elaboração do “3.º Plano Quinquenal”, do qual assumo a chefia. Em simultâneo, foi constituída uma equipa especializada coordenada pela Direcção dos Serviços de Estudo de Políticas e Desenvolvimento Regional e composta por representantes das diversas áreas. A partir de Fevereiro, foram realizadas imensas pesquisas preliminares e foram amplamente auscultadas opiniões e sugestões da sociedade em geral. Realizaram-se

mais de 40 sessões temáticas e visitas, nas quais participaram mais de 120 associações e instituições com mais de 500 participantes e foram recolhidas mais de 1.500 opiniões. Todas as opiniões relevantes foram tidas em consideração e devidamente incorporadas.

A consulta pública sobre o “3.º Plano Quinquenal” decorre entre 20 de Maio e 28 de Junho. Espero que todos os sectores da sociedade e os cidadãos apresentem activamente sugestões e opiniões, para que, em conjugação de esforços, seja elaborado um novo plano estratégico para o futuro desenvolvimento de Macau.

II. Persistência e aperfeiçoamento da predominância do poder executivo, com eficiência crescente na governação da RAEM

Pleno potenciamento do papel predominante e coordenador do Chefe do Executivo na estrutura de governação e no mecanismo de funcionamento da RAEM. Cada órgão, executivo, legislativo e judicial, tem de cumprir as suas funções e assumir as suas responsabilidades nos termos da lei. Aperfeiçoámos os mecanismos de comunicação, reforçámos a coordenação antes e durante a implementação de medidas e políticas importantes, e promovemos a formação de um novo padrão de governação orientado pela predominância do poder executivo, com o qual os poderes legislativo e judicial trabalham de forma articulada e harmoniosa.

Em Março deste ano, convidei o Presidente da Assembleia Legislativa, a Presidente do Tribunal de Última Instância e o Procurador para participarem na reunião de trabalho sobre a elaboração do “3.º Plano Quinquenal”, ouvindo proactivamente e acolhendo de forma eficaz as opiniões e sugestões dos órgãos legislativo e judicial. A elaboração deste “Plano Quinquenal” constitui uma importante prática inovadora relativamente à persistência e ao aperfeiçoamento da predominância do poder executivo. Inovação do mecanismo de comunicação e colaboração entre os poderes executivo e legislativo, reforçando a coordenação em aspectos como a programação da apreciação de propostas de lei e a comunicação técnica. Até ao início de Junho, o Governo da RAEM já submeteu à Assembleia Legislativa sete propostas de lei e colaborou com o parlamento na conclusão de oito leis, o que demonstra uma melhoria efectiva da eficiência legislativa.

Aprofundamento contínuo da reforma da administração pública, promovendo diversas medidas de reforma sob o princípio fundamental “definir funções, definir estrutura e definir o número de quota”. Até ao início de Junho, foram concluídas as reestruturações de seis serviços, resultando na redução de uma unidade do nível de direcção de serviços, na diminuição de 6 cargos de direcção, 7 departamentos, 31 divisões, 3 sectores e 4 secções, com uma redução total de 324 vagas no quadro de pessoal. Com o aprofundamento da medida de controlo do número de quota de trabalhadores desde Abril de 2025, até ao início de Junho deste ano, o número dos trabalhadores dos serviços públicos abrangidos por esta medida

diminuiu de 31.464 para 30.777. Com a implementação do regime de mobilidade desde Março de 2023, até ao início de Junho deste ano, foram registados 386 casos de transferência ou destacamento no total.

Aprofundamento da governação electrónica. Continua a ser promovido o enriquecimento e o alargamento das funcionalidades das plataformas como a “Conta Única de Macau” e a “Plataforma para Empresas e Associações”, as quais prestam serviços públicos mais convenientes e eficientes. É também activamente promovido o desenvolvimento dos serviços públicos transfronteiriços.

Promoção do fortalecimento das forças de amor pela Pátria e por Macau. Reforça-se a comunicação e colaboração regular com as associações de amor pela Pátria e por Macau no que respeita aos principais assuntos da acção do Governo da RAEM, de modo a aproveitar plenamente o seu papel orientador na sociedade e para promover uma interacção positiva entre o Governo e a sociedade.

Estabelecimento de novas plataformas de interacção ou intercâmbio para reforçar eficazmente o diálogo com todos os sectores da sociedade e a população em geral. Com a realização de eventos como o “Encontro: Conversa sobre a reforma da administração pública” e a “Esplanada: Conversa sobre assuntos sociais e cultura”, as opiniões e sugestões da comunidade e dos cidadãos foram auscultadas de forma ampla e directa.

Realizaram-se consultas públicas sobre iniciativas legislativas tão diversas como a “Lei das relações de trabalho” e o “Regime de prevenção e controlo do tabagismo”.

Aperfeiçoamento contínuo do sistema e mecanismo de fiscalização no âmbito do combate à corrupção e da auditoria, com crescente profissionalização e resultados visíveis, fortalecendo a eficiência da governação da RAEM e promovendo a construção de uma Macau baseada no Estado de Direito. A utilização dos recursos financeiros públicos tornou-se mais regulamentada e racional, com uma melhoria efectiva na sua eficácia e eficiência.

III. Defesa firme da segurança nacional, assegurando a estabilidade social

Maior aperfeiçoamento do sistema jurídico de defesa da segurança nacional. A Lei n.º 2/2026 “Comissão de Defesa da Segurança do Estado da Região Administrativa Especial de Macau” e o respectivo regulamento administrativo complementar entraram em vigor em 24 de Março deste ano. O trabalho de consulta sobre a proposta de lei “Combate aos actos de branqueamento de capitais e de financiamento ilícito” decorre como previsto. Funcionamento desimpedido da Comissão de Defesa da Segurança do Estado, assegurando o apoio pleno aos assessores para os assuntos de segurança nacional e aos assessores técnicos para os assuntos de segurança nacional no exercício das suas funções legais. Realização de acções de

formação e educação sobre a segurança nacional em múltiplos níveis e por diversas formas, criação do Grupo de Trabalho para a Coordenação da Educação Patriótica dos Jovens e elevação constante da consciencialização da população sobre a segurança nacional. Realizou-se com sucesso a Exposição sobre a Educação da Segurança Nacional de 2026, cujo número acumulado de visitantes ultrapassou as 70 mil, e a página electrónica registou mais de 210 mil visualizações, atingindo um novo recorde histórico.

Reforço eficaz de prevenção e redução de desastres e gestão de emergências. Estabeleceram-se normas para a comunicação de incidentes imprevistos graves, e foi criado o grupo de coordenação interdepartamental para a optimização da supervisão de obras em construção e de manutenção. Resposta activa à época dos tufões. Realizou-se o exercício de protecção civil “Peixe de Cristal 2026”, a fim de reforçar a capacidade de resposta conjunta a emergências. Realização contínua de inspecções de prevenção contra o fogo e demais trabalhos relativos à execução da lei. Até final de Maio, foram realizadas cerca de 4.100 inspecções a edifícios e locais, bem como cerca de 2.600 inspecções e vistorias relativas à segurança de produtos perigosos. A protecção da segurança das infra-estruturas críticas foi reforçada, e prosseguem as obras de protecção contra inundações e de drenagem nas várias zonas, designadamente a construção da estação de bombagem de águas pluviais da zona sul do Porto Interior.

Realizou-se o exercício conjunto de resgate transfronteiriço da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau “Liancheng-2026”. Continuidade da boa situação geral da segurança pública. Entre Janeiro e Maio deste ano, as autoridades policiais de Macau instauraram um total de 5.544 processos crime, o que traduz uma descida de 0,1% relativamente ao mesmo período de 2025. Os crimes de violência grave, como o homicídio, continuam a manter uma taxa zero ou de ocorrência muito baixa. Foram registados 236 casos de burla com recurso às telecomunicações e burla cibernética, menos 130 do que no mesmo período de 2025, o que corresponde a uma redução de 35,5%.

IV. Intensificação de esforços para promover o desenvolvimento da diversificação adequada da economia

Avanço importante na criação do Fundo de Orientação Governamental. Em Fevereiro deste ano, foi anunciado o plano para o Fundo de Orientação Governamental. A empresa de capitais públicos “Sociedade de Investimento e Gestão de Macau Limitada” foi constituída em Maio como entidade gestora deste Fundo. Estima-se que a dimensão do Fundo de Orientação seja de 20 mil milhões de patacas. Resultados notáveis do trabalho de captação de investimentos. Nos primeiros cinco meses do ano, 108 projectos de investimento foram acompanhados através do serviço “One Stop” ao investidor, com um montante de investimento de 1,746 mil milhões de patacas aproximadamente; destes projectos 69 pertencem aos sectores da estratégia “1+4”, o que representa um aumento de 35,2%

relativamente a igual período do ano passado.

Aprofundamento da construção do Centro Mundial de Turismo e Lazer, promovendo o desenvolvimento qualificado da indústria de turismo e lazer integrados. A oferta de produtos turísticos continuou a enriquecer. Os esforços para atrair turistas internacionais começaram a surtir efeito: nos primeiros cinco meses do ano, os visitantes internacionais que entraram em Macau ultrapassaram 1,24 milhões, registando um crescimento de 8,7% em termos homólogos. A RAEM foi distinguida com o prémio “Melhor Destino de Luxo da Ásia”, reforçando mais ainda a sua imagem de excelência nos serviços turísticos *premium*.

Foram realizadas avaliações ao cumprimento dos respectivos contratos pelas concessionárias do jogo instando as mesmas a, nos termos da lei, efectiva e eficazmente fazerem os investimentos relacionados com o jogo e os investimentos extra-jogo.

Aceleração do desenvolvimento da indústria de *big health* da medicina tradicional chinesa. Até Maio deste ano, o Parque Científico e Industrial de Medicina Tradicional Chinesa para a Cooperação Guangdong-Macau em Hengqin albergava 135 empresas, das quais 64 são de Macau. Vinte e seis produtos de medicina chinesa obtiveram sucesso com aprovações ou registos no estrangeiro. Actualmente existem em Macau, 8 fábricas de medicina chinesa com licença industrial e 16 fábricas de produtos alimentares de *big health*.

A “Lei da actividade das instituições privadas prestadoras de cuidados de saúde” foi aprovada na especialidade pela Assembleia Legislativa e entrará em vigor no dia 1 de Dezembro deste ano, impulsionando com eficácia o desenvolvimento do turismo de saúde.

Promoção do desenvolvimento da inovação da indústria financeira moderna. A “Lei dos fundos de investimento” entrou em vigor em Janeiro deste ano. Até Maio já foram estabelecidas três empresas de fundos em Macau, estando outras duas em fase de preparação para o seu estabelecimento. A Sucursal de Hong Kong do Banco de Desenvolvimento da China concluiu, pela primeira vez, com sucesso, a emissão, na RAEM, de obrigação pública, no montante global de 5,5 mil milhões de renminbi. Continua a ser impulsionado o trabalho de investigação e desenvolvimento da “Pataca Digital”.

Promoção reforçada do desenvolvimento da indústria de alta tecnologia. Promove-se ordenadamente a construção do Parque Industrial de Investigação e Desenvolvimento das Ciências e Tecnologias de Macau. O projecto do Parque está em aperfeiçoamento, devendo concluir-se em Junho o concurso para os serviços de gestão do projecto. O Centro Internacional da Indústria de Ciências e Tecnologias de Macau será oficialmente inaugurado em 30 de Junho. Até Maio deste ano, 57 empresas tecnológicas de Macau foram certificadas no âmbito do “Programa de Certificação de Empresas Tecnológicas”, empregando cerca de 2.000 trabalhadores. Destas empresas, 11 apresentam uma receita anual superior a 100

milhões de patacas.

Crescimento constante da influência internacional da indústria de convenções e exposições. Em Abril deste ano, Macau foi galardoado como “Melhor Cidade Internacional de Convenções e Exposições” na “5.ª Conferência de Cooperação e Intercâmbio dos Prémios de Conferências Nacionais e Internacionais”. Em Maio, foi seleccionado como “Melhor Destino para Conferência Anual” durante a 2.ª edição da “Exposição da Conferência Anual Corporativa da Ásia-Pacífico”. No 1.º trimestre deste ano, realizaram-se, no total, 425 eventos de convenções e exposições, gerando uma receita de, aproximadamente, 840 milhões de patacas para os sectores não ligados com o jogo em Macau, um aumento de 29,4% face ao mesmo período de 2025.

Promoção do desenvolvimento da economia de baixa altitude. Tendo em conta o quadro regulamentar, infra-estrutura, cenários de aplicação e cooperação regional, prosseguiu-se sistematicamente com a elaboração do planeamento estando já concluído um plano preliminar. Impulsiona-se o projecto-piloto de entregas transfronteiriças entre Macau e Hengqin por via aérea a baixa altitude sob o modelo “ponto a ponto”.

Reforço do apoio às pequenas e médias empresas. Foram lançados os “Serviços de Apoio à Digitalização de PME 2026” e o “Plano de valorização inteligente do sector de restauração de Macau”. Continuam a ser implementadas diversas medidas de apoio para aliviar os custos de financiamento das empresas e apoiar a sua modernização e transformação.

Dinamização eficaz da economia comunitária. Prossegue a promoção do desenvolvimento das seis zonas históricas, com o planeamento e realização de uma série de actividades que eficazmente prolongam o tempo de permanência dos visitantes nessas zonas, impulsionando o consumo nos estabelecimentos comerciais circundantes. Em colaboração com empresas de lazer, foi lançada a actividade “Autocarro de Turismo e Lazer: Explorar o Encanto dos Bairros”, cujo objectivo é orientar os turistas a visitar e consumir nos bairros.

Foi lançada a actividade “Grande prémio para o consumo nas zonas comunitárias 2026”. Até 4 de Junho, foram distribuídos benefícios electrónicos num valor total de 265 milhões de patacas, dos quais 244 milhões já foram utilizados, o que, conjuntamente com o valor de 50,84 milhões dos benefícios de desconto imediato sob a forma de cartões, também já utilizados, impulsionou um consumo total superior a 1,13 mil milhões de patacas em Macau.

V. Melhoria precisa e eficaz do bem-estar da população

Lançamento atempado do plano de subsídios aos preços dos combustíveis. Em Maio deste ano, foram implementadas medidas temporárias de subsídios aos preços do gasóleo, gás de petróleo liquefeito e gasolina, através de uma estratégia de “medidas combinadas”,

com o objectivo de aliviar a pressão sobre o custo de vida dos residentes e reduzir os custos operacionais das pequenas e médias empresas. As inspecções foram reforçadas garantindo eficazmente a estabilidade do abastecimento e do preço dos bens essenciais para a população.

Continuidade da medida de devolução extraordinária do imposto profissional da qual beneficiam cerca de 169 mil contribuintes do imposto profissional, num montante total de 1,04 mil milhões de patacas.

Melhoria eficaz da situação do emprego dos residentes. Até Maio deste ano, já ajudámos 4.572 residentes locais a encontrar emprego. Analisámos o número de trabalhadores não residentes dos diversos sectores e implementámos com eficácia medidas de saída de trabalhadores não residentes. Os trabalhadores não residentes não especializados diminuíram em 1.516 face ao mesmo período do ano anterior. A percentagem de trabalhadores locais em cargos de gestão de nível médio e superior nas seis empresas de lazer é de 89,6%.

Atribuição dos subsídios de assistência na infância para o ano de 2026: até ao início de Junho, foram tratados cerca de 13.300 pedidos, mobilizando uma verba global superior a 239 milhões de patacas. Os valores dos subsídios de desemprego, doença, casamento e funeral foram aumentados entre 33,8% e 81,2%. O subsídio para cuidadores foi reajustado em 10%, passando para 2.400 patacas mensais. Os montantes destinados aos três tipos de famílias em situação vulnerável foram aumentados entre 20% e 33%.

Avanço ordenado na construção de habitação pública. Os quatro projectos de habitação social na Zona A dos Novos Aterros Urbanos começarão a ser finalizados progressivamente a partir do segundo semestre de 2026, proporcionando gradualmente 4.088 unidades de habitação social. Até ao início de Junho deste ano, foi concluída a verificação de elegibilidade e atribuída pontuação a 7.413 agregados familiares admitidos, dos quais 4.312 já receberam as respectivas unidades. A empreitada de concepção e construção de habitação pública nos lotes A2 e A12 da Zona A dos Novos Aterros foi concluída, oferecendo um total de 2.054 novas unidades de habitação económica. Sob a premissa de garantir uma distribuição equitativa dos recursos públicos, foi dado impulso devido à elaboração do plano de troca de fracções de habitação económica.

Fomento do desenvolvimento de alta qualidade da construção urbana. Promoveu-se o trabalho de revisão do Plano Director, que será submetido a consulta pública durante 60 dias, entre 29 de Junho e 27 de Agosto. A Direcção dos Serviços de Solos e Construção Urbana foi definida como principal entidade responsável pela política de renovação urbana e múltiplos recursos foram integrados para acelerar esta renovação urbana. Foi adoptado o modelo “Planeamento de aproveitamento + utilização provisória”, que promove a transformação de várias parcelas de terreno em instalações públicas temporárias com benefícios sociais.

A proposta da Lei de uso das áreas marítimas já foi aprovada na generalidade pela Assembleia Legislativa. Foi iniciado de forma ordenada a elaboração do “Planeamento da protecção ambiental de Macau (2026-2030)”. A obra de aterro para a expansão do aeroporto prossegue de forma estável.

O concurso público para a “Concessão da exploração de lugares de estacionamento na via pública” foi concluído. A fim de repor o número dos táxis que saíram de serviço por término de prazo de licença e de responder à necessidade de mobilidade por turistas e cidadãos, o Governo iniciou procedimentos para o concurso público de licença para 700 táxis, assegurando, assim, a estabilidade do respectivo serviço.

Foi dada a continuidade à promoção do embelezamento e limpeza do espaço urbano e foi impulsionada a construção do corredor verde costeiro, com a reorganização de vários parques e zonas de lazer, proporcionando aos residentes espaços recreativos de qualidade. Entre Janeiro e Maio deste ano, foi concluída uma área total de melhoria de espaços verdes superior a 14.000 metros quadrados.

VI. Alcance de resultados importantes e faseados na construção da Zona de Cooperação em Hengqin

Os principais indicadores económicos mantêm uma tendência positiva. No primeiro trimestre deste ano, o produto interno bruto (PIB) da zona de cooperação atingiu 142,073 mil milhões de RMB, representando um aumento homólogo de 5,5%; até 10 de Junho deste ano, a receita orçamental geral foi de 5,741 mil milhões de RMB, com um crescimento homólogo de 10,9%; entre Janeiro e Abril do corrente ano, o volume de retalho do consumo social alcançou 2,129 mil milhões de RMB, um aumento homólogo de 16,8%. Até 10 de Junho deste ano, a Zona contava com 8.163 entidades com capital de Macau.

Aceleração da construção dos projectos prioritários. A primeira fase da Cidade (Universitária) de Educação Internacional de Macau e Hengqin terá 11 edifícios concluídos e entregues até final de Julho; os pareceres sobre o enquadramento da extensão da actividade lectiva serão anunciados ainda no primeiro semestre.

O projecto do terminal de mercadorias do Aeroporto Internacional de Macau em Hengqin encontra-se em fase de construção de fundações e estruturas básicas, com algumas áreas já em fase de construção da estrutura principal.

O Centro de Serviços Económicos e Comerciais entre a China e os Países de Língua Portuguesa opera em modelo dualista de “centro + empresa”; com base no Fundo de Desenvolvimento Económico e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa, o número de projectos de investimento e financiamento aumentou para 58. O montante total

do fundo atingiu os 30 mil milhões de RMB, com um valor acumulado de contratos de 8,138 mil milhões até ao início de Junho deste ano, tendo atraído 173 empresas para se estabelecerem na zona.

Reforço do efeito sinérgico e de desenvolvimento colaborativo das indústrias. Foram promovidas sucessivamente sessões conjuntas de Macau e Hengqin para atrair investimentos, divulgando as vantagens do desenvolvimento integrado entre ambas as regiões. Aperfeiçoou-se o sistema de contas de Comércio Livre. Estimulou-se a inovação do mecanismo de “investigação e desenvolvimento em Macau + transformação em Hengqin”. A construção do Hub Internacional de Comércio Digital de Macau e Hengqin está a ser impulsionada com ritmo acelerado. Nos primeiros cinco meses do ano, realizaram-se seis eventos do modelo “um evento, dois locais” em Macau e Hengqin. Reforçou-se a atracção e incubação de empresas no parque industrial do comércio electrónico transfronteiriço. Foi iniciada a elaboração do “sistema de monitorização estatística para o desenvolvimento industrial sinérgico de Macau e Hengqin”.

Aprofundamento reforçado da interligação de hardware e software entre Macau e Hengqin. Foi definido expressamente que o período em que os residentes de Macau vivem, trabalham ou frequentam cursos educativos reconhecidos na Zona de Cooperação é considerado como permanência na RAEM. Intensificou-se a cooperação legislativa, com o objectivo de promover uma ligação eficaz entre as normas das duas regiões e garantir uma articulação fluída dos mecanismos institucionais. Impulsionou-se de forma ordenada a optimização da política de “separação de administração”.

Em Maio deste ano, entraram oficialmente em funcionamento no posto fronteiriço de Hengqin os corredores de inspecção “One-Stop”, que permitem o controlo fronteiriço inteligente com reconhecimento facial. Iniciou-se também o estudo preliminar do plano para um novo corredor transfronteiriço que ligará a Zona de Cooperação à parte de Macau. Nomeação e destacamento de mais trabalhadores dos serviços públicos de Macau para a Zona de Cooperação. Em Abril e Junho deste ano, em duas fases, foi designado um total de 20 trabalhadores dos serviços públicos de Macau para exercer funções na Comissão Executiva da Zona de Cooperação. Foi lançado em Maio o processo de recrutamento deste ano, dirigido aos residentes de Macau, para preencher vagas no regime de pessoal contratado, com a intenção de contratar 50 pessoas. Nesse concurso, verificou-se o número recorde de 4.550 candidatos, jovens de Macau.

VII. Promoção do trabalho direccionado aos jovens, adoptando medidas múltiplas para impulsionar o seu emprego e o desenvolvimento

Promoção do emprego para os jovens com maior intensidade e acções mais concretas. Na época da conclusão do ano lectivo, há duas grandes feiras de emprego dirigidas aos

jovens, com oferta de trabalho prevista superior a 2.000 lugares. Estamos a implementar de forma contínua o “Plano de Apoio a Jovens Empreendedores” e a apoiar a realização do “Concurso de Inovação e Empreendedorismo Juvenil de Macau” em 2026. A partir de Maio deste ano estão a ser lançados, progressivamente, mais de 10 programas de estágio no Interior da China, seguidos, agora em Junho, do “Plano de estágio para criar melhores perspectivas de trabalho”, oferecendo no conjunto cerca de 1.000 vagas de estágio. Aperfeiçoamento das políticas de apoio ao crescimento e desenvolvimento dos jovens. Prosseguimos com a implementação do “Plano de Financiamento para Carreiras Profissionais dos Jovens de Macau na Grande Baía” que conta já com a participação de mais de 200 jovens.

Reforçámos a cooperação com incubadoras de jovens empreendedores na Grande Baía. Até Maio deste ano, há 23 instituições de incubação juvenil, de nove cidades do interior da China integradas na Grande Baía, estabelecidas em regime de cooperação com Macau. Concluímos o estudo e avaliação intercalares da “Política de Juventude de Macau (2021-2030)”. Construámos um sistema de apoio ao desenvolvimento juvenil em quatro níveis. Acompanhámos continuamente a saúde física e mental dos jovens.

VIII. Aproveitamento pleno da vantagem única de ter “apoio do país e ligação com o mundo”, para uma melhor integração na conjuntura ao serviço do desenvolvimento nacional

Em Abril deste ano, conduzi com sucesso uma delegação do Governo da RAEM e uma delegação empresarial numa visita a quatro países europeus, incluindo Portugal, e organizações internacionais relevantes, durante a qual foram realizadas mais de 46 actividades e assinados mais de 100 acordos de cooperação. Esta visita apresentou de forma abrangente à comunidade internacional as importantes conquistas alcançadas por Macau na prática bem-sucedida de “um país, dois sistemas”; através de um modelo novo e inovador que consiste em “partilhar um barco para navegar em conjunto”, Macau promoveu com sucesso as oportunidades de desenvolvimento de Macau e Hengqin, ajudando empresas do Interior da China e de Macau a expandirem conjuntamente para os mercados lusófono, hispânico e europeu, elevando eficazmente os níveis de confiança mútua e cooperação com os países envolvidos, contribuindo assim para a abertura do país ao exterior de alta qualidade.

Enriquecimento contínuo das funções da Plataforma sino-portuguesa. Reforçar a construção da Plataforma de Serviços Financeiros entre a China e os Países de Língua Portuguesa e expandir a cooperação prática em áreas como inovação tecnológica, feiras e exposições, comércio e protecção dos direitos dos consumidores.

Aprofundamento da construção da “uma Base”. Foram realizados trabalhos para prosseguir de forma ordenada a construção da Zona Internacional de Turismo e Cultura Integrados de Macau, tendo já iniciado os trabalhos de concepção arquitectónica do Museu Nacional da Cultura de Macau. Continuámos a aperfeiçoar os eventos culturais e desportivos

diversos, realizando várias exposições com temas de intercâmbio cultural entre Oriente e Ocidente.

Impulso para o estabelecimento de novas representações governamentais no estrangeiro nas áreas de economia, comércio, turismo e cultura, alargando a cooperação e os intercâmbios externos. Está no processo de criação em Kuala Lumpur, Malásia, uma entidade, sob a forma jurídica de empresa com capital integralmente público; todos os trabalhos preparatórios estão a decorrer de forma ordenada, com o objectivo de estar concluída até ao final de Junho.

Participação activa na construção de alta qualidade da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau. Verificou-se continuidade na promoção da cooperação em turismo, na atracção de investimentos, inovação científica e tecnológica, serviços financeiros, bem como em padronização e certificação.

Os trabalhos do primeiro semestre deste ano foram concluídos com sucesso e alcançaram resultados positivos, criando uma base sólida para a governação no segundo semestre. O Governo da RAEM continuará a congregar o saber e a coesão de todos os sectores, aproveitando decididamente a importante oportunidade histórica proporcionada pelo “15.º Plano Quinquenal” nacional; avançará com determinação, superando dificuldades e desafios, executando eficazmente as tarefas governativas do segundo semestre e desenvolverá todos os esforços para alcançar plenamente os objectivos das Linhas da Acção Governativa deste ano.

Alicerçado na implementação plena das diversas medidas do relatório das Linhas da Acção Governativa para 2026, o Governo da RAEM dedicar-se-á, no segundo semestre, aos sete domínios que se seguem:

Primeiro: Defender inabalavelmente a segurança nacional e a estabilidade social.

Continuar a reforçar a consciência e a capacidade da equipa de governação da RAEM na salvaguarda da segurança nacional, fortalecendo a prevenção e gestão de riscos. Avançar de forma ordenada com a elaboração das leis contra o branqueamento de capitais e contra o terrorismo. Manter uma postura firme contra todo o tipo de actividades criminosas, reforçar a presença policial em locais prioritários como postos fronteiriços e principais zonas turísticas, e gerir eficazmente o fluxo de pessoas durante as grandes festividades e feriados do segundo semestre, assegurando a boa ordem pública em Macau, bem como a segurança interna e a estabilidade social geral.

Segundo: Publicar e implementar o “3.º Plano Quinquenal” da RAEM.

Com base na consulta pública, o Governo analisará e integrará sistematicamente as

opiniões e sugestões recebidas, elaborando o texto oficial do “3.º Plano Quinquenal”, com o objectivo de o publicar e iniciar a sua execução em Agosto deste ano. Será também intensificado o trabalho de redacção do relatório das Linhas de Acção Governativa para 2027, com cada área a articular-se com o “3.º Plano Quinquenal” e a tomar responsabilidades sobre as tarefas definidas nesse plano, incorporando-as nas Linhas Governativas do próximo ano. As políticas que possam ser executadas de forma antecipada devem sê-lo, assim como os projectos que possam ser iniciados de imediato também o devem ser, assegurando que cada item do “3.º Plano Quinquenal” seja concluído sucessivamente e que os avanços pretendidos sejam verificados anualmente.

Terceiro: Promover de forma sólida o desenvolvimento da diversificação adequada da economia.

Procurar concluir, ainda este ano, a criação do Fundo de Orientação Governamental e o estabelecimento da sua equipa de gestão. Acelerar o “Plano para o desenvolvimento económico no âmbito de apoio ao estabelecimento da primeira loja em Macau”; expandir continuamente o mercado internacional de turistas; atrair mais fundos para Macau, promovendo e fortalecendo o mercado de obrigações; aumentar a competitividade das indústrias de exposições, convenções e comércio, fomentando mais cooperações concretas.

Implementar de forma activa e ordenada os quatro grandes projectos de engenharia. Impulsionar a construção da Cidade (Universitária) de Educação Internacional de Macau e Hengqin, com a Universidade de Macau, a Universidade Politécnica de Macau e a Universidade de Turismo de Macau a ocuparem, no ano lectivo 2026/2027, a primeira fase do campus (Praça DeZhi), iniciando o ensino de pós-graduação com cerca de 1.350 estudantes no primeiro ano.

Avançar com a construção da Zona Internacional de Turismo e Cultura Integrados de Macau, iniciando o trabalho de concepção arquitectónica do Museu Nacional da Cultura de Macau. Iniciar o projecto de concepção preliminar e de construção do Parque Industrial de Investigação e Desenvolvimento das Ciências e Tecnologias de Macau; intensificar a captação de investimento tecnológico e preparar adequadamente um portfólio de projectos para o parque tecnológico.

Impulsionar a construção do terminal de mercadorias em Hengqin, iniciando a construção da estrutura principal, com conclusão e inspecção de obra previstas para o primeiro trimestre de 2027. No terceiro trimestre de 2026, antes da entrada em funcionamento formal, será testado todo o processo operacional do terminal, com o modelo-piloto, a efectivação das formalidades aduaneiras, inspecção de segurança e a pré-paletização da primeira remessa de mercadorias em Hengqin, que serão transportadas através do posto fronteiriço até ao aeroporto de Macau, concretizando o novo modelo inovador de logística

transfronteiriça.

Quarto: Garantir e otimizar eficazmente a qualidade de vida da população.

Executar adequadamente o trabalho do Plano de Comparticipação Pecuniária no Desenvolvimento Económico para o ano de 2026, assegurando que os residentes dele beneficiem o mais rapidamente possível; prevê-se a atribuição de 7.000 patacas, como repartição extraordinária de saldos orçamentais, a cerca de 90.000 residentes elegíveis.

Continuar a promover adequadamente o trabalho de distribuição dos recursos humanos; combater eficazmente o trabalho ilegal; ajustar dinamicamente o número de trabalhadores não residentes, garantindo que estes apenas complementem a força de trabalho local e assegurando plenamente os direitos dos residentes locais ao emprego.

Intensificar a fiscalização no trânsito e acelerar o estudo da revisão da Lei do Trânsito Rodoviário. Monitorizar continuamente as variações dos preços dos combustíveis. Continuar o inquérito Intercensos 2026.

Sob a premissa de manter a estabilidade social geral, adoptar uma abordagem inovadora e impulsionar com maior determinação a renovação urbana. Realizar um diagnóstico urbano e explorar a criação de um novo modelo integral de renovação urbana. Aplicar medidas integradas e coordenadas em múltiplos domínios, como redução de impostos e taxas, ajuste do montante do prémio, ampliação da aplicação das habitações temporárias e melhor aproveitamento dos recursos habitacionais de trocas, para acelerar o processo de renovação urbana.

Quinto: Reforçar a construção da Zona de Cooperação Aprofundada entre Guangdong e Macau em Hengqin.

Orientada pela ciência, tecnologia e educação, resolver obstáculos ao desenvolvimento mediante reformas e aprofundar a integração entre Macau e Hengqin. Aproveitar plenamente o mecanismo de captação conjunta de investimento em regime permanente, continuando a promover as vantagens únicas de “Macau + Hengqin” no mercado estrangeiro. Explorar plenamente a função do Centro de Serviços Económicos e Comerciais entre a China e os Países de Língua Portuguesa, organizando missões empresariais em conjunto para expandir mercados externos. Aprofundar continuamente a cooperação industrial entre Macau e Hengqin. Lançar o “Cartão de Talento Macau-Hengqin”, promovendo conjuntamente a atracção de talentos.

Impulsionar a implementação da política que permite a entrada em Hengqin de veículos com matrícula de Macau. Aprofundar ainda mais a convergência regulamentar entre Macau

e Hengqin, promovendo activamente inovações nos regimes jurídicos e políticas. Iniciar a construção da obra principal do acesso anexo ao Posto Fronteiriço Hengqin na Universidade de Macau. Aperfeiçoar o sistema de garantias sociais e aprofundar o desenvolvimento integrado das áreas de educação, saúde, trabalho para jovens e serviços públicos entre Macau e Hengqin.

Sexto: Aprofundar continuamente a reforma da administração pública.

Com o objectivo de aumentar a eficiência administrativa, proceder à reestruturação organizacional de oito serviços públicos; avançar de forma estável com a reforma das carreiras funcionais; lançar uma plataforma para tratamento de opiniões dos cidadãos. Acelerar a revisão de leis importantes, como o Código do Procedimento Administrativo e o regime jurídico das associações.

Sétimo: Reforçar a cooperação e os intercâmbios externos.

Sob a orientação do Governo Central, preparar e organizar com empenho a 13.^a Reunião Ministerial do Turismo da APEC e apresentar integralmente a imagem de Macau como Centro Mundial de Turismo e Lazer, desempenhando melhor o papel de ponte e ligação entre a Pátria e o mundo. Planear e executar missões oficiais ao estrangeiro, reforçando a cooperação prática entre Macau e os países do Sudeste Asiático nos domínios económico, turístico e intercâmbios culturais e interpessoais. Estudar a viabilidade de instalação de representações no Nordeste Asiático, elevando o nível de cooperação com os países daquela zona.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, caros cidadãos,

Actualmente, a grandiosa causa de “um país, dois sistemas” em Macau está a entrar numa nova fase de desenvolvimento de alta qualidade. Perante a nova conjuntura e novas oportunidades, o Governo da RAEM unirá e liderará todos os sectores da sociedade, implementando profundamente as importantes orientações constantes dos discursos do Senhor Presidente Xi Jinping, aplicando de forma integral, precisa e inabalável o princípio de “um país, dois sistemas”, defendendo firmemente a soberania, segurança e interesses de desenvolvimento nacional, mantendo e aperfeiçoando o sistema com predominância do poder executivo, avançando decididamente na diversificação adequada da economia, na construção da Zona de Cooperação em Hengqin, na renovação urbana, na reforma da administração pública e na optimização e melhoria do bem-estar social. Assumirá com coragem a sua missão histórica nesta era de “um país, dois sistemas”, irá trabalhar com espírito empreendedor e aproveitará o impulso para dar novos e maiores contributos para a abertura de uma nova conjuntura de promoção plena da construção de um país forte e do grande rejuvenescimento da nação chinesa através da modernização ao estilo chinês.

Por fim, gostaria de expressar o meu mais profundo agradecimento à Assembleia Legislativa, aos cidadãos em geral e a todos os trabalhadores dos serviços públicos, bem como ao Governo Central e às diversas instituições estabelecidas em Macau que sempre apoiaram o desenvolvimento de Macau, e também a todos os amigos de diversos sectores que prestam atenção e apoiam a construção de Macau.

Termino aqui a minha apresentação.

Obrigado, Senhor Presidente. Obrigado, Senhoras e Senhores Deputados. Obrigado, senhores cidadãos.

Presidente: Obrigado, Sr. Chefe do Executivo.

Hoje, trinta e dois Deputados inscreveram-se para a reunião, tendo sido efectuado o respectivo agrupamento.

Em primeiro lugar, vou convidar os Deputados do primeiro grupo para colocar as questões. Tem a palavra a Sra. Deputada Wong Kit Cheng.

Wong Kit Cheng: Obrigada, Sr. Presidente.

Exmo. Sr. Chefe do Executivo, Sr. Presidente, Srs. membros do Governo, caros colegas:

Boa tarde.

A questão que quero abordar hoje tem a ver com o “novo modelo da renovação urbana”.

Desde a tomada de posse, Vossa Excelência tem liderado o Governo da Região Administrativa Especial priorizando a reforma profunda da administração pública, com o objectivo de melhorar a eficácia da governação. No relatório sobre a política governativa para 2026, foi definido que o Instituto para os Assuntos de Habitação se tornará o órgão principal responsável pela renovação urbana, tendo sido concluída recentemente uma reestruturação organizacional, e tendo sido implementada de forma abrangente a renovação urbana em múltiplos níveis, tais como planeamento, construção urbana e gestão urbana. Os cidadãos manifestaram o seu apoio a estas medidas, esperando que o ritmo dos trabalhos possa ser acelerado.

Nos últimos anos, a Renovação S.A. concluiu projectos de habitação para alojamento temporário e de habitação para troca, que passam a servir como suporte da renovação urbana, contudo os cidadãos e o sector privado referiram que ainda subsistem questões por otimizar, tais como a conversão da natureza dos terrenos, o aumento do coeficiente de ocupação, a

dificuldade na recolha dos direitos de propriedade e os elevados custos de reconstrução, o que tem afectado o progresso real e a eficácia da renovação urbana. É de salientar que no documento de consulta do 3.º plano quinquenal recentemente divulgado é mencionada a necessidade de “reforçar o planeamento integrado, melhorar a concepção das estratégias, implementar políticas de forma sistemática” e abordar a possibilidade, no âmbito da renovação urbana, de implementar diferentes medidas com a orientação do Governo, nomeadamente, de funcionamento do mercado, de renovação em conformidade com as características de cada zona, de aproveitamento integrado e de coordenação, reconstrução, revitalização e de desenvolvimento por áreas.

Neste sentido, Sr. Chefe do Executivo: de que forma concreta será feito o design estratégico e o planeamento integrado, de modo a permitir ao órgão principal da pasta da renovação urbana considerar de forma abrangente questões interdisciplinares e intersectoriais, tais como o planeamento urbano, definição de políticas dos terrenos e habitacionais, assim como a administração municipal, a preservação patrimonial e o desenvolvimento comunitário? Como será possível elaborar de forma mais proactiva um plano claro e ordenado para a renovação urbana, capaz de resolver problemas históricos verificados no processo de reconstrução urbana, nomeadamente a coordenação administrativa, a articulação jurídica, o financiamento e o equilíbrio de interesses entre as várias partes envolvidas, contribuindo assim para a construção de uma Macau mais feliz, mais bela e moderna para todos os seus residentes?

Obrigada.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Lei Cheng I.

Lei Cheng I: Obrigada, Sr. Presidente.

Exmo. Sr. Chefe do Executivo, Srs. membros do Governo, caros colegas:

A minha pergunta é “Oferecer incentivos e adoptar medidas para impulsionar a renovação urbana”.

Ex.mo Senhor Chefe do Executivo:

Em Macau, há cerca de 5000 edifícios com mais de 30 anos e muitos apresentam riscos de segurança devido ao envelhecimento das instalações eléctricas ou canalizações, infiltrações de água ou falta de manutenção das fachadas. O Governo da RAEM tem estado atento, ao longo dos anos, ao impulsionamento da reconstrução e renovação dos bairros antigos, mas segundo muitos residentes, mesmo querendo fazer obras de reparação ou de reconstrução, na prática, existem grandes dificuldades, como problemas complexos sobre o

direito de propriedade, falta de condomínio, procedimentos administrativos morosos e complicados, custos elevados de reconstrução que os proprietários não conseguem suportar e falta de incentivos à reconstrução. Como é difícil avançar com estes problemas reais, a sociedade espera mais acções concretas do Governo para impulsionar e apoiar este processo.

O documento de consulta do “3.º Plano Quinquenal” propõe acelerar a renovação urbana sob o princípio de “liderança governamental, funcionamento de mercado, adaptação às características de cada zona”, mas o essencial reside na sua concretização efectiva. O Governo deve proceder a um planeamento global integrado, combinando a renovação urbana em larga escala com a “micro-reabilitação comunitária”. Além de efectivar rapidamente a expansão do uso de habitações para troca e para alojamento temporário, bem como a redução dos prémios da reconstrução de edifícios antigos, deve reforçar substancialmente o apoio à renovação urbana e à manutenção de edifícios, aumentar os incentivos à reconstrução, promover continuamente a melhoria da fisionomia urbana e permitir mais PME locais de construção civil, bem como os seus trabalhadores, a participarem neste processo.

Exmo. Sr. Chefe do Executivo: quais são as medidas e políticas concretas que o Governo vai implementar este ano e na próxima fase, para impulsionar, efectivamente, ao nível jurídico, administrativo e financeiro, a renovação urbana e construir em conjunto com os residentes uma comunidade segura e agradável para viver?

Obrigada.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Chui Sai Peng.

Chui Sai Peng Jose: Obrigado, Sr. Presidente.

Exmo. Sr. Chefe do Executivo, Srs. membros do Governo, caros colegas:

O tema que quero abordar hoje é “Como promover o desenvolvimento da economia comunitária através da renovação urbana”.

Os trabalhos de renovação urbana merecem igualmente grande atenção, tanto a nível nacional como a nível das regiões administrativas especiais. Na Conferência Central de Trabalho para a Cidade, realizada em Julho do ano passado, o Secretário-Geral, Xi Jinping, propôs “transformar o foco dos trabalhos urbanos, dando mais importância à governação, quebrar o pensamento tradicional e as práticas habituais de ‘dar mais atenção à construção e menos atenção à governação’ e promover os novos princípios de desenvolvimento para a renovação urbana de alta qualidade, a operação de alto nível e a governação com alta eficiência”.

O 15.º Plano Quinquenal inclui a renovação das infra-estruturas subterrâneas da cidade e a instalação de elevadores nas áreas comunitárias na política de “dois importantes e duas inovações”, para promover a renovação urbana e satisfazer as necessidades da população em termos de uma vida melhor. Reveste-se, assim, de grande significado prático.

Sr. Chefe do Executivo como é que interpreta a tendência da política nacional? No decurso do desenvolvimento dos trabalhos, o Governo vai, através da manutenção sistemática das infra-estruturas dos bairros antigos de Macau, da modernização e renovação dos edifícios antigos, do embelezamento da cidade (por exemplo, a remoção de antenas localizadas em vias públicas), entre outros trabalhos de ordenamento urbanístico, articulando-os com as novas situações e necessidades do desenvolvimento económico dos bairros comunitários, fazer com que Macau consiga atingir, em conjunto, a renovação urbana e a diversificação adequada da economia?

Obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Lei Wun Kong.

Lei Wun Kong: Obrigado, Sr. Presidente.

Exmo. Sr. Chefe do Executivo:

A renovação urbana é um problema que afecta Macau há muitos anos. Nos bairros antigos de Macau, os prédios estão obsoletos, o ambiente de habitação é exíguo e as instalações complementares são insuficientes, problemas que já persistem há muito tempo, o que afecta a imagem de Macau e a elevação do nível de vida dos residentes que aí vivem. A renovação urbana e a revitalização dos bairros antigos não só contribuem para melhorar o ambiente habitacional dos seus moradores, aumentar a habitabilidade da cidade e equilibrar o aproveitamento dos terrenos, como também podem constituir uma nova força motriz para a diversificação adequada da economia e o desenvolvimento sustentável. Assim, é extremamente importante rever a política, os sistemas e os procedimentos relativos à renovação urbana.

Senhor Chefe do Executivo, de que novas ideias, políticas e medidas dispõe o Governo no âmbito da renovação urbana, com vista a ultrapassar as actuais dificuldades, como a proporção do direito de propriedade e a coordenação dos interesses, acelerando o processo da renovação urbana?

Obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Leong Hong Sai.

Leong Hong Sai: Obrigado, Sr. Presidente.

Boa tarde.

O tema da minha pergunta é “Utilizar os recursos habitacionais públicos para impulsionar a renovação urbana”.

O “15.º Plano Quinquenal” do Estado atribui grande importância ao princípio da “promoção da renovação urbana com alta qualidade”, pelo que devemos responder activamente e articular-nos com o plano nacional, acelerando o processo da renovação urbana, com o objectivo de mitigar os riscos de segurança dos edifícios em ruínas e perigosos dos bairros comunitários e construir um centro internacional de turismo e lazer.

A renovação urbana plena tem sido uma prioridade governativa ao longo dos últimos vinte anos. Ao longo deste período, o Governo tem continuamente planeado a construção de habitação pública, estruturado um sistema habitacional completo e estabelecido o regime jurídico da renovação urbana, reforçando as bases materiais e criando condições favoráveis para a renovação urbana, avançando de forma estável nas diversas tarefas de reconstrução de zonas antigas, reabilitação de edifícios e melhoria das condições habitacionais.

Espero que o Governo aproveite a vantagem da predominância do poder executivo, assegurando um apoio administrativo mais eficaz à renovação urbana, atribuindo mais recursos à Macau Renovação Urbana, S.A. para promover proactivamente as suas actividades, procedendo à análise e revisão da lei sobre a renovação urbana e da Lei de terras conforme as condições reais, bem como examinando o sistema de prémios e medidas incentivadoras. Paralelamente, deverá estudar a viabilidade do estabelecimento de fundos e do sistema de hipoteca reversa, com vista a melhorar o financiamento dos projectos de reconstrução e acelerar a execução das obras de renovação urbana.

A população em geral considera que os recursos habitacionais públicos constituem um elemento fundamental para o Governo promover a renovação urbana. Actualmente, o Governo está a estudar activamente a respectiva revisão legislativa, com o objectivo de alargar o âmbito de aplicação e os destinatários da habitação pública, incluindo as habitações de substituição. Senhor Chefe do Executivo, gostaríamos de perguntar se já foram alocados mais recursos e políticas com vista a estabelecer um plano a curto, médio e longo prazo para dinamizar os recursos habitacionais públicos no quadro da iniciativa “promover a renovação através da habitação”?

Obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Lei Leong Wong.

Lei Leong Wong: Obrigado, Sr. Presidente.

Exmo. Sr. Chefe do Executivo:

De acordo com os dados disponíveis, existem em Macau mais de 3700 edifícios habitacionais com mais de 40 anos, mas, devido à falta de um tratamento adequado ao longo dos anos, a falta de reparação tem vindo a agravar-se, sendo que muitos deles são prédios dos “três nãos”. Em termos objectivos, os proprietários têm a responsabilidade e o dever de administrar os seus edifícios, mas a sociedade em geral ainda não está muito consciencializada para a participação na administração dos edifícios, mais, a gestão dos prédios dos “três nãos” envolve vários serviços públicos e diferentes tutelas. Se os problemas não forem devidamente resolvidos, não só a qualidade de habitação dos moradores será afectada, como podem dar origem a uma série de problemas relacionados com a segurança pública, segurança contra incêndios, higiene e estrutura dos edifícios. Parecem ser questões irrelevantes, mas uma pequena desgraça ou um descuido podem dar origem a grandes problemas de gestão social, situação que não pode ser ignorada.

É de salientar que a consolidação dos alicerces da governação de base e o empenho na manutenção da harmonia e da estabilidade social constituem uma das quatro esperanças apresentadas pelo Presidente Xi Jinping à RAEM. O aperfeiçoamento da gestão dos prédios dos “três nãos” e o incentivo à criação de um órgão de administração contribuem para melhorar a administração dos edifícios e evitar os perigos latentes nos bairros comunitários, desempenhando um papel crucial na promoção dos trabalhos de renovação urbana, como a reconstrução, reparação e manutenção. O Governo deve dar a devida atenção ao problema e aperfeiçoar o mecanismo de gestão dos prédios dos “três nãos”.

Sr. Chefe do Executivo, neste momento em que a sociedade ainda não está consciencializada para a participação na administração de edifícios, o Governo deve tomar a atitude de “se preparar para a adversidade em tempos de prosperidade” e de ser empreendedor na gestão dos edifícios, por exemplo, reforçar a coordenação de topo, tomar como referência as medidas adoptadas nas regiões vizinhas, ou seja, os modelos “administração conjunta” e “chefe de prédio”, com vista a elevar a eficiência da administração predial e a consciência de participação dos residentes, promover a criação de um órgão de administração e aperfeiçoar o mecanismo de gestão comunitária, envidando esforços para salvaguardar a harmonia e a estabilidade social. O Governo vai fazer isso?

Obrigado.

Chefe do Executivo, Sam Hou Fai: Agradeço as perguntas colocadas pelos Deputados Wong Kit Cheng, Lei Cheng I, Chui Sai Peng, Lei Wun Kong, Leong Hong Sai e Lei Leong Wong.

O facto de tantos deputados manifestarem simultaneamente preocupação com a renovação urbana, demonstrando plenamente o importante significado desta renovação urbana, e todos nós estamos atentos a esta matéria, representando a atenção da sociedade em relação a esta matéria, que está intimamente ligada à melhoria da qualidade de vida da população, à diversificação económica, à transmissão cultural e à gestão urbana.

A Deputada Wong Kit Cheng focou-se principalmente no planeamento da estrutura de topo e na coordenação da renovação urbana; a Deputada Lei Cheng I centrou-se nas medidas concretas de apoio jurídico, administrativo e financeiro; o Deputado Chui Sai Peng focou-se na articulação entre gestão urbana e desenvolvimento económico no âmbito da renovação urbana; o Deputado Lei Wun Kong enfatizou as novas ideias, políticas e medidas para a renovação urbana; o Deputado Leong Hong Sai abordou a forma de revitalizar e utilizar melhor os recursos públicos de habitação nos trabalhos da renovação urbana; e o Deputado Lei Leong Wong destacou a gestão dos prédios dos “três nãos”. Agora vou dar uma resposta global.

Tal como referiram os senhores deputados, e como destacou o Deputado Chui Sai Peng, a nível nacional a renovação urbana é uma das prioridades do 15.º Plano Quinquenal do País. Há dias, o Conselho de Estado divulgou um plano específico relativo ao 15.º Plano Quinquenal da renovação urbana, no qual se define a criação de um sistema, mecanismos, políticas e normas para a renovação urbana sustentável e a promoção da renovação urbana de alta qualidade. Tudo isto constitui importantes orientações e referências para a promoção dos trabalhos de renovação urbana em Macau.

A renovação urbana é uma obra complexa que deve ser planeada e promovida sistematicamente, com vista à melhoria do ambiente dos bairros antigos, à elevação da qualidade de vida da população, à manutenção de uma densidade populacional adequada e à protecção e revitalização eficazes dos edifícios históricos. Ao mesmo tempo, serão introduzidos novos modelos económicos, criando novos pontos de crescimento económico, aumentando a eficiência geral da resiliência e segurança da cidade, entre outros aspectos. Tendo em conta a realidade de Macau, o Governo da RAEM vai promover a criação de um conjunto de modelos de renovação urbana que integrem a orientação do Governo, o funcionamento do mercado, a participação activa dos cidadãos, a criação de condições propícias para o desenvolvimento regional, o aproveitamento integral, a reconstrução e a revitalização das zonas exploradas.

Primeiro, desenvolver o papel orientador do Governo, aperfeiçoar as funções dos serviços públicos, reforçar o planeamento geral e a coordenação da política de renovação urbana.

Primeiro, desenvolver plenamente as funções da Direcção dos Serviços de Solos e

Construção Urbana, enquanto principal serviço responsável pela renovação urbana. Após a sua reestruturação, esta Direcção passou a assumir as funções de planeamento urbanístico, gestão de solos e renovação urbana, que irá melhor promover a renovação urbana a partir de vários níveis, nomeadamente o regime jurídico, a elaboração do planeamento, o aproveitamento dos terrenos, a apreciação das obras e a colaboração comunitária. O novo Departamento de Gestão Urbana irá reforçar as funções de reparação e manutenção dos edifícios. Segundo, impulsionar a Macau Renovação Urbana, S.A. a desempenhar melhor as funções de promoção da renovação urbana, nomeadamente, através de uma forma flexível de funcionamento do mercado comercial, no sentido de conhecer melhor as solicitações dos proprietários que pretendem avançar com a reconstrução, o que constitui um papel predominante do Governo.

Segundo, quanto aos trabalhos de inspecção urbana, espera-se que seja criado um modelo de planeamento mais ordenado, com vista a promover, de forma ordenada, os trabalhos de levantamento da situação actual das estruturas dos edifícios dos bairros antigos.

Este ano planeia-se iniciar o estudo sobre o sistema de planeamento das zonas prioritárias para o desenvolvimento da renovação urbana, analisando profundamente a realidade dos bairros antigos de Macau e criando um modelo de planeamento orientado para a implementação da renovação urbana. Este estudo irá estabelecer uma unidade específica para a renovação urbana, por exemplo, os princípios de planeamento e concepção para o planeamento de zonas pequenas e de zonas comunitárias não transformadas, propondo os procedimentos para a renovação urbana, analisando, de forma sistemática, as diferentes categorias regionais com diferentes potencialidades de desenvolvimento de Macau, bem como os respectivos incentivos, estabelecendo medidas de incentivo e critérios de controlo. Espera-se que, através de estudos, se possa formar um resultado de planeamento prático, orientador e operacional, proporcionando ideias de renovação urbana para os diversos planos.

Por outro lado, há que proceder à revisão das leis, acelerar a descoberta das barreiras legais e institucionais e proporcionar um melhor apoio aos trabalhos de renovação urbana. Há que a rever, de forma contínua, a situação de execução do regime jurídico da renovação urbana e estudar as medidas de benefícios fiscais, entre outras, no sentido de proporcionar maiores facilidades e incentivos para a renovação urbana. Com base nas experiências obtidas na prática da concessão de terrenos, serão estudadas soluções para a redução e isenção do prémio de concessão de terrenos.

No que diz respeito ao melhor aproveitamento dos recursos do Governo, no sentido de prestar maior apoio à renovação urbana, será promovida a racionalização da utilização dos recursos do Governo, tais como, habitação para troca, habitação para alojamento temporário e habitação económica já concluídas, estudando o alargamento do seu âmbito de aplicação, no sentido de aumentar, de forma mais diversificada, a vontade de participação dos

proprietários na reconstrução e promover, de forma estável, os trabalhos de revisão sobre as rendas de habitação temporária e a forma de distribuição.

Quanto à reparação e manutenção dos edifícios, o Governo da RAEM irá reforçar a consciência dos proprietários quanto ao cumprimento dos seus deveres quanto à reparação e manutenção dos seus edifícios, nomeadamente nos termos do Regime Jurídico da Construção Urbana, após 10 anos de ocupação dos edifícios e de 5 em 5 anos, ou caso se verifiquem indícios de falta de reparação do edifício, deve o seu proprietário proceder à sua conservação e reparação.

Quanto ao apoio financeiro, o Governo da RAEM está a proceder à revisão do regulamento administrativo do Fundo de Reparação Predial e do respectivo plano de apoio financeiro, com o objectivo de alargar o âmbito e o montante do apoio financeiro a conceder. O Plano de Apoio Financeiro para Reparação das Partes Comuns de Edifícios das Classes P e M destina-se aos edifícios baixos com 30 anos ou superior, a fim de elevar a vontade dos proprietários de edifícios baixos em efectuar a reparação dos seus edifícios.

No que diz respeito à gestão e manutenção das infra-estruturas urbanas de canais e condutas, face ao problema do envelhecimento das condutas subterrâneas nos bairros antigos, no futuro será feita uma articulação com a estratégia de renovação urbana, procedendo-se de forma ordenada às obras rodoviárias e à colocação de condutas. Através da integração das obras, procurar-se-á reduzir ao máximo os transtornos causados aos cidadãos pelos projectos de infra-estruturas. Continuar-se-á a realizar obras de modernização e requalificação da rede de drenagem nas zonas onde tal seja viável, mediante a construção adicional, actualização e expansão da capacidade, com o objectivo de melhorar e reforçar o sistema de drenagem urbana.

No âmbito do embelezamento urbano, será plenamente aproveitado o papel do Grupo de Trabalho para a Embelezamento e Limpeza da Cidade, coordenando a implementação do plano de requalificação das antenas que atravessam as ruas. Este ano, o Pátio do Comandante Mata e Oliveira será o local-piloto para o plano de requalificação das antenas que atravessam as ruas, alargando-se progressivamente de forma ordenada a outras zonas antigas. Será continuamente optimizado o paisagismo verde existente nas zonas antigas, realizando-se trabalhos de arborização nas zonas verdes onde as condições o permitam. De acordo com os princípios de poupança e adequação às condições locais, serão introduzidas diversas espécies vegetais adaptadas, combinando plantas floríferas, plantas ornamentais de folhagem e plantas aromáticas, com o objectivo de elevar o nível de arborização comunitária.

No que diz respeito à gestão dos edifícios dos “três não”, o Governo aperfeiçoará os mecanismos de gestão, prestando diversas medidas de apoio, tais como subsídios para a administração de edifícios, realização de cursos de formação para órgãos gestores, bem como

assistência técnica para a convocação de assembleias de condóminos com vista à constituição desses órgãos gestores, continuando a promover as inspecções de segurança contra incêndios em edifícios. Desde 2026 até Maio deste ano, foram efectuadas um total de 1980 inspecções e vistorias de segurança contra incêndios em edifícios residenciais de Macau.

Dá-se grande importância à segurança contra incêndios em estaleiros de obras e em projectos de construção, tendo sido criado um grupo interdepartamental de coordenação para melhorar a supervisão e fiscalização das obras em construção e as obras de manutenção. Este grupo realiza inspecções regulares de segurança em edifícios e locais sujeitos a obras de construção, reparação ou manutenção, e promove campanhas de educação e sensibilização junto da comunidade através de múltiplos canais. O Governo incentiva ainda os proprietários a realizarem regularmente trabalhos de reparação e manutenção nos seus edifícios, o Regime jurídico da construção urbana já isenta totalmente o imposto sobre as obras de reparação e manutenção dos edifícios.

Em termos globais, já respondi às questões colocadas pelos Srs. Deputados.

Presidente: Obrigado, Sr. Chefe do Executivo.

Agora, vou convidar os Deputados do segundo grupo para colocar as questões. Tem a palavra o Sr. Deputado Ngan Iek Hang.

Ngan Iek Hang: Obrigado, Sr. Presidente.

Exmo. Sr. Chefe do Executivo, Sr. Presidente, Srs. membros do Governo, caros colegas:

Boa tarde.

A diversificação adequada da economia é um caminho indispensável para o desenvolvimento de Macau a longo prazo. Segundo o documento de consulta do Terceiro Plano Quinquenal, até 2030, a percentagem do valor acrescentado das indústrias não-jogo no PIB vai aumentar para 60 por cento, o que significa que a reconversão industrial vai entrar numa fase crucial. O Governo está a promover as indústrias “1+4” e a lançar uma série de medidas de emprego, tendo já alcançado resultados preliminares. Mas, actualmente, os postos de trabalho locais continuam a concentrar-se nas áreas do jogo, turismo e serviços, e, devido à pressão do ambiente externo e da exploração das pequenas e médias empresas dos bairros comunitários, as opções de emprego dos residentes têm de ser alargadas. Muitos trabalhadores efectivos que querem mudar de profissão e também os recém-graduados esperam haver mais postos de trabalho estáveis e diversificados para as categorias de base e média, nas indústrias emergentes.

Sr. Chefe do Executivo, no processo de promoção da diversificação industrial, o Governo deve, através de captação de investimentos, apoio às empresas e fundos de orientação, criar postos de trabalho mais diversificados para as categorias de base e média. Deve ainda aperfeiçoar os mecanismos complementares de emparelhamento de emprego, de estágios e de formação, orientando as indústrias emergentes na captação de locais de diferentes faixas etárias e background profissional, optimizando, de forma contínua, a estrutura de emprego, alargando os horizontes de desenvolvimento dos residentes, e promovendo um desenvolvimento harmonioso e positivo entre a reconversão industrial e o emprego da população. O Governo vai fazer isso?

Obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Lam Lon Wai.

Lam Lon Wai: Obrigado, Sr. Presidente.

Exmo. Sr. Chefe do Executivo, Sr. Presidente, Srs. membros do Governo, caros colegas:

Boa tarde.

Nos últimos anos, o País apresentou várias vezes o conceito de “investimento na pessoa”, salientando que não basta o “investimento no objecto”, deve-se dar maior ênfase à capacidade de emprego, desenvolvimento profissional e segurança de vida dos cidadãos.

Para se articular com o desenvolvimento nacional, Macau tem promovido, em conjunto com as instituições civis, projectos de formação profissional, certificação de competências, estágios para jovens, reconversão profissional para pessoas de meia-idade e idosas, aprendizagem ao longo da vida e conjugação profissional, tendo já alcançado resultados consideráveis. Mas, o que mais preocupa os residentes continua a ser o emprego e o futuro. Alguns jovens “têm habilitações académicas, mas não têm experiência; querem entrar em determinado sector, mas não têm oportunidade”; alguns trabalhadores de meia-idade temem que, após a transformação industrial, “as suas competências fiquem desactualizadas e a reconversão profissional seja difícil”; já os residentes da camada de base preocupam-se com a possibilidade de, no futuro, “terem idade avançada, falta de competências e dificuldades no emprego”. Mais, alguns cursos de formação não correspondem às necessidades reais do mercado, ao desenvolvimento profissional e à certificação de competências, o que conduz facilmente à situação em que “não há emprego depois da formação ou a certificação não garante a promoção”.

Ex.mo Chefe do Executivo: Face aos resultados alcançados, como vai o Governo promover, de forma sistemática, o “investimento na pessoa” e criar um mecanismo de

formação de talentos mais alinhado com as necessidades reais do mercado e das indústrias, para ajudar mais os residentes, sobretudo os jovens, a alcançar os objectivos de “trabalho de qualidade, emprego estável e novo futuro”?

Obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Pereira Coutinho.

José Maria Pereira Coutinho: Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Chefe do Executivo,

Srs. Membros do Governo,

Srs. Membros do Conselho do Executivo:

Boa tarde!

O título da minha intervenção tem haver com a “Dinamização da economia local e a resolução dos problemas estruturantes”

Sr. Chefe do Executivo:

A situação económica de Macau enfrenta enormes desafios, com as seis operadoras de jogo, a Função Pública e demais concessionárias a restringirem novas contratações impactando os jovens licenciados que procuram empregos e a situação agravava-se com o elevado número de TNR.

O Governo deve rever, com urgência, as quotas e as condições de admissão de TNR por sector de actividade, impor critérios mais rigorosos de comprovação da indisponibilidade de mão-de-obra local, especialmente para funções de venda de produtos de marca, relações-públicas e cargos administrativos de nível médio e superior, contratando os jovens licenciados de Macau para ocupar estas vagas.

É importante haver políticas activas de emprego local, (subsídios à contratação, estágios remunerados, requalificação profissional), de modo a travar o desemprego qualificado jovem e a consequente fuga de talentos.

O Governo deve estudar a criação de um regime de bonificação das taxas de juros bancárias com critérios objectivos, nomeadamente, “limitando o crédito à habitação e a troca de residências ou mutuários com quebras de rendimento devido ao desemprego”, de forma a

aliviar o peso das amortizações bancárias e evitar a vaga de incumprimentos.

Deve elevar-se o moral dos trabalhadores da Função Pública promovendo uma gestão mais dignificante, atenciosa e participativa, valorizando o seu papel como pilar da Administração Pública, nomeadamente, através de acções de reconhecimento, melhoria do ambiente de trabalho, redução de assimetrias internas e audição activa das suas necessidades físicas, mentais e familiares elevando-se a qualidade da gestão governativa.

Sr. Chefe do Executivo:

O que tem a dizer sobre o assunto?

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Chan Hao Weng.

Chan Hao Weng: Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Chefe do Executivo:

Boa tarde.

O Governo tem promovido vigorosamente a diversificação das indústrias “1+4”, sendo amplamente apoiado pela sociedade. Mas os residentes da camada de base, os pais e os jovens sentem profundamente a seguinte impotência: quanto mais a cidade desenvolve as suas indústrias, menos empregos estáveis existem para os residentes e mais estreitas se tornam as suas perspectivas profissionais. Porquê? Actualmente, os projectos das quatro indústrias não pararam de ser implementados e expandidos, mas o Governo não disponibiliza cursos de ensino adequados, nem programas sistemáticos de formação profissional ou políticas claras para orientar os jovens a escolherem áreas de estudo relacionadas. Muitos jovens têm vontade de progredir e desejo de transformação e desenvolvimento, mas, por falta de competências, estágios e canais de acesso, não conseguem ingressar nestas novas indústrias, acabando por aceitar trabalhos temporários ou eventuais, com emprego instável e rendimentos baixos, tendo o seu desenvolvimento profissional limitado, a longo prazo. Entretanto, o princípio de dar prioridade aos trabalhadores locais nunca foi concretizado nos sectores de serviços de utilidade pública, instituições financeiras, escolas e no âmbito da educação, bem como nos cargos estáveis envolvendo funções administrativas especializadas, nem existe um mecanismo adequado de substituição que permita aos residentes qualificados ocuparem os postos actualmente preenchidos por mão-de-obra importada.

Seja nos postos de trabalho tradicionais e estáveis, seja nas novas vagas criadas pelas

quatro indústrias, os resultados do desenvolvimento industrial continuam a não beneficiar os residentes de Macau. As exigências dos residentes são muito claras: o desenvolvimento industrial deve beneficiá-los em primeiro lugar e garantir o seu acesso ao emprego.

Assim, gostaria de perguntar ao Chefe do Executivo: O Governo deve elaborar políticas concretas e viáveis, com calendários definidos, que, por um lado, melhorem a educação e a formação profissional, orientem os jovens a tirar cursos correspondentes e apoiem plenamente os residentes no ingresso nestas quatro indústrias; e, por outro, criem um mecanismo de substituição que permita recuperar gradualmente os postos de trabalho estáveis nos sectores de serviços de utilidade pública, financeiros, educacionais e administrativos, resolvendo de forma definitiva a situação prolongada em que os residentes de Macau são forçados a aceitar empregos temporários e instabilidade laboral, assegurando assim aos residentes e aos jovens empregos estáveis e fixos, bem como espaço de desenvolvimento, permitindo-lhes realmente partilhar dos frutos do desenvolvimento da diversificação industrial de Macau. Vai fazê-lo?

Obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Chefe do Executivo.

Chefe do Executivo, Sam Hou Fai: Agradeço as perguntas dos quatro Deputados.

A questão do Deputado Ngan prende-se principalmente com a forma como as indústrias emergentes podem impulsionar o emprego dos residentes locais e dos jovens, enquanto o Deputado Lam se preocupa principalmente com a forma de promover, de forma sistemática, o investimento nos recursos humanos. O Deputado José Pereira Coutinho está preocupado com o emprego local, trabalhadores não residentes e funcionários públicos, enquanto o Deputado Chan Hao Weng está preocupado com vários aspectos, como o apoio à participação dos jovens nas quatro indústrias e a garantia do emprego dos locais.

Agora vou dar uma resposta global. Como todos sabem, o emprego é a base do nosso sustento e, por isso, costumamos dizer que as pessoas precisam de viver feliz e trabalhar com alegria. Deste modo, o emprego ocupa uma posição de extrema importância em Macau. O Governo da RAEM tem consistentemente avançado e efectivado o trabalho prioritário de promover o emprego dos residentes locais, o qual está directamente relacionado com a estabilidade geral da situação. Desde que os residentes locais tenham capacidade e disponibilidade para trabalhar, damos prioridade à sua contratação, conforme a política e orientação estabelecidas. Tomamos activamente medidas para salvaguardar os direitos e interesses dos residentes locais no mercado de trabalho, e continuamos a planear e executar as acções pertinentes através do Grupo de Trabalho para a Coordenação da Promoção do Emprego.

Continuaremos a recolher postos de trabalho adequados às necessidades de emprego dos diferentes grupos etários, implementando medidas de emparelhamento de emprego e de apoio, optimizando, ainda mais, a política de emprego. Entre Janeiro e Abril do corrente ano, foram organizadas 40 sessões de emparelhamento de emprego para sectores específicos, e as respectivas medidas de apoio ao emprego ajudaram um total de 3770 pessoas a encontrar emprego.

Além disso, implementámos o programa específico “Emprego + Formação”. Este ano, este programa específico disponibiliza mais de 600 postos de trabalho de alta qualidade, cujos sectores abrangidos foram alargados às áreas financeira e das telecomunicações, tendo ainda sido concebidos cursos de formação e exames de certificação específicos. Proporcionando aos residentes oportunidades de ingressar nas grandes empresas e de ascensão profissional. Ao mesmo tempo, continuámos a optimizar a plataforma de formação profissional integrada. Até Abril do corrente ano, já foram lançados 447 cursos, abrangendo vários sectores, e mais de 3 mil pessoas utilizaram esta plataforma. Prevê-se que, no terceiro trimestre, sejam lançados cursos de formação sob encomenda, reforçando a articulação entre a formação profissional, as competências individuais e os requisitos das funções, de modo a garantir uma ligação precisa entre os conteúdos da formação na plataforma profissional e as necessidades do mercado.

Procedemos ao controlo adequado do número de trabalhadores não residentes, conforme as necessidades do desenvolvimento económico de Macau. Face à insuficiência da oferta de mão-de-obra local, especialmente para funções básicas e essenciais ao funcionamento da sociedade, que exigem grande esforço físico e que os residentes locais têm pouco interesse de assumir essas funções, bem como para técnicos de perfis altamente especializados, procedemos de forma pragmática ao acompanhamento e à apreciação dos pedidos de importação de trabalhadores não residentes.

Em relação aos postos de trabalho que os candidatos locais têm interesse e capacidade de assumir, irá tomar a iniciativa de proceder à colocação profissional dos residentes junto das empresas, acompanhando, de forma contínua, a eficácia do emparelhamento de emprego. Até Abril do corrente ano, o número total de trabalhadores não residentes era de 182 815, dos quais 147 745 são não especializados e 6 287 são especializados, sendo 28 783 trabalhadores domésticos, ocupando a grande maioria. Este é o número total que engloba os 147 mil trabalhadores não especializados, os especializados e os domésticos. Cerca de 70% dos trabalhadores não residentes não especializados exercem predominantemente funções intensivas e de nível básico, tais como limpeza, serviços de restauração e segurança. Esta é a situação geral até Abril deste ano.

Promover a diversificação adequada da economia e atrair a participação das empresas de Macau em projectos industriais favoráveis à criação de postos de trabalho para os

residentes de Macau, com vista a alargar as suas opções de emprego. Estas medidas incluem a promoção do Plano de “Embaixadores de Captação de Investimento de Macau”, convidando empresários distintos para promoverem o ambiente de negócios e as vantagens de Macau, elevando a eficácia da atracção de negócios e criando oportunidades de emprego diversificadas. Até os primeiros cinco meses deste ano, o serviço *one-stop* para investidores concluiu o acompanhamento de 108 planos de investimento, de entre os quais, mais de 60% dos projectos industriais foram incluídos no programa “1 + 4”, e 493 postos de trabalho foram criados após o acompanhamento dos projectos de investimento. Reforçou-se a recolha de ofertas de emprego para as empresas relevantes do sector, tendo sido realizadas, sucessivamente, sessões de bolsas de contacto especializadas para empresas de tecnologia e para o sector bancário, ajudando os candidatos a conhecer o desenvolvimento destes sectores, através de seminários e *workshops* profissionais.

Criámos um ambiente de investimento industrial orientado pelo Fundo, atraindo empresas de capitais internacionais e de fundos profissionais a estabelecerem-se em Macau. Há pouco, também referi que existem várias empresas de fundos que já se estabeleceram em Macau, e algumas estão a ser apreciadas, pois a apreciação e aprovação são da competência do Chefe do Executivo, e quanto à respectiva legislação, foi aprovada há pouco tempo, por isso, essas empresas vão recrutar localmente um determinado número de talentos da área financeira.

Para o parque industrial de investigação e desenvolvimento científico e tecnológico que se encontra em fase de construção, iremos promover activamente o estabelecimento de indústrias de alta e nova tecnologia e de projectos na área da medicina tradicional chinesa, criando mais postos de trabalho para as novas indústrias, trata-se de uma medida para promover a diversificação adequada da economia e a introdução de empresas em Macau, com vista a alargar os postos de trabalho.

Por outro lado, iremos dar início a um estudo sobre a procura de quadros qualificados para o futuro desenvolvimento das indústrias prioritárias de Macau. Temos de conhecer bem o sector “1 + 4” e as necessidades dos futuros postos de trabalho nas áreas da educação, saúde e direito, que são mais populares e que têm uma maior correspondência no emprego, por isso, temos de conhecer, em primeiro lugar, a situação das necessidades futuras, no sentido de ajudar os alunos a planearem o caminho do desenvolvimento da sua carreira profissional, espera-se que o relatório do estudo possa ser divulgado ainda este ano, a fim de se conhecer a situação dos talentos necessários para o futuro desenvolvimento destas indústrias.

Reforçar a formação de talentos, concretizar o conceito de investir nas pessoas, através da optimização do sistema educativo, da formação de talentos necessários ao desenvolvimento das indústrias e do aumento da competitividade dos residentes no emprego, incluindo o ensino não superior. Há que promover a educação em inteligência artificial em

todos os níveis escolares, melhorando continuamente a literacia tecnológica dos alunos e formando talentos na área tecnológica; aprofundar a cooperação entre escolas e empresas, optimizando os currículos do ensino técnico profissional no ensino secundário. No ano lectivo 2025/2026, um total de 12 escolas irão oferecer 32 cursos de ensino técnico profissional, todos alinhados com a orientação estratégica do modelo “1+4”.

No ensino superior, em resposta às necessidades do desenvolvimento social e industrial, será aperfeiçoada a distribuição das disciplinas académicas, com o aumento de cursos de licenciatura nas áreas de ciências farmacêuticas, inteligência artificial e educação, direito e tecnologia, inteligência artificial e macro saúde, gestão e ciências de dados, entre outros. Será incentivada a criação, pelas instituições de ensino superior, de cursos de curta duração e micro-especializações alinhados com as exigências do mercado, desenvolvendo assim um conjunto de quatro etapas para apoiar o crescimento, a realização e o sucesso dos jovens. A primeira etapa consiste em aperfeiçoar o planeamento vocacional dos estudantes; a segunda etapa é incentivar os estudantes a inscreverem-se em disciplinas ligadas aos sectores industriais prioritários; a terceira etapa é proporcionar amplas oportunidades de estágio, ajudando os jovens a integrar o mercado de trabalho; a quarta etapa é promover a formação contínua, favorecendo a mobilidade ascendente. Trata-se de uma medida de quatro níveis, cujo objectivo é apoiar o crescimento, o desenvolvimento e o sucesso dos jovens.

Em relação à questão da habitação, crédito e funcionários públicos, colocada pelo Deputado José Pereira Coutinho, o Governo da RAEM incentiva os bancos e o sector financeiro, sob o princípio da prudência na gestão do risco, prestar aos clientes o apoio adequado ao crédito, por exemplo, a medida de pagamento de juros com suspensão temporária do reembolso do capital, etc.

O Governo da RAEM, atento às solicitações dos trabalhadores da Função Pública, tem vindo a reforçar, através de diferentes medidas, a coesão e o sentimento de pertença da equipa de funcionários públicos, com o objectivo de criar uma equipa de talentos de governação que acompanhe a evolução dos tempos, sejam activos e com sentido de responsabilidade profissional. No processo da reforma da administração pública, todos podem verificar que os dirigentes e chefias dos nossos serviços prestaram muita atenção e tomaram conhecimento da situação dos funcionários públicos, estimulando-os a acompanharem o processo da reforma da administração pública da RAEM, com vista a articular-se com estas medidas. Lembro-me que o Presidente do Instituto para os Assuntos Municipais tem referido várias vezes, e veio aqui apresentar que, todos devem unir esforços, demonstrando atenção, apoio e compreensão, compreendendo plenamente todos os nossos funcionários públicos.

Termino por aqui a minha resposta.

Presidente: Obrigado, Sr. Chefe do Executivo.

Agora, convido os Deputados do terceiro grupo a colocarem questões. Tem a palavra a Sra. Deputada Loi I Weng.

Loi I Weng: Obrigada, Sr. Presidente.

Exmo. Sr. Chefe do Executivo,

Srs. Membros do Governo,

Caros Colegas:

Boa tarde a todos.

Os meus colegas deputados manifestaram, há pouco, a sua preocupação com a questão do emprego, tendo trocado impressões com Vossa Excelência, o Sr. Chefe do Executivo. Com efeito, o emprego é a base fundamental da subsistência da população. A minha preocupação incide também sobre o emprego jovem, porque este não diz apenas respeito ao crescimento individual, mas é também um factor-chave para a vitalidade do futuro desenvolvimento social.

Nos últimos anos, o Governo da RAEM tem desenvolvido um trabalho considerável no âmbito do emprego jovem e da formação de talentos, incluindo a optimização contínua dos serviços de emparelhamento de emprego, bem como o lançamento de vários estágios e acções de formação para ajudar os jovens a aumentar a sua competitividade. Este trabalho é, sem dúvida, meritório. No entanto, ainda há vozes na sociedade que apontam que, actualmente, muitos jovens têm dificuldade em encontrar trabalho na sua área de formação, e que lhes falta uma percepção clara da direcção do desenvolvimento industrial futuro e das necessidades de talentos do mercado, o que pode facilmente conduzir a desajustes profissionais e a trajectórias de desenvolvimento de carreira pouco fluidas.

Estamos agora em Junho, a época das graduações, e uma nova vaga de licenciados está prestes a entrar no mercado de trabalho. Por isso, o seu desenvolvimento suscita cada vez mais atenção e preocupação por parte da sociedade. O Sr. Chefe do Executivo referiu há pouco que este ano será divulgado o estudo sobre a procura de talentos nos sectores prioritários, cujo objectivo é ajudar os jovens a compreender a orientação do desenvolvimento industrial futuro e a conhecer as reais necessidades de talentos do mercado, permitindo-lhes, assim, planear a sua carreira de forma mais direccionada e eficaz. No entanto, a sociedade está, naturalmente, muito atenta ao calendário – Vossa Excelência referiu que será este ano – mas também deposita grandes expectativas quanto às medidas complementares subsequentes.

Assim, Sr. Chefe do Executivo, com base no acompanhamento deste estudo, como tenciona o Governo ajudar os jovens a planear, de forma mais direccionada, a sua própria trajectória de desenvolvimento profissional, e a melhorar o seu desenvolvimento no emprego? Por exemplo, tenciona lançar planos de subsídios de formação específicos, para, a nível político, os ajudar a encontrar percursos de carreira claros e visíveis? Desta forma,

poderemos verdadeiramente contribuir para a sua valorização profissional e para a concretização de um emprego de qualidade.

Obrigada, Sr. Chefe do Executivo, obrigada, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Che Sai Wang.

Che Sai Wang: Obrigado, Sr. Presidente.

Exmo. Sr. Chefe do Executivo:

Após a crise global na área da saúde, a economia encontra-se basicamente recuperada, mas, do ponto de vista da conjuntura internacional, o progresso da globalização tem sofrido um grande impacto e em Macau, enquanto microeconomia, é ainda mais evidente. O Governo da RAEM tem vindo a referir-se, ao longo dos anos, à realidade da economia de Macau, cuja estrutura industrial é monótona e limitada, mas, devido aos problemas estruturais da economia, felizmente, com o forte apoio do País nos últimos anos, Macau conseguiu verdadeiramente expandir, de forma aprofundada, a sua economia e indústria.

Porém, a concretização com sucesso da diversificação adequada da economia depende fundamentalmente de órgãos administrativos corajosos na inovação e reforma. Só com a promoção de um sistema de funcionários públicos dinâmico e inovador, é que será possível explorar profundamente os potenciais sectores económicos de Macau e “apanhar boleia das políticas” para resolver o actual fenómeno de desequilíbrio na estrutura económica e, consequentemente, restabelecer a confiança dos residentes no futuro desenvolvimento de Macau. Para concretizar a reforma dos órgãos administrativos e captar os jovens talentos das diferentes áreas para ingressarem na Função Pública, é necessário e crucial que os jovens adiram ao sistema de tomada de decisões, trazendo novas perspectivas e ideias para orientar o rumo do desenvolvimento social. Tanto o Estado como o Governo da RAEM salientaram várias vezes que os jovens são o futuro e a esperança da sociedade. Assim, os órgãos administrativos devem, em primeiro lugar, proporcionar à sociedade postos de trabalho diversificados, incentivando os diversos sectores sociais a seguirem o exemplo, com vista a enriquecer os tipos de emprego e a concretizar a perspectiva da diversificação do emprego. O Governo da RAEM deve ter a coragem de inovar e de fornecer mais postos de trabalho para os jovens locais, permitindo a sua integração nos serviços responsáveis pela tomada de decisões, e de promover políticas que respondam às necessidades reais dos jovens, para os diversos sectores sociais poderem dispor de mais postos de trabalho diversificados.

Quanto à diversificação do emprego dos jovens, de que ideias e planos concretos dispõe o Sr. Chefe do Executivo para a sua promoção?

Obrigado, Sr. Chefe do Executivo.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Chao Ka Chon.

Chao Ka Chon: Exmo. Sr. Chefe do Executivo, Srs. Membros do Governo, Caros Colegas:

A questão que quer abordar hoje é o seguinte: promoção contínua do emprego juvenil.

Desde o início deste ano, o mercado de emprego local tem mantido uma estabilidade contínua, e os dados de emprego também apresentam bons resultados. No primeiro trimestre deste ano, a taxa de desemprego dos residentes locais caiu para 2,1%, o valor mais baixo de que há registo. No entanto, ainda há muitas vozes na sociedade a apontar para as dificuldades de emprego enfrentadas pelos jovens. Os jovens locais tendem a escolher, na sua maioria, empregos administrativos ou cargos com perspectivas de progressão, o que reflecte uma situação de desfasamento estrutural entre a oferta e a procura de emprego, que é bastante acentuada. Para resolver a questão dos recursos humanos, o Governo criou o Grupo de Trabalho de Coordenação para o Emprego. Sr. Chefe do Executivo já salientou que, desde que os residentes locais tenham capacidade e vontade para trabalhar, as empresas darão prioridade à sua contratação. Sr. Chefe do Executivo referiu também, há pouco, que procederá a um ajustamento dinâmico do número de trabalhadores não residentes, a fim de criar diferentes oportunidades de emprego para os nossos jovens.

Assim, Sr. Chefe do Executivo, de que forma pode o Governo, dirigido aos jovens, fazer uso efectivo das funções e do papel do Grupo de Trabalho de Coordenação para o Emprego, e aliviar a situação de desfasamento estrutural entre a oferta e a procura de emprego, apoiando os jovens na procura de um emprego de qualidade e na mobilidade ascendente?

Obrigado, Sr. Chefe do Executivo.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Wong Chon Kit.

Wong Chon Kit: Exmo. Sr. Chefe do Executivo, Srs. Membros do Governo, Caros Colegas:

Boa tarde.

A questão que quero abordar hoje é criar postos de trabalho mais diversificados para jovens médicos.

O documento de consulta sobre o Relatório das LAG de 2026 e o 3.º Plano Quinquenal propõem claramente o “desenvolvimento diferenciado e complementar entre os sectores público e privado na área da saúde”, bem como o “apoio à criação de uma plataforma de colaboração entre os sectores público e privado na área da saúde”, orientações estas amplamente reconhecidas pelo sector.

Com a progressão da política de “atribuir recursos e antecipar a intervenção” no âmbito de cuidados de saúde, aliada à construção da Zona de Cooperação Aprofundada de Hengqin e à crescente integração dos serviços de saúde na Grande Baía, os projectos como o rastreio

de doenças crónicas, a gestão da saúde e a colaboração transfronteiriça em cuidados médicos estão a expandir-se gradualmente, criando assim novas oportunidades de desenvolvimento para a medicina privada, em particular para os jovens médicos. O sector espera que, nestes planos concretos de “diminuir” recursos e de colaboração na Grande Baía, seja plenamente incorporada a participação de jovens profissionais de saúde, por exemplo, através do exercício de funções nos programas de triagem, ou ainda mediante mecanismos como “registo em Macau, exercício profissional em Hengqin”, que possam alargar as oportunidades de prestação de serviços transfronteiriços. Deste modo, por um lado, é possível acumular experiência clínica e reforçar a competitividade profissional; por outro, é possível criar postos de trabalho estáveis e diversificados, apoiando o seu desenvolvimento contínuo no mercado privado e na região da Grande Baía. De facto, projectos recentes de formação e prestação de serviços, desenvolvidos em parceria entre o sector e associações profissionais médicas, já conseguiram criar um conjunto de postos, demonstrando a viabilidade deste caminho.

Gostaria, por isso, de perguntar ao Chefe do Executivo se o Governo tenciona, de forma sistemática, reservar vagas e quotas para médicos jovens nos planos futuros de atribuir recursos e de colaboração médica na Grande Baía, conjugando-os com subsídios específicos para formação e com apoio à prática profissional “transfronteiriça”, de modo que a plataforma de colaboração entre o sector público e o privado se torne simultaneamente um berço para a formação de jovens talentos médicos, abrindo assim novas oportunidades de desenvolvimento profissional para os quadros médicos de Macau num “palco” mais amplo?

Obrigado.

Presidente: Sr. Chefe do Executivo, faça o favor.

Chefe do Executivo, Sam Hou Fai: Obrigado, Srs. Deputados.

Os quatro deputados incidiram, em uníssono, na questão do emprego jovem. O Sr. Deputado Wong Chon Kit focou-se no emprego dos jovens médicos, numa abordagem mais especializada.

É certo que todos estão muito atentos à questão do emprego dos jovens. Os jovens são o futuro de Macau, como já referi há pouco. Por conseguinte, o Governo da Região Administrativa Especial também se preocupa e atribui grande importância ao desenvolvimento dos jovens, empenhando-se em resolver a questão do seu emprego, com vista a criar melhores condições e ambientes para o seu crescimento e formação. Na verdade, nos últimos um ou dois anos, temos vindo a ajustar a contratação de trabalhadores não residentes em determinados sectores e para certos cargos, tendo como objectivo importante analisar se, tanto no sector financeiro como nas empresas, podemos ajudar os nossos jovens a encontrar emprego; também a descentralização de recursos nos sistemas de saúde e de segurança social, bem como a inauguração, na semana passada, da clínica comunitária, entre outras medidas, vão ao encontro das questões levantadas pelo Sr. Deputado Wong sobre como é que os jovens que estudam medicina e regressam a Macau podem servir a sociedade.

Assim, a forma como, em conjunto, criamos condições e ambientes para o crescimento, formação e emprego dos jovens — tal como os quatro deputados referiram de forma muito coerente, colocando a questão do emprego jovem e de como os apoiar — é também um tema que preocupa todos.

Relativamente às medidas de apoio ao crescimento, formação e emprego dos jovens, temos várias vertentes a considerar: em primeiro lugar, aperfeiçoar o planeamento de carreira dos estudantes. Os actuais focos de atenção ao emprego jovem devem-se a múltiplos factores, com uma relação estrutural de longa data com a nossa estrutura económica e industrial, como é do conhecimento geral. Simultaneamente, importa intervir desde a fase de estudos, escolha profissional e entrada na sociedade, ajustando na origem as orientações consoante as circunstâncias, o que considero ser uma abordagem integrada. Portanto, a nossa primeira prioridade é aperfeiçoar o planeamento de carreira dos estudantes.

Lançámos o “Plano Director para o Planeamento da Carreira dos Estudantes”, que está intimamente ligado ao plano de desenvolvimento das indústrias “1+4”, destinado aos alunos de diferentes níveis de ensino, tal como referi há pouco, com 4 escalões, se a minha memória não me falha. Há pouco, falou-se num rumo e todos vão trabalhar. Em estreita articulação com o plano de desenvolvimento industrial “1+4”, serão desenvolvidas actividades multiculturais destinadas aos alunos de diferentes níveis de ensino. No ano lectivo 2026/2027, o Fundo de Educação irá aumentar o subsídio para o aconselhamento no planeamento da carreira profissional no plano de financiamento do desenvolvimento das escolas, esperando-se, assim, promover a cooperação entre escolas e empresas e proporcionar cursos do ensino técnico-profissional com características próprias aos alunos do ensino secundário complementar, trata-se de um planeamento direccionado para os alunos.

O segundo aspecto é incentivar os estudantes a prosseguir estudos em áreas ligadas aos sectores prioritários. Reforçar o papel orientador das políticas de acesso ao ensino superior no Interior da China, com recomendações sobre ingresso e bolsas de estudo, promover as instituições de ensino superior, em resposta às tendências de desenvolvimento social e às necessidades industriais, aperfeiçoem a oferta formativa e criem cursos de micro-especialização, de curta duração e alinhados com as exigências práticas do mercado. No presente ano-lectivo, a Universidade de Macau, a Universidade Politécnica de Macau e a Universidade de Turismo de Macau estão a estudar activamente a criação de 11 desses cursos de micro-especialização, para que os alunos possam obter formação relevante nos sectores prioritários, esta é a segunda vertente.

O terceiro aspecto é proporcionar estágios enriquecidos e apoiar os jovens a integrarem-se no mercado de trabalho. Em 2026, o “Programa de Ocupação de Jovens em Férias” e o “Programa de Estágio no Interior da China para Estudantes do Ensino Superior de Macau” irão proporcionar mais vagas de estágio em Macau e no Interior da China, sendo este o terceiro aspecto.

O quarto aspecto é fomentar a formação contínua para promover a mobilidade ascendente. Em 2026, as linhas de orientação são as seguintes: aumentar o número de vagas de formação no “Plano de Desenvolvimento Profissional para Jovens de Macau”, lançar o

“Plano de Desenvolvimento de Formação Contínua 2026-2029”, aumentar a oferta de exames de certificação profissional, tanto locais como no estrangeiro, alargar a lista de certificações, estudar o lançamento, na segunda metade de 2026, de uma nova edição do “Plano de Incentivo à Formação e Certificação de Talentos”, adicionar categorias de certificações alinhadas com as necessidades de desenvolvimento do país e de Macau, como por exemplo a inclusão do espanhol, e ajustando os montantes de incentivo para certificações específicas em função dos custos dos exames.

No que diz respeito à promoção do emprego diversificado dos jovens, o Governo da RAEM, através do Grupo de Trabalho de Coordenação para a Promoção do Emprego, estabelece a colaboração interdepartamental e cumpre múltiplas medidas para fomentar o emprego jovem e cultivar os talentos necessários ao desenvolvimento de Macau. As principais acções incluem:

Primeiro, orientar os jovens para o conhecimento das indústrias emergentes. Através de palestras temáticas, visitas guiadas a empresas e outras medidas, os jovens tomam contacto com as tendências de desenvolvimento dos diferentes sectores e com os requisitos profissionais, conhecendo as perspectivas das indústrias prioritárias; organizam-se várias visitas a empresas na Grande Baía e nas Zonas de Cooperação, para levar os jovens a explorar as opções de carreira nas indústrias emergentes.

Segundo, melhorar as competências profissionais. Alargar o âmbito do plano especial “Emprego + Formação” a sectores como as finanças e as telecomunicações. Continuar a disponibilizar planos de estágio locais e no Interior da China, com mais de mil vagas, para que os jovens adquiram experiência no funcionamento e na prática de trabalho das indústrias; otimizar continuamente a plataforma integrada de formação profissional, como referi há pouco, até ao final de Abril deste ano, a plataforma já disponibilizou 447 cursos, abrangendo áreas como turismo integrado e lazer, negócios e convenções, cultura e desporto, alta tecnologia, medicina tradicional chinesa e macro saúde, e finanças modernas, com mais de três mil utilizadores, prevendo-se o lançamento de cursos de formação sob encomenda no terceiro trimestre.

Terceiro, serviços de apoio ao emprego. Durante a época de graduação, através de várias medidas, acompanhar e avaliar a situação do emprego jovem, aperfeiçoando continuamente as políticas de emprego para jovens; realizar, em conjunto com o sector, sessões de emparelhamento de grande escala direccionadas aos jovens, para os ajudar a ingressar no mercado de trabalho.

Relativamente ao desenvolvimento profissional dos jovens, para os ajudar a compreender claramente a orientação do desenvolvimento industrial e as reais necessidades de talentos do mercado, o Governo da RAEM continua a reforçar a divulgação sectorial, o emparelhamento com o emprego e a formação profissional, apoiando os jovens, através de múltiplos canais, na preparação para a escolha de áreas de estudo e de carreira. Estas acções incluem a realização de palestras sectoriais e de tecnologia para alunos do ensino secundário, professores e estudantes, ajudando-os a compreender as perspectivas de desenvolvimento das indústrias prioritárias, como a alta tecnologia e as finanças modernas. Realizar sessões de

emparelhamento profissional exclusivas para empresas de tecnologia e para o sector bancário, organizar várias visitas a empresas na Grande Baía e nas Zonas de Cooperação, para orientar os jovens na exploração de diversas direcções de emprego nas indústrias emergentes. Continuar a disponibilizar planos de estágio locais e no Interior da China, com mais de mil vagas, para que os jovens adquiram experiência no funcionamento das indústrias e na prática laboral. Aprofundar continuamente a cooperação entre Guangdong, Hong Kong e Macau na formação e avaliação de talentos com competências profissionais, expandindo os projectos de certificação “um exame, múltiplos certificados”.

Em resposta às necessidades de desenvolvimento económico de Macau e à situação do emprego dos residentes, continuamos a ajustar e otimizar as várias medidas de apoio ao emprego e de formação profissional, estando a estudar o lançamento de planos de apoio ao emprego e de subsídios de formação direccionados, para apoiar, de forma abrangente e multifacetada, os residentes, em particular a estabilidade e a qualidade do emprego dos jovens de Macau.

Relativamente ao desenvolvimento profissional dos jovens profissionais de saúde, o Governo da RAEM também atribui grande importância ao seu desenvolvimento profissional, proporcionando-lhes um apoio sistemático ao longo da carreira. Primeiro, no que respeita à formação local, já existe um regime de estágio, e foi criada uma base de formação em medicina familiar, bem como a realização regular de formações especializadas, para elevar o nível profissional e a competitividade dos profissionais de saúde. Segundo, na criação de condições e ambientes, promover a legislação sobre o regime jurídico das instituições privadas de saúde, criando a categoria de hospitais de dia, para fomentar o desenvolvimento do sector; através da criação de postos de saúde comunitários, de aconselhamento e “pop-up”, desenvolver mais projectos de colaboração público-privada, envolvendo os profissionais de saúde, tendo já sido criadas oportunidades de emprego a mais de trezentos jovens profissionais de saúde. Na vertente das oportunidades de desenvolvimento na Grande Baía, lançar o “Plano de Formação Avançada para Jovens Médicos na Grande Baía”, que, através da cooperação com hospitais da região, cria uma plataforma de aperfeiçoamento para jovens médicos; prevê-se que a segunda fase do plano tenha início no quarto trimestre. O Plano de Subsídio de Saúde de 2026 alargará o seu âmbito de utilização à Província de Guangdong, expandindo o espaço de actuação dos profissionais de saúde.

No que diz respeito aos outros conteúdos sobre a formação e o desenvolvimento dos jovens, no que diz respeito à estabilização do corpo docente, estamos empenhados em criar condições para promover a mobilidade interna do sistema educativo, nomeadamente no que diz respeito aos professores. Organizar-se-ão cursos de formação que contribuam para a transferência de docentes entre os diferentes níveis de ensino ou para o desempenho de funções de docentes integrados, construir-se-á uma plataforma de partilha de recursos humanos para docentes, subsidiar-se-ão as escolas na contratação de formadores para a segunda sala de aula através desta plataforma e criar-se-á um subsídio para a reconversão e formação. Especialmente as escolas que apoiam o plano de transformação e realizam acções de formação ou reconversão para docentes e aquelas que financiam exames de credenciação para o pessoal docente que deles necessite.

No que diz respeito ao estudo e investigação sobre a procura de talentos, o Governo da RAEM reiniciou, em 2025, o estudo e a investigação sobre as duas fases da futura procura de recursos humanos nas indústrias prioritárias para o desenvolvimento de Macau, tendo a segunda fase do estudo sido iniciada em Janeiro de 2026. Como referi há pouco, espera-se que o relatório da segunda fase esteja concluído e seja divulgado até ao final deste ano.

Presidente: Obrigado, Sr. Chefe do Executivo.

Agora vamos fazer um intervalo de 15 minutos.

(Intervalo)

Presidente: Vamos continuar com a nossa reunião.

Agora, convido os Deputados do quatro grupo a colocarem questões. Tem a palavra Lam Fat Iam.

Lam Fat Iam: Obrigado, Sr. Presidente.

Exmo. Sr. Chefe do Executivo,

Srs. Membros do Governo,

Caros Colegas:

A questão que quero abordar hoje é o seguinte: reforma da Administração Pública.

A predominância do poder Executivo é um princípio importante do sistema político da Lei Básica da RAEM, constituindo uma garantia institucional para a aplicação integral e fiel do princípio “Um País, Dois Sistemas”. A implementação deste princípio é um requisito indispensável para salvaguardar a ordem constitucional da RAEM, assegurar que “Macau seja governado pelas suas gentes” com elevada autonomia e alcançar uma governação eficiente com base na realidade local. No final do ano passado, o Presidente Xi Jinping, ao receber a visita anual de trabalho do Chefe do Executivo, formulou a exigência clara de “manter e aperfeiçoar a predominância do poder Executivo”, sendo o seu cumprimento uma das duas principais tarefas do Governo da RAEM para este ano.

Recentemente, vi que, na reunião de 18 de Março para preparar o 3.º Plano Quinquenal, todos os responsáveis governamentais estiveram presentes. O Chefe do Executivo convocou ainda o Presidente da Assembleia Legislativa, o Presidente do Tribunal de Última Instância e o Procurador-Geral, para juntos planearem o futuro de Macau. Esta medida mostra que o Governo está a realizar este trabalho importante com uma atitude prática.

Para manter e melhorar a predominância do poder Executivo, o ponto principal é que o Chefe do Executivo e o Governo de Macau assumam a responsabilidade de verdadeiros

responsáveis máximos pela governação da RAEM.

Sr. Chefe do Executivo, como é que o Governo de Macau, através do aperfeiçoamento contínuo dos mecanismos institucionais, irá consolidar e reforçar a posição central e dirigente do Chefe do Executivo na estrutura do poder da RAEM?

Obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Leong Sun Iok.

Leong Sun Iok: Obrigado, Sr. Presidente.

Exmo. Sr. Chefe do Executivo:

A questão que quero abordar hoje é o seguinte: no que diz respeito à reforma da administração pública, como otimizar as garantias dos funcionários públicos e reforçar a solidariedade humana.

Há pouco, o Chefe do Executivo referiu que, no texto da consulta do terceiro plano quinquenal em curso, é destacada a necessidade de aprofundar a reforma da administração pública. Concorde que a reforma é essencial para melhorar a eficiência governativa, erradicar comportamentos negativos como a inacção legalizada e a passividade instalada, e construir um governo orientado para o serviço público, íntegro, eficiente e moderno, tal como os cidadãos desejam.

No processo de reforma, também me preocupo com a pressão sobre os funcionários públicos, especialmente os impactos causados pela reestruturação, fusão de serviços e o regime de controlo de efectivos. Entendo que para promover uma administração mais eficiente e desburocratizada é também necessário compreender e equilibrar a pressão laboral e atender à capacidade de adaptação dos funcionários públicos, providenciando canais de comunicação adequados, formação, medidas de transição e apoio humano, a fim de criar um ambiente de trabalho amigável e centrado nas pessoas, estabilizando assim o moral dos funcionários públicos.

Por outro lado, o âmbito da discussão da Comissão de Avaliação das Remunerações incide apenas sobre a actualização das remunerações, pelo que sugiro o alargamento das funções da referida Comissão, para além deste, devem ser discutidos outros temas, como subsídios e regalias, entre outros, no sentido de aperfeiçoar as garantias e benefícios dos funcionários.

Sr. Chefe do Executivo, no processo da reforma da Administração Pública, como é que vai prestar apoio e dar carinho aos funcionários públicos, otimizar o regime das carreiras e ponderar sobre a reforma da Comissão, com vista a melhorar as garantias dos funcionários públicos, a promover o desenvolvimento da carreira profissional, a elevar o moral dos funcionários públicos e o seu sentimento de felicidade, bem como a aumentar o seu

entusiasmo pelo serviço?

Obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Wong Ka Lon.

Wong Ka Lon: Obrigado, Sr. Presidente.

Exmo. Sr. Chefe do Executivo:

A segurança do Estado é a base da paz e da estabilidade a longo prazo da sociedade, e também a premissa maior para os residentes de Macau viverem e trabalharem em paz. Se não houver segurança, não se pode falar de todo o desenvolvimento. Se a estabilidade for afectada, a prosperidade não pode ser mantida, e a construção da economia e da sociedade não passa de palavras ocas.

Na nova legislatura da Assembleia Legislativa, apresentei várias vezes o conteúdo sobre a defesa da segurança do Estado, por isso, concordo plenamente que o presente Governo, aquando da elaboração do “3.º Plano Quinquenal”, tenha incluído a defesa da segurança do Estado e a estabilidade e independência da sociedade como um capítulo e tenha o colocado ainda em posição de maior importância. Li em pormenor o documento de consulta sobre o “3.º Plano Quinquenal” notei que uma das principais tarefas incluídas no capítulo dedicado à “salvaguarda da segurança nacional e da estabilidade social” é “promover a elaboração do plano geral para a educação sobre a segurança nacional na RAEM”. Esta iniciativa constitui um instrumento essencial para melhorar a salvaguarda da segurança nacional e da estabilidade social.

Para ajudar todos os sectores da sociedade a compreenderem melhor o planeamento estratégico do Governo, alcançar a coesão e o consenso, e promover em conjunto o avanço simultâneo da segurança e do desenvolvimento, pergunto ao Excelentíssimo Senhor Chefe do Executivo: quais são os principais conteúdos e direcções centrais actualmente previstos no plano geral para a educação sobre a segurança nacional?

Obrigado.

Presidente: Sr. Chefe do Executivo, faça o favor.

Chefe do Executivo, Sam Hou Fai: Sr. Presidente, obrigado pelas perguntas dos quatro deputados.

O Sr. Deputado Lam focou-se principalmente em como consolidar e reforçar o arranque do regime de predominância executiva; o Sr. Deputado Leong questionou como, no processo de reforma da administração pública, podemos cuidar, compreender e apoiar melhor os trabalhadores da função pública, propondo também alargar as funções da Comissão de Avaliação das Remunerações, para que esta mesma possa desempenhar um papel

relativamente aos subsídios e benefícios dos trabalhadores da função pública, não é? O Sr. Deputado Wong Ka Lon, por sua vez, abordou a questão principal relacionada com a segurança nacional.

Relativamente à manutenção e ao aperfeiçoamento da predominância do poder Executivo. Desde o regresso de Macau à Pátria, este ano é o 27º ano da criação do Governo da RAEM, e uma vez que participei em todo o processo, e até ao presente momento, também desempenhei o titular do principal cargo do Governo e o cargo de presidente do Tribunal, conheço muito bem o sucesso da implementação de “um país, dois sistemas” em Macau que se deve precisamente ao facto de termos aplicado efectivamente o regime de predominância do poder executivo previsto na Lei Básica, tendo construído e continuado a aperfeiçoar esse regime centrado no Chefe do Executivo. Temos feito assim desde o retorno de Macau à Pátria. A prática também comprova que o pleno desempenho do papel predominante do Chefe do Executivo e do Governo da Região Administrativa Especial é benéfico para o funcionamento eficiente de todo o Governo da Região Administrativa Especial de Macau, unindo as forças de todas as partes e enfrentando eficientemente os diversos desafios, promovendo a prosperidade e a estabilidade social de Macau. Depois do regresso à pátria, a prática dos últimos 27 anos, muitos dos presentes estão à vista de todos.

Quanto a como aperfeiçoar, reforçar e insistir na predominância do poder Executiva, o Governo da RAEM continuará a sintetizar experiências, concentrando-se em reforçar os seguintes aspectos:

Em primeiro lugar, aperfeiçoar o mecanismo de articulação entre o Governo e o órgão legislativo. No âmbito do aprofundamento do regime de predominância do poder Executiva, importa inovar os mecanismos de comunicação e cooperação entre o executivo e o legislativo, alcançando uma interacção positiva e uma articulação eficiente, melhorando a eficiência e a qualidade legislativa, e apoiando o Governo no exercício eficaz e legal da sua administração.

Em segundo lugar, reforçar a coordenação do topo da predominância do poder Executiva, fazendo bom uso dos vários mecanismos de coordenação e liderança de alto nível, formando uma estrutura de governação centrada no Chefe do Executivo, com articulação vertical e coordenação horizontal, para melhorar significativamente a eficácia da governação da RAEM.

Em terceiro lugar, reforçar a coesão e o sentido de responsabilidade da equipa governativa, incentivando todos os trabalhadores da função pública a adoptar uma mentalidade reformista, a assumir responsabilidades e a agir com empenho, formando uma força conjunta sob a predominância do poder Executiva para implementar eficazmente os objectivos governativos.

Em quarto lugar, manter sempre o foco no desenvolvimento económico e na melhoria das condições de vida da população. Através da coordenação entre as diversas áreas e serviços, garantir que os frutos do desenvolvimento cheguem a todos os cidadãos de Macau.

No que diz respeito a como otimizar a protecção dos trabalhadores da função pública e reforçar o apoio humano no processo de reforma da administração pública. Como referi há pouco, no processo de reforma da administração pública, é inevitável que alguns trabalhadores da função pública vejam os seus cargos ou modos de trabalho alterados; alguns mudam de um serviço para outro, outros de uma área para outra. Por exemplo, no Instituto para os Assuntos Municipais, como todos sabem, 179 trabalhadores foram envolvidos em duas vertentes, transitando da área administrativa e jurídica para a área de obras públicas, se não estou em erro. Portanto, há mudanças de cargo, mudanças de área e mudanças no modo de trabalho. Assim, o Governo da RAEM, os vários níveis de dirigentes e os titulares dos principais cargos, bem como os diversos departamentos ao longo do processo de reestruturação da administração pública, compreendem bem a pressão que os trabalhadores da função pública enfrentam. Por vezes, o próprio director dum serviço também enfrenta grande pressão, porque, por exemplo, no caso da Direcção dos Serviços de Obras Públicas e Transportes, com a incorporação da Direcção dos Serviços de Cartografia e Cadastro, o director, que era da antiga Direcção dos Serviços de Solos, Obras Públicas e Transportes, passa agora a dirigir outro serviço, e também enfrenta pressão. A Direcção dos Serviços de Obras Públicas também recebeu muitos trabalhadores do Instituto para os Assuntos Municipais, não é? E são muitos, e ainda acrescentou funções a mais um departamento. Portanto, a reforma da administração pública não se resume a reduzir departamentos; se for necessário, aumentamos. Os nossos dirigentes e os trabalhadores da função pública enfrentam, de facto, grande pressão. Por isso, todos os níveis de dirigentes do Governo da RAEM estão muito atentos e preocupados com a situação de todo o corpo de trabalhadores da função pública durante esta reforma, prestando-lhes o apoio adequado.

Quanto aos métodos de trabalho, os departamentos competentes, através de diálogo e esclarecimentos, procuram que os trabalhadores da função pública envolvidos compreendam as novas funções e as novas situações dos cargos após a reestruturação. Ao mesmo tempo, creio que mencionei no Relatório das LAG do ano passado que a reforma da administração pública assenta em dois princípios: o primeiro é não despedir trabalhadores; o segundo é não reduzir os vencimentos dos trabalhadores. Creio que foi isso que disse. Portanto, partindo desta premissa, todos enfrentamos unidos os desafios trazidos pela reforma da administração pública. Assim, através de explicações e esclarecimentos sobre os novos cargos e as exigências das diferentes áreas de trabalho – que são certamente diferentes – importa deixar tudo claro, para ajudar os trabalhadores da função pública envolvidos a integrarem-se melhor, com mais facilidade e tranquilidade, nas novas áreas, cargos e funções. Isto é algo que surge naturalmente no processo e é a nossa forma de proceder.

Ao longo dos anos, o Governo da RAEM tem proporcionado vários cuidados aos trabalhadores da função pública. Primeiro, ajudar os trabalhadores da função pública de base ou com necessidades a aliviar as pressões quotidianas. Os deputados também sabem, pois já o explicaram em interpelações, como os subsídios para despesas com familiares dependentes, os subsídios para lares de idosos e o subsídio mensal de vida – se não estou em erro, para aqueles com vencimento base inferior ao índice 220 que necessitem de apoio –, e até Maio de 2026, estavam 1.356 trabalhadores a receber subsídios para despesas com familiares dependentes e para lares de idosos. Se não me engano, a partir do índice 220 há um subsídio para trabalhadores da função pública de base.

Segundo, continuar a organizar várias actividades culturais, recreativas e desportivas, exames médicos periódicos, bem como palestras sobre saúde mental e apoio a trabalhador, promovendo a saúde física e mental dos trabalhadores da função pública. De Janeiro a Maio deste ano, foram prestados 114 serviços de apoio psicológico a 52 trabalhadores; foram agendados exames médicos para 1.834 funcionários públicos; realizaram-se seis palestras ou workshops sobre saúde mental; e 149 actividades de interacção entre pais e filhos e de cuidado comunitário, envolvendo um total de 3.010 participações. Estas são as áreas de actividades recreativas, desportivas, de saúde mental e de alívio do *stress*.

No que respeita à optimização do regime de carreiras, o Governo da RAEM, orientando-se para uma gestão mais detalhada, tem avaliado continuamente e aperfeiçoado oportunamente o regime de carreiras dos trabalhadores da função pública, incluindo a criação de carreiras especiais, o conteúdo das funções, entre outros, articulando com mecanismos de mobilidade, para proporcionar aos trabalhadores um espaço de desenvolvimento mais amplo, respondendo também às necessidades do desenvolvimento social e da governação.

Quanto à questão levantada pelo Sr. Deputado Leong sobre a possibilidade de se considerar uma reforma da Comissão de Avaliação das Remunerações, alargando o seu âmbito de funções. Analisei também a estrutura desta Comissão e as suas funções; a sua finalidade é simples: sendo a Comissão de Avaliação das Remunerações dos trabalhadores da função pública, foi criado para apresentar sugestões e pareceres científicos e objectivos sobre matérias relacionadas com o ajuste salarial dos trabalhadores da função pública. Quanto aos subsídios e benefícios dos trabalhadores da função pública, nos termos da função pública, estes não fazem parte da remuneração. Por isso, consideramos que, por enquanto, não vai ser incluída nas atribuições da Comissão de Avaliação das Remunerações, mas sim, vai continuar a ser desenvolvida de acordo com as atribuições previstas no diploma original. Trata-se de um órgão de consulta que fornece opiniões profissionais e pessoas de diferentes sectores e camadas sociais.

Relativamente ao planeamento global da educação para a segurança nacional. O Governo da RAEM está a estudar a elaboração do “Planeamento Global da Educação para a Segurança Nacional (2027-2032)”. Promover a popularização do conceito de segurança abrangente, tendo já sido desenvolvidas acções de educação para a segurança nacional em Macau, a vários níveis e sob diversas formas, alcançando uma cobertura total da educação para a segurança nacional. Os principais conteúdos incluem a realização de actividades da série de educação para a segurança nacional, com especial destaque para o reforço da formação em segurança nacional dos trabalhadores da função pública, do sector educativo e dos jovens estudantes, difundindo por toda a sociedade a consciência da defesa da segurança nacional. Estas são as questões relativas à segurança nacional.

Presidente: Muito obrigado, Senhor Chefe do Executivo.

Passo, desde já, a palavra ao Senhor Deputado Ho Kevin King Lun, do quinto grupo.

Ho Kevin King Lun: Muito obrigado, Senhor Presidente.

Senhor Chefe do Executivo:

Com a entrada em vigor da “Lei dos fundos de investimento” e a criação da Sociedade de Investimento e Gestão de Macau Limitada, os trabalhos relativos ao Fundo de Orientação Governamental passaram da fase de preparação institucional para a de concretização. Isto não só diz respeito à construção de um sistema financeiro moderno, mas está também ligado à diversificação adequada da economia de Macau, à sinergia entre Macau e Hengqin e à cooperação industrial na Grande Baía, portanto, tem um significado relevante.

Estou, como toda a sociedade, extremamente atento à forma como se assegura que o capital externo e a experiência profissional de gestão se articulem eficazmente com o Fundo de Orientação Governamental, de modo a formar um ciclo político fechado que abranja desde a captação de fundos, a concretização de projectos e a transformação científica e tecnológica, até ao crescimento empresarial e ao emprego dos jovens. Mais, os sectores industrial, comercial e financeiro de Macau também dão elevada atenção à questão de saber, com uma dimensão relativamente limitada tanto do mercado como das indústrias, como, no âmbito da sinergia regional e da divisão de tarefas na cadeia industrial, se consegue melhor demonstrar o valor de Macau, para que sejam melhor aproveitadas as suas vantagens únicas na cooperação industrial regional?

Após a entrada em funcionamento efectivo do Fundo de Orientação Governamental, o mais importante é saber como, ao aproveitar os recursos de Hengqin e da Grande Baía, o Governo vai, através da Sociedade de Investimento e Gestão de Macau Limitada e do Fundo de Orientação Governamental, promover mais eficazmente a diversificação adequada e a optimização industrial de Macau, para as empresas, instituições de ensino superior, equipas de investigação científica, jovens talentos e o sector dos serviços profissionais de Macau poderem participar, efectivamente, em todas as cadeias de projectos, formando, passo a passo, parcelas industriais próprias de Macau.

Senhor Chefe do Executivo, poderia esclarecer melhor o rumo geral de desenvolvimento do Fundo de Orientação Governamental, a fim de a sociedade conhecer mais concretamente o plano do Governo para melhor utilizar os capitais públicos desse Fundo, contribuindo para a diversificação industrial e o desenvolvimento a longo prazo de Macau?

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Senhor Deputado Vong Hou Piu.

Vong Hou Piu: Muito obrigado, Senhor Presidente.

Excelentíssimo Senhor Chefe do Executivo:

O Governo tem vindo a promover activamente a diversificação adequada da economia e a apoiar a economia comunitária e as PME. Segundo os dados disponibilizados, no primeiro trimestre deste ano, o número de turistas subiu 13,7 por cento em termos anuais e o volume total de passageiros nos diversos postos fronteiriços ultrapassou os 100 milhões, um registo alcançado 14 dias mais cedo do que no ano passado. No primeiro trimestre de 2026, no sector de venda a retalho as vendas cresceram 23 por cento em termos anuais, com um desempenho robusto no consumo de alto nível. Porém, mantém-se um cenário de desequilíbrio: enquanto se regista um aumento contínuo em termos do consumo de alto nível e dos negócios nas zonas turísticas, o ambiente de negócios para as PME nos bairros comunitários mantém-se difícil. As zonas turísticas beneficiam do aumento de turistas, com uma taxa de ocupação quase total nas lojas principais; já nos bairros comunitários, há uma situação de “muitas lojas, poucos clientes”, sendo comuns as dificuldades de exploração em diversos sectores, mantendo-se a pressão sobre o encerramento dos estabelecimentos comerciais.

É de notar que o aumento significativo do número de turistas também tem impacto na vida quotidiana dos residentes. Durante as férias do Dia do Trabalhador deste ano, na Rua de S. Paulo foi implementado o controlo de multidões por várias vezes. Nas zonas turísticas mais concorridas, apesar de as autoridades terem reforçado a frequência de autocarros para aliviar a pressão, a dificuldade de transporte ainda não foi resolvida. Ao mesmo tempo que a experiência dos turistas fica bastante prejudicada, os recursos destinados à vida dos residentes também ficaram reduzidos. Excelentíssimo Senhor Chefe do Executivo: o número de turistas está sempre a bater recordes, mas mantém-se uma vaga de encerramentos das PME localizadas nos bairros comunitários. Face a essa contradição estrutural, que políticas concretas vai o Governo implementar para assegurar o desenvolvimento equilibrado entre as zonas turísticas e os bairros comunitários, transformando efectivamente o fluxo de turistas em consumo comunitário e concretizando verdadeiramente uma “orientação precisa de turistas para os bairros comunitários”?

Muito obrigado, Senhor Chefe do Executivo.

Presidente: Tem a palavra o Senhor Deputado Ip Sio Kai.

Ip Sio Kai: Muito obrigado, Senhor Presidente.

Excelentíssimo Senhor Chefe do Executivo:

A minha pergunta tem como tema “Melhorar as infra-estruturas públicas digitais para impulsionar a transformação inteligente da indústria”.

A inteligência artificial tornou-se uma força motriz fundamental na nova ronda da revolução tecnológica e industrial, impulsionando um rápido crescimento do PIB. Mais de

50 países em todo o mundo já definiram a inteligência artificial como nível de estratégia nacional, competindo activamente na sua implementação. Por questões de soberania e segurança, o país promove a autonomia e controlo da indústria de IA, acelerando a generalização do uso desta tecnologia. A capacidade computacional constitui um elemento essencial para o desenvolvimento da IA. Em muitas regiões da China continental, os governos locais têm construído centros urbanos de computação inteligente como infra-estrutura estratégica para melhorar o ambiente empresarial e atrair investidores, otimizando-o de forma adequada para as cadeias industriais locais com características próprias, impulsionando assim o desenvolvimento da economia digital regional. Por seu lado, o governo de Hong Kong já construiu um centro de computação com capacidade de 5000P, lançou planos de subsídios para incentivar o sector privado a utilizar eficazmente os recursos computacionais dos centros de supercomputação e dispõe de planos para expandir ainda mais a construção destes centros.

A inteligência artificial pode tornar-se numa locomotiva para a modernização industrial e transformação económica de Macau, servindo como infra-estrutura fundamental para melhorar e aumentar a eficiência do desenvolvimento do “um centro, uma plataforma, uma base” e “uma posição de destaque”, transformando Macau numa cidade modelo para a aplicação da inteligência artificial.

O Relatório das Linhas de Acção Governativa propõe a expansão do centro de computação em nuvem e a construção de uma plataforma inteligente exclusiva para o Governo, preparando o caminho para aplicações inteligentes. Contudo, para os operadores locais, a criação própria de infra-estruturas de computação, armazenamento de dados e arquitecturas em nuvem necessárias para a IA continuam a enfrentar três obstáculos principais: custos elevados, falta de tecnologia e escassez de talentos qualificados. Assim sendo, para que os diversos sectores de Macau possam aproveitar as oportunidades provenientes da IA, promover a transformação digital das indústrias e explorar novos cenários de aplicação, é necessário que o Governo assuma um papel de liderança na criação de uma plataforma pública de computação, disponibilizando infra-estruturas partilhadas que sustentem o caminho da modernização inteligente das empresas.

Senhor Chefe do Executivo, tem o Governo a intenção de avançar com a construção de uma plataforma pública de computação voltada para empresas e para a sociedade, com o objetivo de reduzir os custos e as barreiras de acesso à capacidade computacional para os operadores dos diversos sectores, acelerar a transformação digital e a concretização tecnológica, estimular a inovação e o espírito empreendedor da população, promovendo efectivamente o desenvolvimento moderado e diversificado da economia local através da inteligência artificial?

Muito obrigado a todos.

Presidente: Tem a palavra o Senhor Deputado Kou Ngon Seng.

Kou Ngon Seng: Muito obrigado, Senhor Presidente.

Excelentíssimo Senhor Chefe do Executivo, Senhores responsáveis oficiais e caros colegas:

Boa tarde a todos.

O tema da minha pergunta de hoje é “Construção de quatro projectos de indústrias principais”.

Os quatro projectos de indústrias principais são elementos essenciais para o actual Governo da RAEM impulsionar o desenvolvimento da diversificação adequada da economia, reflectindo a firme determinação do Governo em planear o futuro e promover a diversificação.

A construção em Hengqin da Cidade (Universitária) de Educação Internacional de Macau, da Zona Internacional de Turismo e Cultura Integrados de Macau, do Parque Industrial de Investigação e Desenvolvimento das Ciências e Tecnologias de Macau, bem como a expansão do Aeroporto Internacional de Macau e o seu Terminal de Mercadorias em Hengqin, enquanto quatro projectos emblemáticos, têm suscitado grande atenção por parte de todos os sectores e da população em geral, quer quanto ao seu desenvolvimento, quer relativamente aos futuros benefícios. Assim sendo, Senhor Chefe do Executivo, quais são os efeitos concretos desses quatro projectos no que respeita ao desenvolvimento da diversificação adequada da economia de Macau, à concentração de quadros qualificados e ao desenvolvimento integrado entre Macau e Hengqin?

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Senhor Deputado Lee Koi Ian.

Lee Koi Ian: Muito obrigado, Senhor Presidente.

Excelentíssimo Senhor Chefe do Executivo, Senhores responsáveis oficiais e caros colegas:

Boa tarde a todos.

A minha pergunta de hoje centra-se, principalmente, no “desenvolvimento das pequenas e médias empresas de Macau”.

Neste momento, o País está a iniciar uma nova jornada no âmbito do “Décimo Quinto Plano Quinquenal”, encontrando-se Macau num novo ponto de partida para a elaboração do “Terceiro Plano Quinquenal”. O Governo da RAEM, com o seu espírito de “empenhar-se na reforma e assumir responsabilidades”, e através dos “quatro grandes projectos” e do “fundo governamental para as indústrias”, conseguiu consolidar os alicerces do desenvolvimento diversificado da economia. Sob a orientação do Relatório das Linhas de Acção Governativa para 2026, o Governo está a aprofundar a reforma de “simplificar, descentralizar e otimizar”, e a aproveitar o desenvolvimento integrado de Macau e Hengqin para elevar a eficiência dos assuntos governamentais. No entanto, face à “transformação digital” e à “integração Macau-Hengqin”, as micro, pequenas e médias empresas também estão preocupadas em como impulsionar eficazmente a sua reconversão e articulação, para que a economia real local se torne mais “dinâmica e forte”.

Assim, Senhor Chefe do Executivo, na nova fase de implementação do “Terceiro Plano Quinquenal”, o Governo vai definir caminhos claros para promover a maximização eficaz dos dividendos dos “quatro grandes projectos”, orientando as micro, pequenas e médias empresas de Macau para a sua reconversão e valorização, ou até, através da “exploração conjunta de mercados no exterior”, explorar os mercados dos Países de Língua Portuguesa e Espanhola?

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Senhor Chefe do Executivo.

Chefe do Executivo, Sam Hou Fai: Muito obrigado pelas perguntas dos cinco Senhores Deputados.

O Senhor Deputado Ho Kevin King Lun manifestou, principalmente, preocupação com o fundo industrial; o Senhor Deputado Vong Hou Piu com a economia comunitária; o Senhor Deputado Ip Sio Kai com a construção de uma plataforma pública de computação tecnológica; e os Senhores Deputados Kou Ngon Seng e Lee Koi Ian com os benefícios dos quatro grandes projectos e a forma de impulsionar a transformação e modernização das pequenas e médias empresas de Macau. Passo a responder de forma integrada.

Promover o desenvolvimento da diversificação adequada da economia é uma tarefa de extrema importância para o actual Governo, constituindo igualmente o ponto central e o objectivo da nossa acção governativa. O Governo da RAEM tem envidado esforços no reforço do apoio político, no aumento do investimento financeiro e na optimização do ambiente de negócios, com vista a cultivar novas indústrias com competitividade internacional. Neste âmbito, os quatro grandes projectos e o Fundo de Orientação Governamental constituem instrumentos-chave para impulsionar, com toda a determinação,

o desenvolvimento da diversificação adequada da economia de Macau, na expectativa de alcançar avanços e novos resultados neste domínio.

No que se refere ao Fundo de Orientação Governamental, este constitui um ponto de apoio estratégico para acelerar o desenvolvimento das indústrias de alta tecnologia e cultivar novas forças produtivas. O Governo possui, nesta matéria, uma visão clara e um planeamento sistemático.

Primeiro, adoptar os conceitos de longo prazo e de capital paciente, não tendo como objectivo primordial a prossecução de retornos financeiros a curto prazo.

Segundo, adoptar uma estrutura de três níveis: fundo de orientação, fundo-mãe e subfundos, seguindo os princípios de orientação governamental, funcionamento pelo mercado, decisões prudentes e orientação para o desempenho, de modo a mobilizar capitais sociais para o investimento em indústrias emergentes.

Terceiro, orientar com precisão o investimento para a sinergia regional e a modernização industrial, apoiando prioritariamente projectos que estejam em conformidade com o posicionamento de “um centro, uma plataforma, uma base”, dando especial prioridade à promoção da articulação industrial entre Macau, a Zona de Cooperação de Hengqin e a Grande Baía, através do direccionamento, por via do fundo-mãe e dos subfundos, de capitais para áreas como alta tecnologia, *big health* e transferência de inovação científica e tecnológica, acelerando a comercialização dos resultados da investigação científica e criando indústrias de elevado valor acrescentado.

Quarto, assegurar a participação efectiva local. Na selecção dos gestores do fundo, será explicitamente exigido que as entidades contratadas estabeleçam, obrigatoriamente, em Macau, um escritório local e uma equipa operacional.

Quinto, estabelecer um mecanismo de avaliação com recompensas e penalizações distintas. As comissões de gestão e a remuneração por desempenho dos gestores do fundo estarão vinculadas ao desempenho global do fundo.

Sexto, o Fundo de Orientação prevê concluir a sua criação e iniciar o funcionamento ainda este ano, sendo publicados regulamentos administrativos para a sua operação normalizada e sistemas complementares, a fim de garantir que os recursos públicos sejam aplicados adequadamente.

Quanto à economia comunitária, o Governo da RAEM tem vindo a prestar grande atenção à situação de funcionamento das pequenas e médias empresas nos bairros comunitários, promovendo, de forma contínua, a afluência de fluxos de visitantes às

diferentes zonas comunitárias, através de múltiplas medidas, como actividades de incentivo ao consumo, optimização do ambiente comunitário, promoção turística e atracção de visitantes através de convenções e exposições, injectando assim dinamismo no desenvolvimento dos estabelecimentos comerciais locais.

No que se refere à promoção do consumo, a iniciativa “Grande prémio para o consumo nas zonas comunitárias 2026”, lançada em Abril deste ano, impulsionou, até 28 de Maio, um volume de consumo total nos estabelecimentos comerciais de Macau na ordem dos 970 milhões de patacas, valor que, julgo, já mencionei anteriormente. Em simultâneo, temos vindo a organizar, em colaboração com as associações industriais e comerciais locais, actividades como a “Actividades do Mercado do Distrito Norte de Macau” e o “Mercado Nocturno do Pagode do Bazar”, procurando introduzir diferentes elementos inovadores para dinamizar o desenvolvimento sustentável da economia local.

Na promoção turística comunitária, temos vindo a lançar, de forma contínua, roteiros de visita, guias de exploração e uma série de vídeos promocionais que integram os pontos de interesse, as características arquitectónicas, a restauração local e as informações sobre transportes públicos, dando a conhecer aos turistas e residentes actividades comunitárias que abrangem a história, a cultura, as tradições locais e a gastronomia.

Segundo, em articulação com as empresas integradas de turismo e lazer, foi lançado, em finais de Abril, o programa “Autocarro de Turismo e ‘Lazer’: Explorar o Encanto dos Bairros”, com pontos de alívio em várias zonas comunitárias, facilitando a experiência gastronómica e de consumo de lazer dos turistas, estendendo assim o fluxo de visitantes aos bairros comunitários. Passados cerca de dois meses, na semana passada, o programa começou a ser alvo de algumas optimizações e melhorias, passando a ser bidireccional, em vez de apenas de sentido único, numa tentativa conjunta de aperfeiçoamento.

Terceiro, temos vindo a promover activamente a implementação das medidas de “orientação de fluxos para os bairros” e de “transferência de recursos para as comunidades”, tendo sido lançados, de forma contínua, planos de apoio financeiro para o turismo comunitário, a promoção gastronómica e o turismo marítimo, com vista a encaminhar, de forma ordenada, os visitantes das principais atracções turísticas para os bairros comunitários e as ruas das zonas antigas, reforçando ainda mais a vitalidade do consumo local.

No que se refere à atracção de visitantes através de convenções, exposições e comércio, a 17.^a edição do Fórum e Exposição Internacional sobre o Investimento e Construção de Infra-estruturas, realizada em Junho, contou com a organização de actividades de visita guiada às comunidades para os representantes das empresas do “ranking Fortune 500” e das 250 maiores empreiteiras internacionais, promovendo o consumo local. Através do programa “Global Alliance of Macao MICE Partners”, lançado este ano, e da organização de visitas de

experiência ao ambiente de convenções e exposições durante os eventos, temos vindo a promover as infra-estruturas e os serviços complementares de Macau, impulsionando ainda mais a economia comunitária.

Na optimização do ambiente comunitário, o Governo da RAEM tem vindo a desenvolver, através da cooperação interserviços, trabalhos de embelezamento e melhoria das infra-estruturas em diferentes zonas, elevando as condições gerais de negócio, e estudando a introdução de actividades e projectos que contribuam para o desenvolvimento dos círculos comerciais comunitários. Paralelamente, continuará a apoiar o “Plano para o desenvolvimento económico no âmbito de apoio ao estabelecimento da primeira loja em Macau”, introduzindo projectos que contribuam para melhorar o ambiente comercial das comunidades.

Relativamente à construção de uma plataforma pública de computação, o Governo da RAEM atribui grande importância ao desenvolvimento da indústria digital, incluindo a inteligência artificial, sendo a capacidade computacional, enquanto novo factor de produção, um suporte fundamental e estratégico para a promoção da inovação tecnológica e da modernização industrial.

No que se refere à construção da plataforma pública de computação, o Governo da RAEM está a proceder activamente à preparação do Parque Industrial de Investigação e Desenvolvimento das Ciências e Tecnologias de Macau, no âmbito do planeamento global do qual, como já tive oportunidade de referir durante o processo de consulta, foi claramente prevista a reserva de um terreno específico para a construção de um grande centro de computação. Este centro estará vocacionado para servir como um *hub* público de computação para toda a Macau, com o objectivo de proporcionar um suporte de computação estável, eficiente e acessível para a investigação e aplicação da IA, capacitando directamente o desenvolvimento de todas as cadeias da indústria de IA.

No âmbito da cooperação entre a indústria, a academia e a investigação, as instituições de ensino superior de Macau e o sector industrial têm desenvolvido múltiplos trabalhos na área da inteligência artificial. O Laboratório Conjunto Sino-Português da “Faixa e Rota” para Inteligência Artificial e Questões de Saúde Pública, submetido conjuntamente pela Universidade Médica de Guangzhou, pelo Instituto de Engenharia de Sistemas e Computadores de Portugal e pela Universidade de Ciência e Tecnologia de Macau, e aprovado pelo Ministério da Ciência e Tecnologia do Estado, foi oficialmente inaugurado em Março de 2025 na Universidade de Lisboa. Além disso, vários sectores de Macau têm vindo a lançar projectos relacionados com a inteligência artificial para melhorar a eficiência dos serviços, incluindo serviços de atendimento ao cliente por voz com recurso à IA, desenvolvidos por empresas tecnológicas locais, bem como infra-estruturas de computação em nuvem estabelecidas por grandes empresas integradas.

No que se refere à formação na aplicação da capacidade computacional, estão em curso negociações com fornecedores de capacidade computacional nacionais e estrangeiros, prevendo-se o lançamento de actividades de formação na aplicação da capacidade computacional e de exercícios empresariais relacionados com agentes de IA, com o objectivo de ajudar as empresas a dominar as capacidades de aplicação de tecnologias de ponta. O Governo da RAEM continuará a apoiar projectos de investigação científica e a formação de talentos na área da inteligência artificial, e continuará a acelerar a construção de infra-estruturas públicas de computação, com base no Parque Industrial de Investigação e Desenvolvimento das Ciências e Tecnologias, fornecendo um impulso central para a transformação digital da indústria de Macau e para o desenvolvimento da diversificação adequada da economia “1+4”.

Relativamente aos quatro grandes projectos de engenharia, o Governo da RAEM está a promovê-los de forma ordenada, congregando recursos para o desenvolvimento industrial e trazendo mais benefícios concretos para o desenvolvimento da diversificação adequada da economia de Macau. Com o avanço ordenado dos quatro grandes projectos, o nosso objectivo é construir gradualmente uma cadeia industrial completa que abrange desde o espaço de investigação e desenvolvimento, o apoio de capital, a concentração de talentos até à cooperação internacional, fornecendo um suporte sólido para o desenvolvimento da diversificação adequada da economia de Macau e promovendo eficazmente o desenvolvimento integrado entre Macau e Hengqin.

Na promoção da transformação e modernização das micro, pequenas e médias empresas, o Governo da RAEM irá empenhar-se em fazer com que os quatro grandes projectos exerçam um papel dinamizador junto das micro, pequenas e médias empresas locais, orientando-as, através de múltiplas vias, para a sua transformação e modernização. O Parque Industrial de Investigação e Desenvolvimento das Ciências e Tecnologias de Macau tem, como um dos seus objectivos, ser uma base de cooperação entre a indústria, a academia e a investigação em Macau, combinando a orientação governamental com o funcionamento do mercado, criando um ecossistema de inovação integrado que inclui espaço de investigação, plataformas tecnológicas comuns, apoio financeiro, serviços jurídicos e uma rede internacional.

O Parque Industrial de Ciência e Tecnologia, com enfoque nas necessidades de desenvolvimento das empresas, prevê a prestação de serviços imobiliários, registo de empresas, financiamento empresarial, promoção de marcas, integração de políticas, serviços em matéria de patentes e assessoria jurídica, que, igualmente, proporcionarão vias e espaços para a transformação e modernização das micro, pequenas e médias empresas, bem como um ambiente de incubação e serviços integrados para as empresas jovens de inovação tecnológica de Macau. Ao longo deste processo, muitas das nossas empresas tecnológicas de micro, pequena e média dimensão, com escalas relativamente reduzidas, poderão participar activamente nos serviços necessários ao desenvolvimento. O Parque de Ciência e Tecnologia

oferecerá ainda apoios financeiros e garantias de recursos em múltiplas dimensões, a fim de apoiar a instalação de empresas e projectos tecnológicos de qualidade.

A Zona Internacional de Turismo e Cultura Integrados de Macau tornar-se-á uma plataforma central de apoio às indústrias diversificadas, com especial destaque para o desenvolvimento cultural e criativo, favorecendo simultaneamente o intercâmbio cultural e o desenvolvimento do turismo cultural, proporcionando um apoio cultural para a criação de um ambiente urbano em Macau que seja habitável, propício ao trabalho e ao lazer, reforçando ainda mais a afectação regional de recursos culturais e promovendo uma melhor complementaridade e articulação industrial com Hengqin.

No que se refere à ligação com os Países de Língua Portuguesa e Espanhola através de grandes eventos culturais, e tendo como veículo os eventos multiculturais, aprofundaremos os intercâmbios e a interacção culturais nacionais e internacionais, dando pleno desempenho ao papel de Macau enquanto plataforma da “uma Base”. Através de planos de subsídios financeiros, apoiaremos a utilização de Macau como base de distribuição para filmes do Interior da China nos Países e Regiões de Língua Portuguesa.

A construção da Cidade Universitária contribuirá para a modernização e internacionalização das empresas de Macau. Para além da construção física, orientará as instituições de ensino superior no sentido de se articularem com as necessidades de desenvolvimento nacional e regional, estruturando cursos científicos em torno da diversificação adequada da economia “1+4”, reforçando a cooperação entre universidades e empresas e construindo progressivamente um ecossistema que integre a educação, a ciência e tecnologia e a indústria, formando talentos e injectando dinamismo para o desenvolvimento industrial.

A construção do campus da Universidade de Macau na Zona de Cooperação concretiza o modelo de articulação Macau-Hengqin, contando com a participação, e de forma aprofundada, de empresas de Macau nos dois principais lotes. Este modelo não só permite que as empresas locais acumulem experiência prática em grandes projectos de infra-estruturas da Grande Baía, como também, através da integração de normas e gestão, impulsiona a modernização tecnológica da indústria, estabelecendo um exemplo de sucesso para as micro, pequenas e médias empresas se internacionalizarem. A equipa da Universidade de Macau e dos seus subprojectos é maioritariamente composta por trabalhadores de Macau, que se encontram a tempo inteiro no local da obra, liderando e apoiando directamente a gestão da construção. No futuro, manter-se-á uma atitude aberta, acolhendo empresas de Macau para participarem em subempreitadas subsequentes, criando uma plataforma de articulação justa e transparente para auxiliar as micro, pequenas e médias empresas a integrarem experiências avançadas em projectos de elevado padrão, promovendo a sua evolução de uma mera participação na construção para um efectivo aumento de capacidades, integrando-se

verdadeiramente na conjuntura de desenvolvimento nacional.

Paralelamente, temos vindo a promover a estratégia de “navegar em conjunto num mesmo barco” para as empresas se internacionalizarem. Em Abril deste ano, realizámos uma visita a Espanha, Portugal e outros países europeus, com a participação de diversos empresários de Macau, alguns não são de grande envergadura, mas há muitas médias empresas, e também algumas empresas tecnológicas, que integraram a delegação para estabelecer contactos com empresas e projectos nas áreas de *big health*, tecnologia, entre outras. Entre finais de Maio e início de Junho, o Instituto de Promoção do Comércio e do Investimento organizou missões empresariais das indústrias farmacêutica e médica do Interior da China e de Macau a Portugal e Espanha, alargando ainda mais o espaço de mercado internacional das pequenas e médias empresas de Macau. Desta forma, reforça-se a função de serviço à cooperação económica e comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa, fortalecendo a articulação com o Centro de Serviços Económicos e Comerciais entre a China e os Países de Língua Portuguesa e Espanhola, apoiando as pequenas e médias empresas de Macau na sua internacionalização conjunta.

No processo de avanço dos quatro grandes projectos de engenharia, a forma como as pequenas e médias empresas dos diversos sectores podem encontrar oportunidades de desenvolvimento é também crucial para melhorar a nossa capacidade de prestação de serviços. Um grande projecto mobiliza inevitavelmente muitos domínios, dada a vastidão do seu âmbito de serviços. No futuro, com o aumento das actividades operacionais, acredito que o Governo, de acordo com a situação concreta, considerará como orientar e apoiar as nossas pequenas e médias empresas. No entanto, tenho sublinhado que a responsabilidade principal recai sobre as próprias pequenas e médias empresas, que devem ser proactivas na melhoria da sua competitividade e capacidade de certificação. O Governo espera poder criar um bom ambiente de negócios e prestar apoio nas áreas fiscal e financeira. Por isso, acredito que, no decurso da implementação de projectos de tão grande envergadura, esperamos que as nossas pequenas e médias empresas saibam aproveitar as oportunidades e participar activamente. Creio que já respondi a todas as questões.

Presidente: Muito obrigado, Senhor Chefe do Executivo.

Passo, desde já, a palavra aos Senhores Deputados do sexto grupo. Tem a palavra o Senhor Deputado Ma Chi Seng.

Ma Chi Seng: Muito obrigado, Senhor Presidente.

Excelentíssimo Senhor Chefe do Executivo:

À medida que o processo de integração entre Macau e Hengqin avança cada vez mais,

o desporto assume-se como uma ponte importante para promover a aproximação entre as populações e a integração social entre estas duas regiões, sendo particularmente crucial a facilidade na circulação transfronteiriça. O “Projecto Geral de Construção da Zona de Cooperação Aprofundada entre Guangdong e Macau em Hengqin” exige a “criação de um novo sistema de abertura de alto nível integrado com Macau, continuando a facilitar as travessias fronteiriças, de modo a garantir uma entrada e saída altamente facilitada das pessoas”. Durante os últimos Jogos Nacionais, as provas de ciclismo nas regiões de Guangdong, Macau e Hengqin, bem como a maratona que ligou Hong Kong e Shenzhen, constituíram exemplos bem-sucedidos na organização de travessias fronteiriças em grandes eventos desportivos.

O intercâmbio desportivo é o melhor caminho para aprofundar a integração entre Macau e Hengqin. A maratona de Hengqin atrai anualmente um grande número de participantes de todo o mundo, incluindo os de Macau e Hong Kong, tornando-se já uma prática viva que evidencia a colaboração e desenvolvimento integrado entre Macau e Hengqin. Assim, para promover ainda mais a profunda integração das actividades desportivas entre as duas regiões e inovar o modelo de passagem fronteiriça para eventos desportivos, Senhor Chefe do Executivo, o Governo da RAEM tenciona tomar como referência as experiências de facilitação das travessias fronteiriças e de funcionamento das competições transfronteiriças dos Jogos Nacionais, estudando a criação de um mecanismo de “canais desportivos” aplicável a eventos desportivos transfronteiriços entre Macau e Hengqin, com vista a promover o modelo de “uma competição em dois locais”, aprofundando a interacção desportiva entre Macau e Hengqin, para que o intercâmbio desportivo possa servir melhor o desenvolvimento integrado de Macau e Hengqin na construção da Grande Baía?

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra a Senhora Deputada Leong On Kei.

Leong On Kei: Muito obrigada, Senhor Presidente.

Excelentíssimo Senhor Chefe do Executivo, Senhores responsáveis oficiais e caros colegas:

Recentemente, o Instituto do Desporto da Província de Guangdong lançou as ligas “Guangdong BA” e “Guangdong Super” e, através do “Torneio + Carnaval” e do “Passaporte de Consumo” de reconhecimento mútuo inter-regional, entre outros modelos inovadores, conseguiu transformar os eventos desportivos em grandes motores de atracção de pessoas. Muitos fãs estão ansiosos por ver, no próximo ano, a presença da equipa de Macau nestes campeonatos, podendo assim desenvolver um intercâmbio cultural e desportivo aprofundado com as cidades da Grande Baía.

Senhor Chefe do Executivo, neste momento crucial de construção de Macau como “cidade desportiva”, como é que o Governo da RAEM vai aproveitar a integração profunda da Grande Baía como oportunidade, tendo como base os tradicionais intercâmbios desportivos, como a “Taça Guangdong-Macau”, para apoiar, de forma mais activa, a participação das equipas de Macau nas ligas da Grande Baía, e até criar ligas inter-regionais com “atributo de marca”, e, através de políticas de apoio, criar uma combinação profunda entre a competição desportiva e a “economia de bilhetes”, articulando as pequenas e médias empresas comunitárias e as actividades culturais e turísticas, para os eventos desportivos não se limitarem ao interior dos pavilhões desportivos, transformando-se numa nova dinâmica para impulsionar o desenvolvimento da diversificação adequada da economia de Macau “1+4”, e, no processo de participação conjunta das várias cidades, desempenhar o papel de Macau como “ponte cultural”, permitindo que os eventos desportivos se tornem numa nova miniatura que aprofunde o entendimento entre os povos da Grande Baía, demonstrando a interacção entre a imagem da RAEM e as visitas culturais e turísticas?

Muito obrigada.

Presidente: Tem a palavra a Senhora Deputada Song Pek Kei.

Song Pek Kei: Muito obrigada, Senhor Presidente.

Excelentíssimo Senhor Chefe do Executivo:

Face à rápida evolução das mudanças a nível mundial, o Governo da RAEM, sob a sua liderança, tem vindo a actuar de forma activa e inovadora, tomando como premissa a reforma e a elevação da eficiência administrativa, acelerando o passo na simplificação e descentralização de poderes. Além disso, o Governo tem reforçado constantemente o sentido de responsabilidade e a consciência dos funcionários públicos em geral, fazendo com que Macau continue a manter a estabilidade quer do desenvolvimento da economia quer da sociedade, dentro das mudanças mundiais.

Com o forte apoio do País, as vantagens de Macau têm vindo a ser cada vez mais notórias e o papel de plataforma tem vindo a ser constantemente melhorado, abrindo uma nova página para o seu desenvolvimento. O Governo da RAEM tem-se empenhado no desenvolvimento integrado da educação, ciência e tecnologia, e de talentos, promovendo activamente a construção da Cidade Internacional de Educação (Universitária), tendo dado início, em primeiro lugar, à realização de cursos de extensão no campus transitório. O Senhor Chefe do Executivo referiu há pouco que o referido campus será concluído e entregue em Julho, e os alunos iniciarão em breve os seus estudos, com o objectivo de criar um local internacional onde se concentrem talentos de alta qualidade. No entanto, face à mudança da estrutura demográfica mundial e ao desenvolvimento complexo da conjuntura internacional,

Macau deve desenvolver o seu papel de “dupla circulação, do interior para o exterior e vice-versa”, e promover o desenvolvimento de talentos em “dois rumos”, assim, o desenvolvimento do ensino superior de Macau não só deve alcançar um estatuto mais alto, como também deve conferir forte vitalidade ao desenvolvimento orientado pelo mercado e servir o desenvolvimento nacional.

Assim sendo, Senhor Chefe do Executivo, qual é a opinião do Governo sobre o desenvolvimento “mercantil” das instituições de ensino superior de Macau? De acordo com as experiências de desenvolvimento dos países estrangeiros, o desenvolvimento das instituições privadas de ensino superior é crucial para o desenvolvimento do mercado, portanto, no futuro, vai o Governo ponderar apoiar as referidas instituições a estenderem as suas actividades de ensino em Hengqin? Nomeadamente considerando a existência de vários edifícios desocupados na ilha, poderá o Governo estudar a possibilidade de permitir que as instituições de ensino superior privadas possam utilizar edifícios comerciais como campus de natureza transitória para desenvolverem, de antemão, as suas actividades, promovendo o desenvolvimento do ensino superior a um novo patamar e criando novos “cartões-de-visita” para os estudantes que estudam em Macau?

Muito obrigada.

Presidente: Tem a palavra o Senhor Deputado Lao Chi Ngai.

Lao Chi Ngai: Muito obrigado, Senhor Presidente.

Excelentíssimo Senhor Chefe do Executivo, Senhores responsáveis oficiais e caros colegas:

Em Março deste ano, o “15.º Plano Quinquenal” do País apoia claramente Macau a “explorar as vantagens dos serviços profissionais para ajudar as empresas a saírem para o exterior” e a “desempenhar um papel importante como janela de intercâmbio e aprendizagem mútua entre as civilizações chinesa e ocidental”. O Senhor Chefe do Executivo referiu há pouco, na sua intervenção, que em Abril liderou uma delegação composta por representantes de empresas de Macau, de Hengqin e de outras localidades do Interior da China, realizando uma visita a quatro países europeus, nomeadamente Portugal e Espanha, seguindo a abordagem “navegar em conjunto num mesmo barco”, tendo obtido múltiplos resultados concretos. Este evento assinalou a expansão e a renovação de “Macau como plataforma”, que deixou de se dirigir tradicionalmente apenas aos países de língua portuguesa para abranger também os países de língua portuguesa e espanhola. Trata-se de um marco de grande e duradoura importância, plenamente merecedor de reconhecimento e elogio.

Assim sendo, poderia o Senhor Chefe do Executivo partilhar pormenorizadamente as

impressões sobre a visita aos países de língua portuguesa e espanhola realizada em Abril? Incluindo quais é que considera serem actualmente os maiores obstáculos e desafios que a “expansão de Macau como plataforma” terá de enfrentar? E, posteriormente, quais são as ideias concretas, estratégias e medidas a adoptar para converter mais eficazmente as vantagens únicas de Macau em resultados práticos, expandindo e consolidando ainda mais a base e a função dessa “plataforma”?

Muito obrigado, Senhor Chefe do Executivo. Muito obrigado, Senhor Presidente. Muito obrigado a todos.

Presidente: Tem a palavra o Senhor Chefe do Executivo.

Chefe do Executivo, Sam Hou Fai: Muito obrigado pelas perguntas dos quatro Senhores Deputados.

O Senhor Deputado Ma Chi Seng manifestou preocupação, principalmente, com a interacção desportiva entre Macau e Hengqin e a sinergia desportiva na Grande Baía; a Senhora Deputada Leong On Kei com a forma de melhor aproveitar os eventos desportivos no desenvolvimento da diversificação adequada da economia e na interacção cultural e turística da Grande Baía; a Senhora Deputada Song Pek Kei com a construção da Cidade (Universitária) de Educação Internacional de Macau e Hengqin e a questão da extensão transfronteiriça da actividade lectiva das instituições privadas de ensino; e o Senhor Deputado Lao Chi Ngai com a forma de melhor expandir e alargar as funções da Plataforma China-Países de Língua Portuguesa. Passo a responder de forma integrada.

A articulação estreita com o planeamento estratégico do “15.º Plano Quinquenal” nacional, o aprofundamento abrangente da integração Macau-Hengqin, a construção da Grande Baía e a integração na conjuntura de desenvolvimento nacional são considerações estratégicas que o Governo da RAEM tem o dever indeclinável de assumir. A promoção de alta qualidade da construção da Zona de Cooperação de Hengqin, em estreita articulação com o novo posicionamento de “Macau + Hengqin”, impulsionando com toda a determinação a construção de alto nível da segunda fase da Zona de Cooperação, promovendo a elevada sinergia económica entre Macau e Hengqin, a convergência de regras e a articulação profunda, bem como o fluxo transfronteiriço eficiente e facilitado de todos os factores, constituem as tarefas definidas para a segunda fase da Zona de Cooperação de Hengqin.

Devemos participar activamente na construção da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau, integrar recursos de qualidade, aprofundar o desenvolvimento sinérgico, impulsionar a cooperação em áreas prioritárias e alcançar novos avanços. Actualmente, estamos a empenhar-nos no aprofundamento da sinergia desportiva na Grande Baía e da integração entre Macau e Hengqin, através, principalmente, da implementação do “Acordo

sobre o reforço da cooperação desportiva e a promoção do desenvolvimento integrado”, com vista à criação de uma marca regional. Com base na experiência dos Jogos Nacionais, iremos explorar a realização de competições transfronteiriças de ciclismo, triatlo e corrida de longa distância, bem como ligas no modelo “uma competição em múltiplas sedes”; continuaremos a realizar as séries de competições da Taça Macau-Hengqin; em 2026, pela primeira vez, convidaremos a equipa de barcos-dragão de Hengqin para participar no Festival Internacional de Barcos-Dragão de Macau; em 2026, será também implementado, a título experimental, um campo de treino de ténis de mesa para jovens; com base na escola de futebol juvenil, será estabelecido um mecanismo de formação de longo prazo. Apoiaremos as associações desportivas na realização de estágios e intercâmbios na Grande Baía: em 2025, financiámos 100 projectos, num total de 1.973 participações; entre Janeiro e Maio de 2026, já financiámos 39 projectos, num total de 589 participações em estágios na Grande Baía, contribuindo assim para o reforço da experiência prática dos talentos.

O Governo da RAEM, tendo em conta a realidade de Macau, e seguindo os princípios de “primeiro o mais fácil, depois o mais difícil”, “implementação piloto em primeiro lugar” e “mecanismos de carácter regular”, irá promover faseadamente os seguintes trabalhos:

No que se refere à componente transfronteiriça, aprofundar os mecanismos de facilitação transfronteiriça e inovar o modelo de passagem fronteiriça sem contacto.

Primeiro, a experiência e a inovação tecnológica dos Jogos Nacionais. Durante as provas de ciclismo dos 15.º Jogos Nacionais, a área da segurança pública criou, pela primeira vez, um modelo inovador de passagem fronteiriça sem contacto, com inspecção prévia e gestão em circuito fechado. Através deste modelo, foi possível realizar a apreciação conjunta das listas pelas três regiões antes da competição, bem como a localização, identificação e monitorização tecnológicas durante a prova, assegurando que os atletas não parassem, não esperassem e não tivessem contacto durante todo o percurso, garantindo assim a segurança e a continuidade do evento. Quanto à promoção, optimização e extensão de cenários, a área da segurança pública continuará a aprofundar os procedimentos e equipamentos de passagem fronteiriça, promovendo a facilitação da passagem fronteiriça em eventos desportivos transfronteiriços, estudando simultaneamente a extensão deste modelo a mais competições transfronteiriças e a sua aplicação a cenários de circulação de pessoas nas áreas da educação, saúde, entre outras.

Aprofundar a integração transfronteiriça “Desporto +”, promovendo a sinergia entre a economia das primeiras lojas comunitárias e a Grande Baía. Neste aspecto, primeiro, no que se refere aos grandes eventos desportivos e à economia das primeiras lojas, optimizar o plano de incentivos turísticos, incentivando a organização de eventos desportivos e turísticos. Conseguimos atrair a Assembleia Geral da Federação Internacional do Automóvel para Macau, durante três anos consecutivos, de 2025 a 2027. Em colaboração com o sector, lançar

pacotes turísticos e, através da economia de bilhetes, articular as pequenas e médias empresas comunitárias, orientando os visitantes e empresários para o consumo nas comunidades. Paralelamente, através do serviço “One Stop” ao investidor e do “Plano para o desenvolvimento económico no âmbito de apoio ao estabelecimento da primeira loja em Macau”, promover o estabelecimento em Macau de primeiras lojas de marcas desportivas nacionais e internacionais.

Segundo, no que se refere à sinergia desportiva da Grande Baía e à interacção Macau-Hengqin, implementar o “Acordo sobre o reforço da cooperação desportiva e a promoção do desenvolvimento integrado”, assinado com a Administração Geral do Desporto do Estado, a Província de Guangdong e a Região Administrativa Especial de Hong Kong. Explorar activamente a realização transfronteiriça de competições de ciclismo, triatlo e corrida de longa distância, no modelo de liga “uma competição em múltiplas sedes”, entre Macau e Hengqin. Continuar a realizar as séries de competições da Taça Macau-Hengqin e convidar a equipa de barcos-dragão de Hengqin, já referida, para participar no Festival Internacional de Barcos-Dragão, que se realiza no próximo fim-de-semana.

Terceiro, no que se refere à formação de talentos e aos estágios bilaterais, como já foi referido, iremos implementar, a título experimental, um campo de treino de ténis de mesa para jovens. Com base na escola de futebol juvenil, será estabelecido um mecanismo de formação de longo prazo, procedendo a negociações aprofundadas sobre a utilização de instalações e apoiando as associações desportivas na realização de estágios e intercâmbios na Grande Baía.

No que se refere ao avanço estável da construção da Cidade Universitária, importa racionalizar os mecanismos de extensão transfronteiriça da actividade lectiva e de revitalização dos espaços físicos.

Primeiro, de acordo com os princípios de “planeamento unificado, concepção coordenada e partilha aberta”, a Cidade (Universitária) de Educação Internacional de Macau e Hengqin será construída em três fases, como já mencionei anteriormente: a primeira fase terá início em Setembro deste ano, com três universidades públicas a oferecerem cursos de pós-graduação, num total de 1.350 estudantes; a segunda fase, já em construção, tem como núcleo as faculdades de Medicina, Ciências da Informação, Engenharia e Design da Universidade de Macau, correspondendo a uma extensão parcial do ensino da Universidade de Macau no novo campus de Hengqin, prevendo-se a sua conclusão em 2028 e a plena entrada em funcionamento em 2029; a terceira fase envolve outras duas universidades, encontrando-se actualmente em curso os respectivos estudos de viabilidade e os trabalhos de planeamento global, com o objectivo de, até 2030, no âmbito do “3.º Plano Quinquenal”, concluir e pôr em funcionamento a Universidade de Turismo e a Universidade Politécnica. Esta é a abordagem adoptada para a Cidade (Universitária) de Educação Internacional de

Macau e Hengqin, seguindo os princípios de “planeamento unificado, concepção coordenada e partilha aberta”.

Segundo, de acordo com o planeamento global estabelecido em conjunto com o Ministério da Educação, a Província de Guangdong e a Zona de Cooperação Aprofundada entre Guangdong e Macau em Hengqin, será adoptada a política de “as escolas públicas em primeiro lugar e as privadas depois” para a extensão da actividade lectiva. O planeamento inicial previa, numa primeira fase, o protagonismo das escolas públicas, com vista a alcançar, desde logo, avanços em termos de políticas e regras. Quanto às questões múltiplas relacionadas com a entrada de instituições privadas de ensino superior na Zona de Cooperação, importa prosseguir o estudo, nomeadamente em articulação com o Ministério da Educação, a Província de Guangdong e a Zona de Cooperação, no que se refere a questões como o ordenamento do território, a administração transfronteiriça e o financiamento, para definir os próximos passos. O estudo anterior preconizava “as escolas públicas em primeiro lugar e as privadas depois”, permitindo que as universidades públicas tomem a dianteira e abram caminho na implementação de novas políticas. Quanto ao modelo a adoptar para as escolas privadas, será objecto de estudo conjunto, de modo a encontrar a melhor forma de avançar. Uma vez que a Senhora Deputada Song Pek Kei abordou a promoção do ensino internacional como indústria, o planeamento global actual prevê que as escolas públicas avancem primeiro, o que já está em curso, com o lançamento, em Dezembro de 2024, dos projectos relacionados com a Universidade de Macau, o que corresponde ao segundo aspecto da estratégia “as escolas públicas em primeiro lugar e as privadas depois”.

Terceiro, no que se refere à revitalização dos espaços físicos de Hengqin e à articulação industrial, procederemos de forma ordenada ao tratamento de edifícios, incluindo a recuperação de edifícios devolutos e de empreendimentos problemáticos, bem como à aceleração dos trabalhos de infra-estruturas de apoio à habitação para talentos, estando a Comissão Executiva da Zona de Cooperação Aprofundada de Hengqin a estudar e a promover de forma abrangente os trabalhos relevantes.

No que se refere à expansão das funções da “Plataforma sino-lusófona”, importa inovar o modelo de internacionalização industrial. O Senhor Deputado Lao Chi Ngai levantou, há pouco, a questão das funções da Plataforma “sino-lusófona”.

Primeiro, no que se refere ao aperfeiçoamento da rede externa e à consolidação dos resultados da visita. Como já referi anteriormente, a visita que liderei superou todas as minhas expectativas. Em particular, a deslocação a Espanha, em conjunto com empresas de Macau, do Interior da China e de Hengqin – pergunto se algum de vós esteve presente? Na altura, vimos as filas para os encontros de articulação, o que resultou em excelentes frutos: durante o processo de prospecção, foram realizados 221 encontros de articulação empresarial e assinados 109 protocolos. Interpelei os participantes e confirmaram que muitos dos

protocolos foram efectivamente concretizados, sendo a dimensão do mercado espanhol realmente muito grande, quer em termos de estrutura demográfica, quer da escala da sua economia turística. Assim, como aperfeiçoar esta rede? Desenvolver a rede? E consolidar os resultados da visita? São questões que acompanharemos na próxima fase.

O Instituto de Promoção do Comércio e do Investimento irá também reforçar o projecto de “Conduta do Comércio China-PLP”; o Centro de Serviços Económicos e Comerciais entre a China e os Países de Língua Portuguesa e Espanhola, na Zona de Cooperação, está igualmente a estudar a criação de instituições no estrangeiro, nomeadamente no México, para alargar a rede de serviços. Em Junho e Julho de 2026, serão realizadas missões de intercâmbio económico e comercial ao Brasil, Argentina e Moçambique, no sentido de aprofundar a rede multilateral, cabendo este acompanhamento ao Instituto de Promoção do Comércio e do Investimento.

Segundo, no que se refere à internacionalização da medicina tradicional chinesa e à abordagem “impulsionar o medicamento através da medicina”. Em Abril, o Instituto para a Supervisão e Administração Farmacêutica assinou um memorando de entendimento com a “Infarmed - Autoridade Nacional do Medicamento e Produtos de Saúde, I. P.”, no sentido de aprofundar a cooperação em domínios como a formação técnica especializada, a partilha de informações de regulação e a orientação técnica para a entrada no mercado da União Europeia. Em Maio, o Instituto para a Supervisão e Administração Farmacêutica organizará uma missão do sector ao Brasil, para abrir caminho à entrada de medicamentos tradicionais chineses no mercado da América Latina, o que constitui também uma demonstração do papel crescente de Macau enquanto plataforma.

Terceiro, no que se refere ao apoio financeiro e à selecção de produtos para o comércio electrónico, designado como “dupla via de selecção para o comércio electrónico”. Foram já assinados acordos bilaterais com oito países e com instituições financeiras nacionais de Portugal, no sentido de aperfeiçoar a infra-estrutura financeira local e a regulamentação. Em Abril, a Direcção dos Serviços de Economia e Desenvolvimento Tecnológico apoiou a realização em Portugal de uma transmissão em directo sobre a origem dos produtos na Europa, com base no Centro de Selecção de Produtos China-França-Portugal; em Maio, co-organizou o Fórum “Bonjour Brand” e a Sessão de selecção de produtos para precursores da Europa, para ajudar os sectores da pastelaria, joalheria, *big health* e cosmética de Macau a aceder a canais europeus.

Quarto, o lançamento do plano “Marca de Macau”. A Direcção dos Serviços de Economia e Desenvolvimento Tecnológico lançou oficialmente este plano em Junho, seleccionando, numa primeira fase, não mais de vinte empresas de marcas de excelência e não mais de dez “influenciadores” de venda em directo, sendo estes apoiados e orientados pelo Governo para, em conjunto, explorarem oportunidades de negócio no mercado externo.

Esta é uma vertente da plataforma.

A cultura e a educação são também plataformas importantes para o aprofundamento bidireccional e para o exercício da influência de difusão cultural da “uma Base”.

Primeiro, criar uma base de distribuição cultural, tendo como veículo a cidade cultural, aprofundando o intercâmbio cultural com os países da “Faixa e Rota”. Através de planos de subsídios financeiros, apoiar a utilização de Macau como base de distribuição para filmes do Interior da China nos Países e Regiões de Língua Portuguesa, elevando a capacidade de difusão da civilização chinesa.

Segundo, aprofundar a cooperação educacional com os Países de Língua Portuguesa. Nos últimos três anos, a Direcção dos Serviços de Educação e de Desenvolvimento da Juventude assinou oito protocolos de cooperação com instituições educativas de Portugal, aprofundando o prosseguimento de estudos em Portugal e a formação de talentos. Em Março deste ano, organizou a participação de instituições de ensino superior de Macau numa feira de educação em Portugal. As três instituições públicas de ensino superior de Macau têm vindo igualmente a desenvolver cooperação educacional em múltiplos domínios com instituições de ensino superior de Portugal e de países de língua espanhola, nomeadamente através da organização conjunta de cursos, da criação conjunta de centros de investigação, do intercâmbio de estudantes e da articulação em investigação científica. Estas são algumas das formas através das quais, em diferentes áreas, temos vindo a exercer o papel de plataforma.

Presidente: Muito obrigado, Senhor Chefe do Executivo.

Passo, desde já, a palavra aos Senhores Deputados do sétimo grupo. Tem a palavra o Senhor Deputado Leong Pou U.

Leong Pou U: Muito obrigado, Senhor Presidente.

Excelentíssimo Senhor Chefe do Executivo, Senhores Membros do Governo e caros colegas:

Boa tarde a todos.

O tema que gostaria de abordar hoje é “Aumentar a diversificação do sistema energético, fortalecendo a resiliência da economia e da sociedade”.

Devido às incertezas geopolíticas internacionais, os preços internacionais do petróleo têm registado flutuações significativas e persistentes desde o início deste ano, fazendo com que os preços dos combustíveis locais também tenham aumentado. Para aliviar as pressões

enfrentadas pelos diversos sectores e pelos residentes, o Governo da RAEM tem implementado sucessivamente medidas de subsídios para combustíveis, o que merece ser reconhecido.

O “15.º Plano Quinquenal” propõe a implementação aprofundada da nova estratégia de segurança energética, acelerando a construção de um novo sistema energético limpo, de baixo carbono, seguro e eficiente, e edificando um país forte em energia e em electricidade. Trata-se de uma decisão importante tomada pelo País com profundo conhecimento das grandes tendências do desenvolvimento energético global. Alinhando-se estreitamente com a estratégia de desenvolvimento nacional, o documento de consulta do nosso “3.º Plano Quinquenal” também propõe garantir a estabilidade e segurança do fornecimento de energia, nomeadamente, electricidade, gás, petróleo e energia solar fotovoltaica. Actualmente, as tensões geopolíticas têm aumentado as incertezas sobre o futuro abastecimento e custos das energias tradicionais. Macau deve aproveitar as oportunidades da estratégia de desenvolvimento nacional, reforçar a diversificação do sistema energético e salvaguardar a estabilidade geral da sociedade de Macau.

Senhor Chefe do Executivo, como vai o Governo coordenar-se com a estratégia de desenvolvimento nacional para aperfeiçoar a diversificação do sistema energético de Macau, nomeadamente acelerando a aplicação e popularização de várias novas energias, reforçando a resiliência económica e social, e aumentando a felicidade e a sensação de bem-estar dos residentes?

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Senhor Deputado Kou Kam Fai.

Kou Kam Fai: Muito obrigado, Senhor Presidente.

Excelentíssimo Senhor Chefe do Executivo, Senhores Membros do Governo e caros colegas:

Boa tarde a todos.

O tema que gostaria de abordar hoje é “Como melhor acolher as opiniões da população no âmbito do 3.º Plano Quinquenal”.

O “3.º Plano Quinquenal” é um documento programático para o desenvolvimento económico e social da RAEM nos próximos cinco anos e está intimamente relacionado com os interesses dos diversos sectores sociais e da população em geral. Vossa Excelência frisou várias vezes que, quanto aos assuntos de Macau, todos os decidem em conjunto e os tratam

em conjunto. Salientou também, em várias ocasiões, a necessidade de congregar as opiniões e a sabedoria da população, apelando aos diferentes sectores e à população para apresentarem opiniões e sugestões sinceras sobre os trabalhos de elaboração do referido plano. A sociedade notou também que, durante a elaboração do documento de consulta sobre o “3.º Plano Quinquenal”, o Governo desenvolveu uma série de investigações e estudos, e visitou muitas associações de diferentes sectores e áreas, a fim de criar uma boa base social para a elaboração do referido documento. Neste momento, está em curso a consulta pública sobre o “3.º Plano Quinquenal”, para uma ampla auscultação e recolha de opiniões dos diversos sectores sociais e da população em geral.

Senhor Chefe do Executivo, quais são as principais áreas em que se concentram as opiniões recolhidas até agora pelo Governo? E quais dessas opiniões já foram incorporadas no texto do plano?

Muito obrigado, Senhor Chefe do Executivo. Muito obrigado, Senhor Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Senhor Deputado Iau Teng Pio.

Iau Teng Pio: Muito obrigado, Senhor Presidente.

Excelentíssimo Senhor Chefe do Executivo, Senhores Membros do Governo e caros colegas:

Boa tarde a todos.

A questão que me preocupa é como alcançar um desenvolvimento sustentável no âmbito de “Um País, Dois Sistemas”.

O Governo da RAEM está actualmente a elaborar o 3.º Plano Quinquenal. Tendo como base fundamental o princípio “Um País, Dois Sistemas”, e assente na estratégia de diversificação adequada da economia “1+4” de Macau, adaptada à realidade de Macau, pergunto a Vossa Excelência, Senhor Chefe do Executivo: de que forma é que a RAEM se vai articular activamente com as grandes estratégias nacionais, para que o desenvolvimento de Macau esteja em sintonia com a conjuntura geral do País? E como, ao integrar-se e servir o desenvolvimento do País, conseguirá Macau alcançar um desenvolvimento melhor e mais sustentável?

Muito obrigado, Senhor Presidente. Muito obrigado, Senhor Chefe do Executivo.

Presidente: Tem a palavra o Senhor Chefe do Executivo.

Chefe do Executivo, Sam Hou Fai: Muito obrigado pelas perguntas dos três Senhores Deputados.

O Senhor Deputado Leong Pou U manifestou preocupação, principalmente, com a forma de articulação com o “3.º Plano Quinquenal” no aperfeiçoamento da diversificação do sistema energético de Macau; o Senhor Deputado Kou Kam Fai com o processo de consulta do “3.º Plano Quinquenal” e a recolha e incorporação de opiniões por parte do Governo; e o Senhor Deputado Iau Teng Pio com a forma de Macau se articular, em todos os aspectos, com o “15.º Plano Quinquenal” nacional no âmbito do “3.º Plano Quinquenal”. Assim, tratando-se do conteúdo global do “3.º Plano Quinquenal”, passamos a abordar este tema em conjunto.

O “3.º Plano Quinquenal”, ou seja, o terceiro plano quinquenal de desenvolvimento, é um documento programático para o desenvolvimento económico e social da RAEM nos próximos cinco anos, orientando as direcções e trajectórias de desenvolvimento da RAEM para o próximo quinquénio. O “3.º Plano Quinquenal” articula-se estreitamente com as linhas gerais do “15.º Plano Quinquenal” nacional e com as estratégias da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau e da Zona de Cooperação de Hengqin, concretizando a articulação com o desenvolvimento nacional através de medidas como o aperfeiçoamento do Estado de Direito, a diversificação industrial, a sinergia Macau-Hengqin, a interligação das condições de vida da população e a modernização das infra-estruturas.

No que se refere à persistência no sistema jurídico, continuaremos a aperfeiçoar as leis e regulamentos na área económica, promulgando legislação que apoie o desenvolvimento da diversificação adequada da economia. Este ano, já iniciámos a elaboração da “Lei dos fundos de investimento” e do “Regime de supervisão e administração de dispositivos médicos”, tendo a “Política de subsídios ao empreendedorismo” sido alargada a Hengqin, inovando a legislação da Zona de Cooperação através da legislação da Zona Económica Especial de Zhuhai, na Província de Guangdong; paralelamente, prosseguimos a construção do sistema jurídico em áreas como a “Lei de uso das áreas marítimas”.

No que se refere ao papel do Fundo de Orientação Governamental, reforçaremos a articulação com a Zona de Cooperação, a Grande Baía e as províncias e municípios do Interior da China, concentrando-nos na estrutura industrial “1+4”, articulando-se igualmente com o “15.º Plano Quinquenal”, aprofundando a integração “Turismo+” e criando um destino internacional de saúde médica.

Promoveremos a inovação e a integração das indústrias biomédicas do Interior da China e de Macau, expandindo o mercado internacional dos medicamentos tradicionais chineses de Macau, fortalecendo o mercado de obrigações, promovendo a construção do parque “Macau Digital”, do Parque Industrial de Investigação e Desenvolvimento das Ciências e Tecnologias e do Centro Internacional da Indústria de Ciências e Tecnologias, e impulsionando a

realização de mais eventos de grande influência nas áreas de convenções e exposições, cultura e desporto em Macau. Apoiaremos as empresas na expansão dos seus mercados através do comércio electrónico transfronteiriço. Por outro lado, será criado o Centro de Serviços Económicos e Comerciais entre a China e os Países de Língua Portuguesa e Espanhola, prestando serviços em áreas como recursos públicos e investimento e financiamento.

Aprofundaremos a integração social com a Zona de Cooperação de Hengqin e a Grande Baía, aperfeiçoando a segurança social e promovendo a integração no desenvolvimento da Grande Baía. No âmbito do “3.º Plano Quinquenal”, será criada uma consulta externa conjunta especializada na Zona de Cooperação de Hengqin, e serão construídas bases de formação médica em colaboração. Será implementado, no “Novo Bairro”, um projecto-piloto de cuidados domiciliários para idosos com padrões normalizados entre Macau e Hengqin, e serão estudadas políticas de apoio à creche na Zona de Cooperação. Serão salvaguardados os direitos dos residentes de Macau na Zona de Cooperação ao regime de segurança social de dois níveis, e a segurança social de Guangdong e Macau será integrada num balcão único, abrangendo as nove cidades do Interior da China integradas na Grande Baía. No âmbito da cooperação na Zona de Cooperação, o “Plano de Financiamento para Carreiras Profissionais dos Jovens de Macau na Grande Baía” atribuirá 5.000 patacas mensais, durante um período máximo de dezoito meses, para apoiar os jovens de Macau no emprego e no empreendedorismo em Hengqin e nas cidades do Interior da China integradas na Grande Baía.

Por outro lado, alinhando com a estratégia nacional integrada de educação, ciência e tecnologia e recursos humanos, e tomando como referência o plano nacional de educação, será aperfeiçoada a educação local. Será principalmente implementado o terceiro plano de captação de quadros qualificados, com investimento na educação em IA, promoção da construção da Cidade Universitária de Macau-Hengqin e desenvolvimento do Subcentro de Macau do Centro de Transferência e de Transformação de Tecnologia das Instituições de Ensino Superior na área da Medicina Tradicional Chinesa (Grande Baía Guangdong–Hong Kong–Macau), integrando plataformas científicas como laboratórios de referência do Estado, promovendo o desenvolvimento colaborativo e impulsionando a articulação entre indústria, academia e investigação.

Concretizar a construção de “uma Base”, aproveitando a cultura e o desporto para contar bem as histórias da China e de Macau. Neste sentido, promover a construção da Zona Internacional de Turismo e Cultura Integrados de Macau, aprofundar a cooperação cultural na Grande Baía e fomentar o talento desportivo internacional. As instalações desportivas devem estar alinhadas com os padrões nacionais de desenvolvimento verde e de baixo carbono, aperfeiçoando simultaneamente as infra-estruturas e a protecção ambiental.

A linha do Metro Ligeiro de Hengqin articular-se-á com a rede do Interior da China, expandindo o Aeroporto de Macau para criar um *hub* de aviação internacional na margem oeste do Rio das Pérolas, e será elaborada uma nova versão do plano de protecção ambiental de Macau, entre outras medidas. Em estreita articulação com a estratégia nacional de duplo carbono, e com base na estratégia de redução de carbono a longo prazo de Macau, construiremos um sistema energético diversificado e limpo em múltiplas vertentes. Por um lado, aumentaremos a proporção de energia limpa adquirida externamente, prevendo-se que atinja os 50% em 2026. Será promovido o planeamento preliminar do quarto corredor de transmissão de electricidade, para garantir a estabilidade do fornecimento. Por outro lado, continuaremos a estender a rede de gás natural para cobrir as zonas residenciais, prevendo-se que, até ao final de 2026, o número de utilizadores domiciliários de gás natural em Macau ultrapasse os 23.000. Será expandida a aplicação da energia solar fotovoltaica, tendo-se verificado, em 2025, um aumento de 8 vezes em relação a 2023. Simultaneamente, será acelerada a construção de postos de carregamento para veículos eléctricos e de estações de carregamento rápido.

Relativamente à recolha de opiniões sobre o “3.º Plano Quinquenal”, o Governo da RAEM atribui grande importância à elaboração e implementação do plano. Durante a elaboração do documento de consulta, foram já visitadas associações de diferentes sectores e áreas, tendo-se realizado 40 sessões e visitas, com a participação de mais de 120 associações e instituições e mais de 500 participantes, tendo sido recolhidas 1.550 opiniões. Pela primeira vez, foi realizada uma sessão especializada na Zona de Cooperação Aprofundada entre Guangdong e Macau em Hengqin para recolha de opiniões.

Globalmente, os temas que mais preocupam a sociedade são o desenvolvimento da diversificação adequada da economia, a construção da Zona de Cooperação de Hengqin e o desenvolvimento integrado de educação, ciência e tecnologia e recursos humanos. A incorporação de opiniões no documento de consulta reflecte-se, principalmente, nos seguintes aspectos:

Em matéria de segurança nacional, apoiar as forças patrióticas de amor a Macau e garantir por lei os direitos dos macaenses e dos residentes de outras nacionalidades.

No que se refere ao Estado de Direito, acrescentar um capítulo sobre governação de base, criando uma ponte de comunicação entre as autoridades e os cidadãos.

Quanto à diversificação económica, introduzir indicadores de avaliação da eficácia das indústrias e complementar as disposições relativas à garantia de espaços industriais para a economia comunitária.

Relativamente à construção da Zona de Cooperação, complementar com projectos

emblemáticos e plataformas industriais, detalhando a construção da Cidade Internacional de Educação Hengqin-Macau.

Na integração de educação, ciência e tecnologia e recursos humanos, ajustar a política de captação de quadros qualificados para ser aberta, precisa e eficiente, alargar as políticas de atracção de talentos e construir um polo de excelência nesta área.

Sobre a protecção do bem-estar social, dedicar um capítulo específico à população, elaborar políticas populacionais para fazer face ao declínio da natalidade e ao envelhecimento da população, e aperfeiçoar os serviços para mulheres, crianças e idosos.

Em termos de cidades inteligentes, reforçar o planeamento relativo à renovação urbana e à gestão do tráfego.

No que toca à integração na estratégia geral de desenvolvimento nacional, acrescentar conteúdos sobre cooperação entre as Regiões Administrativas Especiais, utilização dos recursos da comunidade chinesa no estrangeiro e fomento de propriedade intelectual local em Macau.

Quanto à implementação e garantias, adicionar três listas relativas a projectos prioritários, divisão de tarefas e medidas de reforma, a serem divulgadas conjuntamente.

O Governo da Região Administrativa Especial atribui grande importância às opiniões e sugestões recolhidas, irá analisá-las e estudá-las cuidadosamente, incorporando no texto oficial do “3.º Plano Quinquenal” aquelas que sejam razoáveis e gozem de consenso social.

Presidente: Muito obrigado, Senhor Chefe do Executivo.

Passo, desde já, a palavra aos Senhores Deputados do oitavo grupo. Tem a palavra o Vice-Presidente Ho Ion Sang.

Ho Ion Sang: Excelentíssimo Senhor Chefe do Executivo, Senhores Membros do Governo e caros colegas:

Boa tarde a todos.

O tema que me proponho abordar hoje é a “construção de um ambiente sem barreiras”.

O “15.º Plano Quinquenal” do País estabelece claramente a necessidade de “reforçar a construção de um ambiente sem barreiras nas instalações públicas, no intercâmbio de informações e nos serviços sociais”. O texto de consulta do “3.º Plano Quinquenal” do

Governo da RAEM dá pronta resposta, propondo a “promoção da construção de um ambiente sem barreiras”, a realização de estudos preliminares sobre a legislação nesta matéria, a avaliação das condições para a respectiva legislação, o início dos trabalhos preparatórios, bem como a revisão e aperfeiçoamento contínuos das infra-estruturas de mobilidade sem barreiras nas vias públicas de Macau. Tal demonstra plenamente a responsabilidade do Governo da RAEM em servir o cidadão e prestar atenção ao bem-estar da população.

A construção de um ambiente sem barreiras é um projecto de interesse público relacionado com o bem-estar de toda a sociedade, constituindo um importante critério para aferir o grau de civilização de uma sociedade. Embora as infra-estruturas sem barreiras de Macau tenham registado alguns progressos em relação ao passado, ainda não satisfazem plenamente as necessidades reais dos utilizadores. Verificam-se, nomeadamente, deficiências como a falta de elevadores em algumas passagens superiores para peões; pisos tácteis em algumas ruas que ainda apresentam interrupções ou se encontram obstruídos; alarmes de incêndio com alerta visual ainda não generalizados; escassez de intérpretes profissionais de língua gestual; infra-estruturas sem barreiras em alguns parques a necessitar de melhorias; equipamentos de acessibilidade e sistemas de informação em pontos turísticos e postos fronteiriços ainda não totalmente universalizados; e uma percentagem reduzida de táxis adaptados, entre outros aspectos.

Perante a procura crescente de infra-estruturas sem barreiras por parte da sociedade, e com a contínua elevação das exigências dos residentes quanto à qualidade de vida, gostaria de perguntar a Vossa Excelência: para além da promoção da legislação sobre a supressão de barreiras, como tenciona o Governo proceder a partir de um planeamento global, acelerando simultaneamente a optimização das instalações dos serviços públicos e melhorando, de forma sistemática, o ambiente sem barreiras de Macau?

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Senhor Deputado Si Ka Lon.

Si Ka Lon: Muito obrigado, Senhor Presidente.

Excelentíssimo Senhor Chefe do Executivo, Senhores Membros do Conselho Executivo, Senhores Membros do Governo e caros colegas:

Macau quer transformar-se num polo de talentos altamente qualificados de nível internacional. Mas sem população suficiente, não há talentos; sem base populacional, não há polo. Actualmente, Macau enfrenta um grave problema de envelhecimento e baixa natalidade. A falta de bónus demográfico e de mercado consumidor constitui já um obstáculo e um estrangulamento para o desenvolvimento económico diversificado.

Em 2025, nasceram em Macau apenas 2.870 crianças, um número muito inferior ao nível de 2,1 necessário para a reposição populacional. Ao mesmo tempo, a proporção de pessoas com 65 anos ou mais atingiu 15,3%, o que significa que Macau já entrou oficialmente na dupla situação de superenvelhecimento e natalidade muito baixa. Por isso, é necessário encarar as insuficiências da política populacional; caso contrário, as nossas novas forças produtivas de qualidade ficarão muito atrasadas em relação ao ritmo do País, podendo ser precisas duas gerações para recuperar esse atraso.

Congratulamo-nos com o facto de o Governo ter elevado a “resposta activa ao envelhecimento populacional” a um patamar estratégico no “3.º Plano Quinquenal” recentemente publicado. Senhor Chefe do Executivo, para colmatar a falta de mão-de-obra causada pelo superenvelhecimento, tem o Governo alguma política concreta para otimizar a estrutura populacional nas actividades económicas? Tenciona o Governo estabelecer uma meta anual de crescimento populacional para o próximo ano, a fim de, na origem, reforçar os recursos humanos nas actividades económicas e otimizar a estrutura populacional, criando assim as bases para o desenvolvimento de novas forças produtivas de qualidade em Macau?

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Senhor Deputado Chan Lai Kei.

Chan Lai Kei: Muito obrigado, Senhor Presidente.

Excelentíssimo Senhor Chefe do Executivo, Senhores Membros do Governo e caros colegas:

Boa tarde a todos.

O tema que me proponho abordar hoje é também “sobre a estrutura populacional”.

O Governo da RAEM está a elaborar activamente o “3.º Plano Quinquenal”. Face aos graves desafios da baixa taxa de natalidade e do envelhecimento populacional, a futura política demográfica deve ter como premissa central a “optimização estrutural”. No processo de promoção de uma diversificação adequada da economia, para se tornar Macau num local de atracção de quadros qualificados de elevada qualidade, há que conjugar, de forma integrada, a atracção de talentos do exterior para Macau com a melhoria do desenvolvimento demográfico local, de modo a estabilizar, verdadeiramente, a base da estrutura demográfica e avançar rumo a um desenvolvimento de alta qualidade.

Face à intensa competição regional pela atracção de talentos, o Governo da RAEM deve, numa perspectiva estratégica, proceder a um planeamento que considere o regresso dos

talentos de Macau e a retenção dos recém-licenciados como um sistema integrado. Há que acelerar o desenvolvimento das indústrias emergentes e proporcionar trajectórias profissionais competitivas e apoios políticos adequados, para atrair o regresso dos residentes de Macau altamente qualificados que estudam no Interior da China e no estrangeiro, a par de resolver a actual dificuldade enfrentada pelos recém-licenciados locais de não conseguirem aplicar os conhecimentos adquiridos devido à falta de postos de trabalho correspondentes às suas áreas de estudo.

Assim, Senhor Chefe do Executivo, na concepção de alto nível sobre a futura política demográfica, como tenciona o Governo adoptar políticas precisas para construir um mecanismo eficaz de longo prazo que, em simultâneo, “atraia o regresso de residentes de Macau formados no Interior da China e no estrangeiro” e “promova a permanência dos recém-licenciados em Macau”, melhorando, radicalmente, a estrutura demográfica da RAEM e avançando rumo a um desenvolvimento demográfico de alta qualidade?

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Senhor Chefe do Executivo.

Chefe do Executivo, Sam Hou Fai: O Senhor Vice-Presidente Ho Ion Sang manifestou preocupação, principalmente, com a legislação sobre a supressão de barreiras e a melhoria do ambiente acessível; os Senhores Deputados Si Ka Lon e Chan Lai Kei manifestaram preocupação, principalmente, com a estrutura populacional e a forma de atrair talentos no estrangeiro a regressar a Macau.

Relativamente à construção de um ambiente sem barreiras, o Governo da RAEM tem atribuído sempre grande importância à protecção dos grupos vulneráveis, acelerando, de forma sistemática, a melhoria do ambiente sem barreiras de Macau. No “3.º Plano Quinquenal”, será dedicada uma parte específica à promoção da construção de um ambiente sem barreiras, incluindo a realização de estudos preliminares sobre a legislação nesta matéria, bem como a revisão e aperfeiçoamento contínuos das infra-estruturas de mobilidade sem barreiras nas vias públicas de Macau. Simultaneamente, este ano, através do grupo de estudo preliminar para a legislação sobre a supressão de barreiras, que já iniciou os trabalhos de investigação preliminar, prosseguiremos os estudos. Iremos também implementar de forma ordenada o “Planeamento Geral do Trânsito e Transportes Terrestres de Macau (2021-2030)”, continuando a aperfeiçoar e otimizar a rede pedonal, criando um ambiente pedonal acessível e conveniente. Os trabalhos neste âmbito incluem:

Já foram aperfeiçoados e concluídos vários sistemas pedonais, proporcionando aos residentes um ambiente pedonal acessível e seguro com separação entre peões e veículos; paralelamente, foram optimizadas várias passagens superiores para peões, com a instalação

de elevadores e outras infra-estruturas de acessibilidade. Por outro lado, o Governo está a avançar com a empreitada de construção de passagem pedonal na Via de Acesso (A3) entre a Zona A dos Novos Aterros Urbanos e a Península de Macau; está também a planear avançar com a construção da passagem superior para peões que liga a Estação Parque Desportivo para os Cidadãos ao terreno adjacente, e do túnel pedonal de Pak On, na Taipa, bem como a lançar projectos de optimização da acessibilidade nas passagens superiores para peões da Zona A dos Novos Aterros e no Centro Modal de Transportes da Barra, proporcionando aos peões um ambiente pedonal acessível, seguro e conveniente, promovendo a separação entre veículos e peões e racionalizando o trânsito rodoviário.

Continuaremos a colaborar com o Grupo Director Interdepartamental do “Planeamento dos Serviços de Reabilitação para o Próximo Decénio”, no sentido de aperfeiçoar o ambiente de mobilidade sem barreiras de Macau e reforçar os elementos de acessibilidade nos transportes públicos. Nas paragens de autocarro que reúnam condições, continuaremos a implementar o *design* acessível, exigindo que os novos autocarros adquiridos, com excepção dos autocarros de pequeno porte, estejam equipados com instalações livres de barreiras. Todos os autocarros devem estar equipados com sistemas de informação visual e sonora de anúncio de paragens, aumentando progressivamente a cobertura dos sistemas de videovigilância a bordo. Até 2 de Junho deste ano, o número de autocarros de piso rebaixado atingiu 955, representando 99% da frota em circulação; 861 autocarros estão equipados com dispositivos de estacionamento para cadeiras de rodas, correspondendo a 89% da frota; 465 autocarros já possuem sistemas de videovigilância a bordo. No concurso para 14 licenças de exploração de táxis, num total de 700 veículos, com duração de 8 anos, lançado em Junho de 2026, foi exigido que cada licença disponibilizasse, pelo menos, dois táxis acessíveis, o que representará um acréscimo de 28 táxis adaptados.

Iremos também promover a adaptação da sociedade ao envelhecimento, respondendo melhor ao envelhecimento populacional e impulsionando os trabalhos de acessibilidade, designadamente: a inauguração, em Abril deste ano, da área de demonstração de remodelação habitacional adaptada a idosos, com a publicação do “Guia para a Adaptação das Habitações ao Envelhecimento na RAEM (1.ª edição, Abril de 2026)”; o reforço dos recursos do Centro de Recursos para Equipamentos Auxiliares, promovendo o desenvolvimento de equipamentos auxiliares no âmbito da gerontecnologia; e o lançamento de uma campanha de sensibilização sobre estabelecimentos de restauração amigos das pessoas com deficiência, já divulgada na televisão, como pude constatar, com o objectivo de sensibilizar as empresas para as necessidades das pessoas com deficiência e facilitar o acesso destas aos serviços adequados.

No que se refere ao aperfeiçoamento das infra-estruturas públicas, serão implementadas as “Normas arquitectónicas para a concepção de *design* universal e livre de barreiras na RAEM”, elaborado e publicado em 2019, garantindo que todos os novos projectos de

construção e obras de remodelação de edifícios e vias públicas adoptem integralmente o *design* sem barreiras. Será criado um grupo de trabalho intersectorial para a promoção da construção de espaços amigos das crianças, introduzindo a perspectiva infantil ao nível de um metro de altura, de modo a que toda a sociedade contribua para a criação de espaços de vida amigos das crianças. Estas são as medidas no âmbito da construção de um ambiente sem barreiras.

No que diz respeito à população, em primeiro lugar, todos sabemos que a previsão populacional é uma ciência estatística dinâmica, altamente dependente da estrutura populacional mais recente, das tendências da taxa de natalidade e da taxa de mortalidade disponíveis aquando da sua elaboração, bem como das tendências do desenvolvimento económico geral e do planeamento económico futuro, estando assim interligada com os factores acima mencionados. As alterações na população local são, obviamente, impulsionadas pelo crescimento natural e pela migração líquida da população local, ou seja, pelas entradas e saídas populacionais. Devido à baixa taxa de natalidade e ao envelhecimento populacional contínuo em Macau, o crescimento populacional natural encontra-se limitado, como já foi referido anteriormente.

Por conseguinte, as variações na população de Macau dependerão em maior grau das entradas e saídas populacionais, também designadas por imigração e emigração, sendo a mobilidade populacional fortemente influenciada por ciclos económicos, oportunidades de emprego e políticas de integração regional. Os dados actuais, até meados do ano passado, indicam uma população local de 567.100 pessoas, o que representa uma redução de 0,3% face a 2024; o crescimento natural foi apenas de 500 pessoas, sendo este o resultado da diferença entre nascimentos e óbitos, mas registámos uma migração líquida negativa de 2.100 pessoas, o que fez com que a população local diminuísse em 1.600 pessoas em termos anuais. Contudo, estas estatísticas não incluem as pessoas que se deslocam diariamente para regiões vizinhas, pois as estatísticas populacionais baseiam-se na residência habitual. A população estatística actualmente divulgada contém igualmente um componente preditivo, pois é calculada com base em dados de meio ano ou vários meses, mas o valor actual é de 567.100 pessoas no final do ano passado.

O problema populacional é essencialmente um problema de desenvolvimento. Como todos sabem, a questão do dividendo demográfico já mencionada reside precisamente aqui: o envelhecimento populacional em Macau e a contínua redução do número de nascimentos já estão a afectar o desenvolvimento a longo prazo da região, tratando-se de uma questão importante que merece grande atenção por parte de todos os sectores da sociedade. Temos vindo a acompanhar continuamente e a avaliar cientificamente a evolução da população em Macau. Por isso, este ano serão realizados os Intercensos 2026, altura em que as previsões populacionais serão actualizadas com base nos dados mais recentes, proporcionando uma base científica para a formulação de políticas populacionais. Paralelamente, estão a ser

desenvolvidos estudos sobre a formulação de políticas populacionais mais activas, abrangendo investigações sobre a dimensão total futura da população, bem como sobre a coordenação entre a população, o desenvolvimento económico e social, com o objectivo de fornecer uma base científica para a construção de uma cidade internacional e para diversas políticas socioeconómicas e de bem-estar social.

Pretende-se aperfeiçoar activamente as políticas de apoio à natalidade e medidas de incentivo, para fazer face ao declínio da natalidade e promover um desenvolvimento populacional equilibrado a longo prazo. Pretende-se igualmente elevar continuamente a qualidade da população, através da optimização do sistema educativo e da formação de quadros qualificados necessários ao desenvolvimento dos sectores produtivos, criando assim as bases para o desenvolvimento de novas forças produtivas de qualidade em Macau. Trata-se da abordagem global que adoptaremos conjuntamente em matéria de políticas sobre a população.

Em termos de estudo e implementação, iremos estudar e implementar uma estratégia de captação de talentos aberta, precisa e eficiente. Até 15 de Maio de 2026, o programa de captação de quadros qualificados recebeu 2.153 candidaturas, das quais 928 foram incluídas na lista de candidatos recomendados para captação: 27 são quadros qualificados de elevada qualidade, 146 são quadros altamente qualificados e 755 são profissionais de nível avançado. Este é o estado actual do terceiro período de captação de quadros qualificados até 15 de Maio.

Continuaremos a optimizar os serviços de apoio aos idosos, implementando o “Plano decenal de acção para o mecanismo de protecção dos idosos da RAEM”, respondendo activamente ao problema do envelhecimento populacional. Trata-se do estudo e da implementação em matéria de população e captação de talentos, mediante uma estratégia de captação de quadros qualificados aberta, precisa e eficiente, devendo ser feita uma avaliação do terceiro período do programa de captação de quadros qualificados.

Relativamente ao regresso e retenção de quadros qualificados, existem os seguintes aspectos para atrair estudantes de Macau que estudam no Interior da China e no estrangeiro a regressar a Macau:

Em primeiro lugar, a Direcção dos Serviços de Educação e de Desenvolvimento da Juventude (DSEDJ) irá lançar, a partir do ano lectivo 2025/2026, o “Programa de apoio aos estudantes do ensino superior de Macau na prossecução de estudos no exterior”, com o objectivo de apoiar de forma sistemática os estudantes de Macau que estudam no exterior, prestando-lhes serviços de planeamento de carreira, informações sobre estágios e emprego, preparando-os para o regresso a Macau e a sua integração na vida profissional.

Por outro lado, o Programa de financiamento de bolsas de estudo para o ensino superior

oferece subsídios para disciplinas específicas, bolsas para estudos em Portugal, bem como um programa de bolsas para instituições de ensino de excelência, com o intuito de atrair estudantes do Interior da China e de Macau do estrangeiro a regressar a Macau para desenvolver as suas carreiras. Além disso, a Comissão de Desenvolvimento de Talentos promove, através de um conjunto de medidas, como a melhoria da plataforma de informação sobre o regresso dos residentes de Macau, o retorno dos quadros qualificados residentes de Macau no exterior para Macau. Estas são as iniciativas destinadas a atrair o regresso dos residentes de Macau no exterior.

No que respeita à retenção de licenciados das instituições de ensino superior locais, o Governo da Região Administrativa Especial lançou em 2024 a segunda fase do Programa de captação de quadros qualificados, que oferece oportunidades e critérios claros de candidatura para permanecer em Macau aos estudantes excelentes que frequentaram nas universidades locais cursos ligados às indústrias prioritárias “1+4”. Esta medida, implementada em 2024, destina-se especialmente a permitir que licenciados de alta qualidade que estudaram em Macau possam integrar-se no mercado de trabalho local. Assim sendo, estas são as iniciativas adoptadas no domínio da atracção do regresso de quadros e da construção de um ambiente sem barreiras.

Presidente: Muito obrigado, Senhor Chefe do Executivo.

O Senhor Chefe do Executivo respondeu já a todas as perguntas dos 32 Senhores Deputados.

Renovo os meus agradecimentos ao Senhor Chefe do Executivo, aos Senhores Membros do Conselho Executivo e a todos os responsáveis oficiais que se dignaram estar presentes na sessão de hoje.

Está encerrada a presente reunião. Muito obrigado a todos.

Intérpretes-Tradutores: Gabinete de Tradução

Redactores: Divisão de Redacção e Publicações